



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**RAFAELLA LOPES MARTINS JAEGER**

**APARTIDARISMO OU APOLÍTICA (2002-2018): UMA ANÁLISE SOBRE O  
COMPORTAMENTO E AS ATITUDES DOS ELEITORES NÃO PARTIDÁRIOS**

SÃO CARLOS - SP

2022

**RAFAELLA LOPES MARTINS JAEGER**

**APARTIDARISMO OU APOLÍTICA (2002-2018): UMA ANÁLISE SOBRE O  
COMPORTAMENTO E AS ATITUDES DOS ELEITORES NÃO PARTIDÁRIOS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós  
Graduação em Ciência Política da Universidade  
Federal de São Carlos como requisito para obtenção  
do título de mestre em Ciência Política

Orientadora: Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS - SP

2022

## AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos são também uma forma de ser justa com todos aqueles que me ajudaram a chegar até aqui. Digo que essa dissertação é a soma da força de muitas pessoas que me incentivaram e me auxiliaram a crescer em diferentes sentidos. Isso porque durante diversos momentos pensei em desistir, que a vida acadêmica não era para mim... Chego ao final desses dois anos vendo a minha insegurança com um pouco mais de empatia, entendendo meus limites e sabendo que posso chegar mais longe.

Sem dúvidas fazer uma pesquisa de mestrado em dois anos não é uma tarefa fácil e passar por essa experiência no meio de uma pandemia torna esse ritual ainda mais complicado. Foi desesperador ao chegar próximo da realização de um sonho de ingressar no mestrado em uma universidade pública e não saber como e quando começaria. A adaptação ao novo com aulas online e, ao mesmo tempo, tendo que administrar minha timidez, inseguranças com as câmeras, mensagens de áudio e questões do próprio vírus como pessoas próximas sendo infectadas. Muitos desafios. Apesar dos percalços, não posso negar o privilégio em passar por essa experiência sem perder nenhum ente querido e com a possibilidade de me isolar em casa, me dedicando ao mestrado sem riscos. Posto isso, deixo registrado meus mais sinceros sentimentos às vítimas da covid-19 e a todas as famílias brasileiras que tiveram suas vidas afetadas de maneira perversa.

Logo, registro também o meu protesto ao governo do presidente Jair Bolsonaro que por negligência ou incapacidade deixou o cenário brasileiro passar de 600 mil mortes. Em que, no período pandêmico, evidenciou sua característica negacionista e foi palco de escândalos nas compras de vacinas, seguindo com êxito a sua meta de disseminação ampla do vírus em troca de uma dita "imunidade do rebanho" e reabertura da economia. Concomitante a isso, observa-se aumento do números de desempregados e dos moradores de rua. Aos brasileiros desejo um futuro com mais esperança e humanidade.

Quanto aos agradecimentos, começo dedicando em primeiro lugar a minha mãe e a minha avó, duas grandes inspirações. Janine Fontes Lopes Martins, aquela que me trouxe ao mundo e me ensinou na prática o real significado de coragem e determinação e a Marisa Cristina Guimarães Rocha, aquela que me adotou como filha e me ensinou a valorizar o conhecimento através dos estudos. À minha irmã gêmea, Marcella Lopes Martins Jaeger, aquela que também é sinônimo de ousadia e persistência e que hoje caminha comigo em mais esse ciclo, também se tornando mestre (em economia). Aos meus irmãos, Gustavo Fontes

Lopes Martins Moraes e Guilherme Fontes Lopes Martins Moraes, que mesmo morando longe se fizeram presentes em toda essa caminhada. Agradeço a vocês!

Em memória aos meus avós, José Lopes Martins e Denise Fontes Lopes Martins, que não me viram escolher minha profissão, me formar na faculdade, tão pouco dar mais esse passo com a conclusão do mestrado, mas que são memória viva em mim.

Ao meu companheiro de vida e professor de geografia preferido, Vinícius Brito Quinhones, aquele que foi minha dose diária de incentivo, com palavras de força e afeto. Aquele que por vezes fez as tarefas de casa sozinho (porque sempre dividimos) quando eu não tinha tempo para nada. Que me deu colo e esperança em momentos de tanto caos. Meu muito obrigada!

As minhas amigas, Letícia Almeida e Pamela Kimmemgs, aquelas que foram incentivo e amor sempre que precisei. Aos meus amigos, João Moura e Alexandre Martins, que me jogavam para cima em cada desanimada minha. A minha colega de mestrado, Karine Rodrigues, que dividiu as angústias e ensinamentos durante todo esse período. Aos meus colegas de pós-graduação, Filipe Faeti (Doutorado) e Vinícius Alves (Pós-Doutorado), que contribuíram para minha formação, trocando conhecimentos teóricos e metodológicos. Agradeço a vocês!

Aos meus professores, em primeiro lugar, a minha orientadora, Prof. Dra. Maria do Socorro Souza Braga que buscou o meu melhor sempre contribuindo com indicações e sugestões de leitura, além das avaliações críticas às ideias e os conceitos adotados, análises fundamentais para o resultado final do trabalho; e, em segundo lugar, mas não menos importante, ao Prof. Dr. Gabriel Casalecchi que teve grande contribuição na parte metodológica, dedicando seu tempo em me auxiliar com relação aos softwares, acreditando que eu conseguiria concluir este desafio. Duas grandes inspirações para mim e toda a Ciência Política. Meu muito obrigada!

A banca examinadora por ter aceitado o convite tanto na qualificação, quanto na defesa e contribuir para o aperfeiçoamento desta pesquisa. Agradeço então ao Prof. Dr. Éder Gimenes pela leitura atenciosa e, sobretudo, por ser referência no tema e abrir essa discussão na América Latina. Agradeço também, mais uma vez, ao Prof. Dr. Gabriel Casalecchi igualmente pela leitura atenciosa e pela grande contribuição nos estudos de comportamento político. Agradeço a vocês!

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e especialmente ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGPol), que me proporcionou viver essa experiência do mestrado público, gratuito e de qualidade e do Núcleo de Estudo de Partidos Políticos da

América Latina (NEPPLA) que me proporcionou diversos debates extremamente qualificados com pessoas de outros estados e até países.

Por fim, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento do mestrado, no qual desejo que, em um futuro próximo, volte à sua glória!

Essas páginas não teriam sido escritas sem vocês!

Um boletim de voto tem mais força que um tiro de espingarda.

*Lincoln Abraham*

## RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo compreender o comportamento e as atitudes do eleitor não partidário. Para tal análise buscaremos entender o comportamento em relação a relevância do voto desse eleitor para a quebra do padrão de competição eleitoral dominado pelo PT e PSDB. E a análise das atitudes no sentido de investigar a visão do eleitor não partidário que é menos escolarizado e que não tem interesse por política com relação ao voto no Jair Bolsonaro em 2018. As principais hipóteses são: a mudança no padrão de voto afetou a quebra do padrão bipartidário PT-PSDB e o perfil do independente apolítico é mais suscetível a apelos antidemocráticos e antisistêmicos. Afim de confirmar ou não essas respostas, segmentou-se o eleitorado a partir da Teoria da Mobilização Cognitiva do Russell Dalton (2013), que tipifica o eleitorado em quatro perfis eleitorais, a saber: partidários cognitivos, partidários rituais, apartidários e apolíticos independentes, possuindo como foco o último grupo. Isso porque, segundo Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), seria este segmento, formado por baixa escolaridade e baixo interesse por política, que representaria maior parte dos brasileiros. O trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro momento apresentou-se a construção teórica e conceitual da pesquisa; em seguida, discorreu-se sobre os aspectos metodológicos baseados nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), referente às eleições de 2002, 2014 e 2018; e por fim, analisou-se os resultados em três seções: i) os índices das variáveis que compõem a teoria da mobilização cognitiva ao longo dos anos analisados; depois, ii) indicou-se os aspectos do voto dos eleitores a partir da tipologia apresentada nos anos destacados e, finalmente, iii) investigou-se de maneira mais profunda o voto no Jair Bolsonaro entre o eleitor independente apolítico na eleição de 2018, perfil que representa maior risco para a democracia. Conclui-se que a quebra do padrão PT-PSDB não foi uma ruptura inesperada, o voto do eleitor não partidário foi importante para o resultado da eleição de 2018 e, portanto, para a vitória do Jair Bolsonaro, sobretudo, entre os independentes apolíticos, confirmando assim as principais hipóteses desta dissertação. Além disso, foi demonstrado que o antipetismo teve forte influência no resultado entre os apartidários.

**Palavras-chave:** apartidarismo; apolítica; voto; eleições; comportamento político.

## ABSTRACT

The main objective of this study is to understand the behavior and attitudes of non-partisan voters. For this analysis, we will seek to understand the behavior in relation to the relevance of this voter's vote to break the pattern of electoral competition dominated by PT and PSDB. And the analysis of attitudes in order to investigate the view of the non-partisan voter who is less educated and who has no interest in politics regarding the vote for Jair Bolsonaro in 2018. The main hypotheses are: the change in the voting pattern affected the break of the PT-PSDB bipartisan pattern and the profile of the apolitical independent is more susceptible to anti-democratic and anti-systemic appeals. In order to confirm or not these answers, the electorate was segmented based on Russell Dalton's Theory of Cognitive Mobilization (2013), which typifies the electorate into four electoral profiles, namely: cognitive partisans, ritual partisans, nonpartisans and independent apolitical, having as focus last profile. The work was divided into three chapters: at first, the theoretical and conceptual construction of the research was presented; then, we discussed the methodological aspects based on data from the Brazilian Electoral Study (ESEB), referring to the 2002, 2014 and 2018 elections; and finally, the results were analyzed in three sections: i) the indices of the variables that make up the theory of cognitive mobilization over the years analyzed; then, ii) the aspects of the vote of voters were indicated from the typology presented in the highlighted years and, finally, iii) the vote for Jair Bolsonaro among the apolitical independent voter in the 2018 election was investigated in a deeper way, profile that poses the greatest risk to democracy. It is concluded that the break of the PT-PSDB pattern was not an unexpected rupture, the vote of the non-partisan voter was important for the result of the 2018 election and, therefore, for the victory of Jair Bolsonaro, especially among apolitical independents, thus confirming the main hypotheses of this dissertation. In addition, it was demonstrated that antipetismo had a strong influence on the result among nonpartisans.

**Keywords:** nonpartisanship; the politics; vote; elections; political behavior.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Níveis de escolaridade nas eleições de 2002, 2014 e 2018.....	67
Gráfico 2 - Níveis de interesse por política nas eleições de 2002, 2014 e 2018.....	68
Gráfico 3 - Evolução dos níveis de mobilização cognitiva nas eleições de 2002, 2014 e 2018.....	69
Gráfico 4 - Níveis de simpatia partidária nas eleições de 2002, 2014 e 2018.....	70
Gráfico 5 - Evolução dos perfis de mobilização cognitiva.....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Mobilização cognitiva dos brasileiros entre 2006 e 2012 (%).....	43
Tabela 2 - Distribuição do eleitorado por tipo de religião .....	59
Tabela 3 - Explicação da tipologia do Dalton sobre o voto no PT nas eleições presidenciais.....	72
Tabela 4 - Explicação da tipologia do Dalton sobre a eficácia do voto nas eleições presidenciais.....	73
Tabela 5 - Explicação da tipologia do Dalton sobre o antipetismo nas eleições presidenciais... .....	74
Tabela 6 - Explicação da tipologia do Dalton sobre a religião nas eleições presidenciais ....	76
Tabela 7 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais .....	79
Tabela 8 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da eficácia do voto .....	80
Tabela 9 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise do antipetismo .....	81
Tabela 10 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da etnia .....	82
Tabela 11 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da idade .....	83
Tabela 12 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise do sexo .....	83
Tabela 13 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da religião .....	84
Tabela 14 - Explicação da tipologia do Dalton sobre aspectos atitudinais na eleição presidencial de 2018. ....	85
Tabela 15 - Determinantes do voto no Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.....	90

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Definição dos perfis de mobilização cognitiva.....	39
---	----

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Evolução do perfil do eleitorado brasileiro entre 2006 e 2012 .....	46
Figura 2 - Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro .....	47

## **LISTA DE SIGLAS**

PT - Partido dos Trabalhadores

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSL - Partido Social Liberal

PL - Partido Liberal

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

ESEB - Estudo Eleitoral Brasileiro

LAPOP - Projeto de Opinião Pública da América Latina

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CESOP - Centro de Estudos de Opinião Pública

EUA - Estados Unidos da América

IA - Independentes apolíticos

PR - Partidários Rituais

PC - Partidários Cognitivos

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>1. O QUE SABEMOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ELEITORADO E PARTIDO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES CONTEXTUAIS E TEÓRICAS</b> .....	21
1.1 INTRODUÇÃO .....	21
1.2 PARTIDOS E ELEITORES NO BRASIL .....	22
1.2.1 RELAÇÃO CONTEXTUAL.....	22
1.2.2 DECLÍNIO DO PARTIDARISMO E MANIFESTAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS: PARTIDARISMO NEGATIVO, ANTIPARTIDARISMO E APARTIDARISMO .....	28
1.3 COMPORTAMENTO ELEITORAL.....	33
1.3.1 DECISÃO DE VOTO E A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA.....	33
1.3.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA NO BRASIL .....	42
1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	50
<b>2. ASPECTOS METODOLÓGICOS - DESENHO DE PESQUISA, HIPÓTESES E MODELOS ESTATÍSTICOS</b> .....	52
2.1 INTRODUÇÃO .....	52
2.2 ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB) .....	53
2.2.1 BANCO DE DADOS .....	53
2.3 ESBOÇO DA PESQUISA.....	54
2.3.1 VARIÁVEIS SELECIONADAS, JUSTIFICATIVAS E MODELOS ESTATÍSTICOS .....	54
2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	64
<b>3. COMPORTAMENTOS E ATITUDES DOS ELEITORES NÃO PARTIDÁRIO</b> .....	65
3.1 INTRODUÇÃO .....	65
3.2 ANÁLISE DO PERFIL DE MOBILIZAÇÃO COGNITIVA DO ELEITORADO NACIONAL (2002, 2014 e 2018) .....	66
3.2.1 ESCOLARIDADE, INTERESSE POR POLÍTICA E SIMPATIA PARTIDÁRIA.....	66
3.3 ANÁLISE COMPARADA DAS ELEIÇÕES .....	71
3.3.1 ESTUDO COMPORTAMENTAL: O VOTO DO ELEITOR NÃO PARTIDÁRIO ....	71
3.4 ANÁLISE DA ELEIÇÃO DE 2018.....	85

3.4.1 ESTUDO ATITUDINAL: ASPECTOS DO VOTO, DA DEMOCRACIA E DA IDEOLOGIA DOS INDEPENDENTES APOLÍTICOS .....	85
3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>97</b>
<b>1. ANEXO TABELAS COMPLETAS DAS ANÁLISES MULTIVARIADAS POR ANO .....</b>	<b>102</b>
<b>2. ANEXO QUESTÕES SELECIONADAS DO ESEB 2002, 2014 E 2018 .....</b>	<b>106</b>
<b>3. APÊNDECE METODOLÓGICO DO ARTIGO BORBA, GIMENES E RIBEIRO (2015) .....</b>	<b>112</b>

## INTRODUÇÃO

A eleição presidencial de 2018 marcou o fim do ciclo político-eleitoral iniciado em 1994 de disputas nacionais<sup>1</sup> entre o Partido dos Trabalhadores - PT e o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Essa mudança foi resultado de uma série de processos políticos advindos da primeira vitória do Lula, no ano de 2002, no qual grupos conservadores começaram a contestar as diversas inovações nas políticas públicas implementadas pelo governo. Período que impactou diversas classes sociais, levando a parcela até o momento mais favorecida, a desenvolver um certo ressentimento.

Resultado da mobilização impulsionada pelo Mensalão, pois ainda que essa imagem tenha se concentrado no PT, praticamente todos os partidos com uma representação expressiva, incluindo o PSDB, se envolveram no escândalo. Depois disso, outros acontecimentos também contribuíram para que esse ressentimento fosse sendo criado<sup>2</sup>. Apresentava-se um novo cenário em que a direita e os conservadores estavam se fortalecendo, mostrando que essa ruptura tem raízes mais profundas.

Como sinalizado pela literatura, já existiam diversas análises acerca do desgaste das instituições e, mais especificamente, dos partidos políticos (BAQUERO, CASTRO e RANINCHESKI, 2016). Assim como debates referentes aos fenômenos do antipetismo<sup>3</sup> (BORGES e VIDIGAL, 2018) e sobre a formação de uma nova clivagem no eleitorado nacional: bolsonarismo/anti bolsonarismo (SANTOS, 2020).

Uma das características de parte desse eleitorado não partidário é ser contra os partidos políticos existentes e à classe política nacional, mas qual é o comportamento e a atitude destes

---

<sup>1</sup> Resultado das eleições: 1994, em turno único, garantindo a vitória de Fernando Henrique Cardoso - PSDB com 54,24% dos votos e Luiz Inácio Lula da Silva - PT com 27,07% dos votos válidos; 1998, eleição de dois turnos, reeleição de Fernando Henrique Cardoso - PSDB com 53,06% e Luiz Inácio Lula da Silva - PT com 31,71%; 2002, eleição de dois turnos, vitória do Luiz Inácio Lula da Silva - PT com 61,27% dos votos e em segundo colocado, José Serra - PSDB com 38,73%; 2006, eleição de dois turnos, reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva - PT com 60,83% e Geraldo Alckmin - PSDB com 39,17%; 2010, eleição de dois turnos, Dilma Rousseff - PT 53,05% e José Serra - PSDB 43,95%; 2014, eleição de dois turnos, reeleição da Dilma Rousseff - PT 51,64% e Aécio Neves - PSDB 48,36%; 2018, eleição de dois turnos, Jair Bolsonaro - PSL 55,13% e Fernando Haddad - PT 44,87%. No referido pleito, o PSDB com Geraldo Alckmin ficou em quarto lugar com 4,76% no primeiro turno.

<sup>2</sup> Em 2013, Marcos Feliciano (PSC) assumiu a Comissão de Direitos Humanos - espaço em que Jair Bolsonaro, até aquele momento no PP, começou a tomar destaque com seus posicionamentos polêmicos. No mesmo ano, uma série de manifestações que proibiam a presença de partidos tomaram as ruas. Em 2014, a eleição entre PT e PSDB foi a mais acirrada durante o período e teve seu resultado questionado pelo candidato presidencial do PSDB. Logo após, o ex-capitão anunciou que seria candidato na eleição seguinte e que seria uma via alternativa às outras duas legendas. Em 2016, temos a direita indo às ruas em defesa de Sérgio Moro - comandante da operação Lava Jato. Ainda neste ano, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff. Em 2018, a prisão do principal concorrente da eleição e liderança de um grande partido de esquerda. Entre outros...

<sup>3</sup> Aversão ao Partido dos Trabalhadores.



eleitores? Em quem esse eleitorado vem votando? O que esse eleitor pensa sobre o voto? Qual a influência do antipetismo nesta escolha? Sobretudo, como essa mudança no padrão de voto afetou a quebra do padrão PT-PSDB? Nesta dissertação foram analisados os eleitores não partidários, com foco no perfil de menores recursos cognitivos.

Para responder a essas questões, utilizou-se o modelo de análise de Julian Borba, Éder Gimenes e Ednaldo Ribeiro (2015), baseado na aplicação da tipologia de mobilização cognitiva<sup>4</sup> de Russel Dalton (2013) ao caso brasileiro, a saber: os partidários rituais, partidários cognitivos, independentes apolíticos e apartidários. Para os autores, que analisam entre 2006 a 2012, mesmo período observado por Dalton (2013), o tipo de eleitor *independentes apolíticos*, caracterizado por sua baixa mobilização cognitiva, teria prevalência no país. Dado corroborado na atualização do artigo de 2012 a 2019 por Faeti, Gimenes e Rocha (2021). Ou seja, os eleitores sem identificação partidária (IP) e com baixa escolaridade e interesse por política seriam a maioria no eleitorado nacional, o segmento que apresenta maior risco à democracia.

Foi utilizado na predição dos modelos a variável de mobilização cognitiva do Dalton (2013), que mede os níveis de habilidades políticas, através dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) com as ondas de 2002, 2014 e 2018. Na teoria, essa variável é a combinação entre sofisticação e participação. Na prática, é a junção das variáveis escolaridade e interesse por política (DALTON, 2013). Desta forma, é possível detectar os grupos com alta e baixa mobilização. Em seguida, analisaremos a simpatia partidária, de forma a identificar os eleitores partidários e não partidários. A tipologia apresentada é importante para segmentar o eleitorado para responder também às questões que instigam este trabalho.

Dois aspectos justificam a análise a partir dessa tipologia. O primeiro se refere a um dos objetivos do estudo, e que não foi contemplado pelos autores, que é verificar o comportamento eleitoral a partir de aspectos do voto desses eleitores de 2002 a 2018 e sua relevância para a quebra do padrão PT-PSDB no último pleito. Já o segundo, investiga as atitudes dos independentes apolíticos a partir do voto no Jair Bolsonaro, isso porque, como sinalizado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) esses eleitores são maioria no eleitorado nacional e apresentam menor apreço pelos valores democráticos.

---

<sup>4</sup> O modelo de mobilização cognitiva de Dalton (2013) aponta que o eleitor não partidário não necessariamente colocaria em risco a sobrevivência da democracia, como até então apresentava a literatura. Em análise ao cenário americano, o autor elenca dois tipos desse perfil que usaremos aqui: os *apartidários*, que seriam eleitores com alta mobilização cognitiva e que estariam em crescimento nos EUA, e os *independentes apolíticos*, caracterizados por um baixo nível de mobilização, grupo que estaria perdendo força, mas que, ainda assim, representam um desafio ao regime.

Da mesma maneira, o recorte temporal é justificado por dois aspectos. Primeiramente pela ausência de dados sobre o interesse por política nas eleições de 2006 e 2010, variável chave para predizer os modelos do Dalton (2013). Entretanto, esse fato que não prejudica a análise aqui proposta, visto que, apontando o segundo aspecto, as eleições de 2002, 2014 e 2018 se trataram de marcos importantes do período analisado. O primeiro, a vitória do Lula (PT) após disputar o segundo turno por três eleições com o PSDB; o segundo, a reeleição de Dilma Rousseff (PT) como a mais competitiva deste período, marcada pelo questionamento de sua vitória por parte de Aécio Neves (PSDB) - seu adversário no pleito e derrota do PT no legislativo<sup>5</sup>; e o terceiro, trata-se da vitória de Jair Bolsonaro, candidato com retórica anti-sistêmica e, até aquele momento, vinculado ao Partido Social Liberal (PSL), partido de pouca expressão.

Quanto às hipóteses, buscou-se verificar em dois blocos: um inicial referente ao comportamento eleitoral, visando alguns aspectos do voto, e outro referente às atitudes dos *independentes apolíticos* com o voto no Jair Bolsonaro. Sobre o primeiro bloco as hipóteses são: a) a mudança no padrão de voto do eleitor não partidário afetou a quebra do padrão bipartidário PT-PSDB, pressupondo que estes seguiam um padrão de voto até a eleição de 2018<sup>6</sup>; b) o eleitor não partidário passou a acreditar mais na eficácia do voto, justificando o voto em um candidato anti establishment, filiado a um partido de pouca expressão e, apontado como sem chance de êxito; e c) o antipetismo é uma variável importante para a escolha de voto do eleitor sem partido na eleição de 2018, corroborando com a quebra do padrão em apenas um dos partidos. Além disso, acredita-se encontrar também que os eleitores *independentes apolíticos* têm maior predisposição ao voto em Jair Bolsonaro, porque tal pleito teve como marca o debate apolítico e antissistêmico, alimentado pelo candidato vitorioso.

Acerca das atitudes dos independentes apolíticos, as hipóteses são: a) possuem atitudes antidemocráticas e anti sistêmicas e b) são mais suscetíveis aos apelos populistas, apresentando atitudes mais irracionais e menos previsíveis, como sinalizado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015). Para averiguar isso, testamos a variável dependente voto no Jair Bolsonaro sobre questões como aspectos do voto: ações que contribuem para a decisão de voto na presidente, possibilidade de voto no Lula e de não votar se o voto não fosse obrigatório; aspectos da

---

<sup>5</sup> Fato que contribuiu para a perda na força política da base do governo que não conseguiu garantir a permanência do mandato de Dilma Rousseff - PT. Isso porque o processo de impeachment foi disparado pela ausência de um presidencialismo de coalizão que garantisse uma base de apoio para ela.

<sup>6</sup> Caso contrário nenhum dos candidatos teria sido eleito. Fato que pode também justificar a quebra do padrão entre os partidos tradicionais ter ocorrido em apenas uma das legendas, excluindo o PSDB mas restando o PT.

democracia: confiança nas eleições, acreditar em democracia sem partido/congresso e preferência de uma democracia em detrimento a outra forma de governo; e, a ideologia.

Acredita-se que tais fatores podem ajudar a explicar aspectos atitudinais e comportamentais do eleitor não partidário, sobretudo, do independente apolítico. Grupo que, além dos aspectos citados anteriormente, ainda foi pouco investigado. Isso porque muito tem se falado sobre os riscos às instituições, mas pouco sobre os indivíduos representam tal perigo. A ideia foi apresentar um panorama geral do comportamento e atitudes deste segmento de forma a fomentar a realização de mais pesquisas.

Para tanto, o trabalho foi dividido nesta seção introdutória, que apresenta as hipóteses, as justificativas e os objetivos; e em mais três capítulos de desenvolvimento, em cada um conta com uma breve introdução, subcapítulos referentes ao tema e uma conclusão parcial.

Com relação ao primeiro capítulo do desenvolvimento, foi apresentado a construção dos referenciais teóricos desta pesquisa, dividido em duas subseções: a primeira, apresenta a relação contextual e teórica sobre declínio no partidarismo no país e a segunda, apresenta a discussão teórica e conceitual da teoria da mobilização cognitiva (Dalton, 2013) e sua aplicação no caso brasileiro. De maneira geral, discute-se os estudos referente ao partidarismo e apartidarismo, identificando suas mudanças contextuais e de análise. Em específico, essa parte apresenta o diálogo entre as literaturas de partidos e comportamento que permite pensar o eleitor apartidário e o eleitor apolítico nos processos eleitorais.

No capítulo seguinte, apresenta-se a construção metodológica, dividida em dois subcapítulos: a primeira, responsável por apresentar o ESEB, banco de dados utilizado e a segunda, retrata o esboço da pesquisa, expondo o método de regressão multivariada com auxílio de softwares estatísticos como R e Stata e as variáveis selecionadas, nas ondas selecionadas de 2002, 2014 e 2018, para os modelos. Essa parte também conta com as justificativas para tais escolhas.

No último capítulo do desenvolvimento, foi apresentado a análise dos resultados da pesquisa em três momentos: o primeiro, apresentando a análise das categorias utilizadas na tipologia do Dalton (2013) nos anos averiguados, são elas: escolaridade, interesse por política e simpatia partidária; o segundo, referente a análise comportamental dos eleitores, sobretudo, aqueles sem identificação partidária quanto alguns aspectos do voto. Trata-se de uma série temporal (2002, 2014 e 2018) a fim de proporcionar um acompanhamento de possíveis padrões e progressões no período das eleições analisadas. Já o terceiro momento, expõe uma análise atitudinal dos eleitores, especialmente, dos independentes apolíticos na eleição de 2018, aplicando algumas questões que versam relação ao voto no Jair Bolsonaro para compreender

profundamente as intenções deste grupo que é preponderante no país (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015; FAETI, GIMENES e ROCHA, 2021) e que tem menor mobilização cognitiva (DALTON, 2013).

Por fim, serão expostas as considerações finais desta dissertação.

# **1. O QUE SABEMOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ELEITORADO E PARTIDO POLÍTICO: CONSIDERAÇÕES CONTEXTUAIS E TEÓRICAS**

## **1.1 INTRODUÇÃO**

O debate sobre a problemática partidária no Brasil toma novos contornos em meio a desorganização que resultou das eleições de 2018. Fato desencadeado pelo esgarçamento da recorrente polêmica a respeito da fragilidade ou não dos partidos após a eleição de um presidente sem força partidária, do aumento da fragmentação do sistema partidário, assim como do impacto de tais fatores sobre o funcionamento do governo representativo. Logo, os partidos não perderam suas funções governativas, o que está em questão é sua função representativa (MAIR, 2003). Em virtude disso, um conjunto significativo de estudos foi elaborado para examinar os partidos e o sistema partidário em suas próprias arenas de atuação.

Por um lado, as perspectivas pessimistas indicam que os partidos estariam perdendo espaço para outras instituições, tais como os meios de comunicação. Nesse sentido, o aumento da escolaridade e acesso à informação sem o intermédio dos partidos teriam contribuído para um processo de declínio da função representativa dessas organizações (CARREIRÃO e KINZO, 2004). Por outro lado, perspectivas mais otimistas pontuam que, ainda que os partidos não apresentem números elevados de identificação, são importantes para a compreensão do comportamento eleitoral, ressaltando que, em comparação a outros países, o Brasil apresenta taxas até mais elevadas de preferência partidária (BRAGA e PIMENTEL, 2011).

Passados quarenta anos da reorganização do sistema partidário, poucos estudos têm se dedicado a olhar os partidos da perspectiva dos eleitores, buscando decifrar sua importância para o processo de decisão do voto. Menos ainda são os estudos que buscam compreender o comportamento e as atitudes do eleitorado não partidário. Qual é a percepção que esse eleitor tem dos partidos e da democracia? O que os estudos já descobriram? Quais as lentes teóricas usadas para analisar essas atitudes e comportamentos? É com a preocupação de contribuir para o entendimento desta problemática que se volta à presente dissertação.

Para tanto, este capítulo foi dividido em duas partes. Uma se refere ao debate da literatura de partidos a fim de compreender a relação histórica e contextual entre os eleitores e os partidos políticos. Ela aborda a relação contextual, que envolve identificação partidária do eleitorado no Brasil, a fim de evidenciar o período de certa estabilidade no sistema e investigar possíveis justificativas para a ruptura (total ou parcial) do padrão existente entre o PT e o

PSDB. Além disso, traz as abordagens teóricas, conceitos e os principais achados para compreender o eleitor não partidário e o declínio do partidário no país.

E outra parte deste capítulo, diz respeito a literatura de comportamento, buscando compreender as intenções (atitudes) e ações (comportamentos) dos eleitores sem vínculos partidários. Nela é abordado, o debate teórico e conceitual da literatura de comportamento político. Apresenta-se as principais escolas de explicação de voto, mas, especialmente, a teoria da mobilização cognitiva, cunhada por Russell Dalton (2013). Ademais, apresenta, através do trabalho de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), a aplicação da teoria da mobilização cognitiva à realidade brasileira.

## 1.2 PARTIDOS E ELEITORES NO BRASIL

### 1.2.1 RELAÇÃO CONTEXTUAL

O intervalo de análise é do ano de 2002 a 2018, momento marcado pela distinção entre o período de certa estabilidade do sistema partidário e sua institucionalização, referente ao padrão bipartidário entre PT e PSDB. Como abordado por alguns autores, sua ruptura (total ou parcial) ocorreu em 2018, eleição que elegeu Jair Bolsonaro. Desta maneira, visa-se verificar se a mudança no padrão de votação foi realmente uma ruptura drástica de uma eleição a outra ou se ocorreu de forma progressiva.

Em pesquisa sobre a formação das identidades partidárias no final do período de 1945/64, Lavareda (1991) apontou que 64% dos eleitores das grandes cidades eram adeptos aos partidos políticos. Já com relação ao segundo período de redemocratização no Brasil, Carreirão e Kinzo (2004) demonstraram, por meio de dados do Datafolha, que no período entre 1989 e 2002, a identificação partidária de forma geral variou entre 41% e 54% do eleitorado nacional, com uma média de 46%. Em um momento posterior, Veiga (2011) constatou, a partir de dados do ESEB, que as taxas de identificação partidária caíram de 39% para 28% entre 2002 e 2006, chegando ao nível mais baixo desde 1987. Contudo, a autora aponta uma recuperação de 11,2 pontos percentuais na eleição de 2010, ultrapassando o nível anterior. . Dados atualizados, coletados pelo do Ibope e DataFolha, respectivamente, mostram que, em 2014, a identidade partidária era de 22% e, na eleição presidencial seguinte, subiu para 35%.

O crescimento da última eleição chama a atenção devido ao seu contexto de intensificação dos debates apolíticos e criminalização dos partidos. Aponta-se que, mesmo em meio a este contexto, os níveis de identificação chegaram mais próximos aos vistos em 2002, quando o sistema partidário se encontrava forte e estável. O que por sua vez demonstra certa

fragilidade na tese pessimista sobre os rumos do partidarismo no país. Por isso, acredita-se encontrar alguma relação provocada pela própria figura de Jair Bolsonaro que mobilizou o cenário político-eleitoral e o grande crescimento do PSL, seu partido na referida eleição.

De maneira geral, os dados revelam a importância de uma análise paralela ao contexto eleitoral, pois em certa medida, as análises conjunturais justificam as oscilações existentes e apontam para uma estruturação do sistema partidário. Sistema este que, em momentos de normalidade, apresenta estabilidade. Como será visto a partir da literatura desenvolvida neste capítulo.

Veiga (2011) ao monitorar os níveis de identificação partidária a fim de acompanhar as mudanças no perfil dos eleitores mediante as variáveis escolaridade, região e ideologia, observou que, esse período foi marcado por dois momentos de mudanças importantes que interferem no jogo político: o primeiro, decrescente em relação a identificação partidária (2002-2006), marcado pelos escândalos do mensalão, que envolveram, especialmente, o Partido dos Trabalhadores, naquele momento no governo e com maior número de filiados; e o segundo, de uma onda reversa (2006-2010), marcado por avanços em políticas educacionais<sup>7</sup>. Citamos, em especial, a implementação do REUNI, programa que promoveu a expansão e interiorização das universidades e institutos federais e, com isso, deu início a discussões sobre as cotas e a popularização das universidades públicas. A autora aponta que, apesar da volatilidade, existe uma parte do eleitorado que é adepta aos partidos políticos e que as relações contextuais são importantes para a compreensão da relação entre os partidos e os eleitores.

Contudo, os rumos do partidarismo no Brasil estão muito atrelados a um de seus maiores partidos, considerado exceção no sistema partidário, o PT. Isso porque segundo a tese do Singer (1998), o partido concentra as maiores taxas de filiações, identificação partidária e partidarismo negativo.

Rennó e Cabello (2010) apontam que o partido possui uma de suas principais lideranças populares, Luiz Inácio Lula da Silva. Os autores debruçaram-se a identificar o eleitor do ex-presidente em 2006 que, como mencionado acima, fez sua campanha sob uma série de denúncias de corrupção e garantiu a vitória no pleito. Além disso, estudaram o desempenho no pleito de 2010 com o objetivo de diferenciar o “voto no Lula” e “o voto no PT”, e perceberam que o eleitor lulista se assemelha ao não-alinhado que não demonstra preferências políticas ou ideológicas fortes. Ou seja, aquele que vota, até certo ponto, baseado na sua avaliação do

---

<sup>7</sup> Também promovidas no âmbito privado como, por exemplo: o Fies e o Prouni.

desempenho do governo. Quanto aos eleitores do PT, a pesquisa apontou que entre os petistas a transferência de voto é automática.

Ao analisar aos sentimentos partidários e as variáveis de caráter atitudinal e comportamental, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011)<sup>8</sup>, identificam que os sentimentos (especialmente ao PT e PSDB) estavam relacionados com as atitudes e comportamento dos eleitores. Entretanto, nas palavras dos autores:

a intensidade com que os sentimentos afetavam atitudes (caso seja esse o sentido da relação causal entre as variáveis) era bem menor que a intensidade com que eles afetavam o comportamento político (decisão do voto)”(RIBEIRO, CARREIRÃO e BORBA, 2011, p. 361).

Sobre a explicação do voto em 2010, Ribeiro, Carreirão e Borba (2011) apontaram que os sentimentos partidários também apresentaram relação e se mostraram significativos, só que em uma intensidade bem mais forte.

Desta forma, preocupado com a estabilidade e efetividade das preferências partidárias, Pereira (2014) argumenta que o ambiente eleitoral dificulta o estabelecimento de vínculos entre os partidos e eleitores, principalmente se considerados os eleitores menos sofisticados politicamente. Para o autor, a complexidade do jogo eleitoral, somada à desigualdade no processo de formação da sofisticação política, tem relevância no comportamento do eleitorado e por assim dizer, na preferência dos eleitores. Contudo, destaca que, os eleitores menos sofisticados politicamente não representam necessariamente um carácter irracional, apenas são menos previsíveis na arena eleitoral.

Os anos que sucedem esse período tratado até aqui são marcados por um novo contexto. A eleição de 2014 é precedida por protestos em 2013<sup>9</sup>, iniciados pelo aumento da passagem e que tomaram corpo em resposta à violência policial com os manifestantes, chegando às mais variadas bandeiras, desde que essas não fossem partidárias. Isso porque os protestos tinham um alto teor apartidário (ou antipartidário) e a ideia de não “tomar partido” se configurou mesmo em uma nova estruturação desta relação. Ao traçar algumas explicações para esse momento de efervescência política, Santos (2014) deu ênfase ao desgaste dos partidos em suas funções de representação e de seus poderes enquanto instituição.

---

<sup>8</sup> Autores pioneiros na ideia de antipetismo.

<sup>9</sup> Nomeados: Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, não raramente chamada de Nova Revolta do Vintém (GOHN, 2014).



A respeito das manifestações, Tatagiba (2014) parte de uma comparação dessas manifestações com outros dois ciclos – as “Diretas Já” e o “Fora Collor” – a fim de identificar possíveis semelhanças e diferenças. A autora destaca a infraestrutura, o papel dos partidos políticos e dos movimentos sociais nos protestos de 2013, em que “a crise de representação não se traduziu apenas em apatia ou negação da política, mas deu curso também a uma aposta na participação direta como resolução dos problemas” (TATAGIBA, 2014, p.56). Também destaca a perda de apoio dos partidos políticos e movimentos sociais tradicionais de maneira geral, mas em específico do PT, que teve posição ativa nos outros dois ciclos mencionados, um ainda enquanto movimento e outro já enquanto partido. E conclui que:

As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma nova fase de mudanças na qual os movimentos sociais tradicionais e partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos. (TATAGIBA, 2014, p.58)

Nesse sentido, Brugnago e Chaia (2014) apontam que a eleição de 2014 apresentou mudanças significativas no modo de fazer campanha, salientando essa participação mais ativa dos eleitores. Foi um processo que ocorreu mediante o uso massivo de redes sociais, as quais se tornaram forte dispositivo de formação ideológica que permitiu a proliferação da polarização dentro e fora das mídias digitais. Nessa análise, o centro que representa numericamente grande maioria nas manifestações, é engolido pelos dois polos em disputa. Os autores concluem, que “houve uma grande mudança na figura de quem eram os principais agentes que faziam campanha política, passando dos partidos e da mídia para a base eleitoral que usa a Internet” (BRUGNAGO; CHAIA, 2014, p.125).

Speck e Balbachevsky (2016) apontaram, diante do antagonismo PT-PSDB na mesma eleição, que os eleitores com identificação partidária nas duas legendas reproduziam essa polarização na sua percepção da distância relativa das candidaturas apresentadas por esses partidos. Contudo, os eleitores identificados como do PMDB, outros partidos e entre aqueles que não têm identificação partidária, observam uma distância relativamente menor entre as duas candidaturas, apresentando dados que podem indicar um motivo para mudança no padrão já no pleito anterior à ruptura.

Nesse contexto, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita em 2014 com 51,64% dos votos no segundo turno. Tal disputa foi a mais acirrada desde o período de redemocratização do país após o fim da ditadura militar e era também a primeira vez, desde o início do novo ciclo democrático, que uma eleição era questionada. O segundo colocado, Aécio Neves (PSDB), que

obteve 48,36% dos votos, pediu auditoria do resultado alegando ter ganho o pleito. Mas após toda revisão dos votos pelo TSE<sup>10</sup> constatou-se que não houve nenhuma irregularidade. Contudo, este fato acirrou os embates do contexto político e fortaleceu as manifestações de grupos antipetistas (SOUZA, 2016<sup>11</sup>).

Por sua vez, esse resultado desencadeou no interesse do estudo de seu efeito, sobre a satisfação e apoio à democracia, Braga e Casalecchi (2016), que investigaram tais impactos nos “perdedores”, grupo composto por 51 milhões de eleitores. Os autores apontam um efeito significativo estimulado pela condição de perdedor e vencedor na eleição presidencial. Os primeiros não aderem menos à democracia que os vitoriosos; entretanto, a derrota tem impacto sobre a satisfação com o regime democrático. Esse efeito é intensificado a partir de outras variáveis como: rejeição ao PT, residir em São Paulo e avaliação econômica.

O embate político ali colocado resultou na personificação dos problemas na figura de Dilma Rousseff. Logo, a polarização entre esquerda e direita, deu espaço para manifestações pró e contra impeachment. De um lado, os “verde-amarelo”, aqueles que defendiam a interrupção do mandato por crime de responsabilidade e do outro, os “bandeira-vermelha”, que acreditavam se tratar de um golpe. Cabe destacar que, embora a vitória do PT no executivo, o partido sofreu uma grande derrota no legislativo, originando um processo de cassação do mandato por crime de responsabilidade fiscal<sup>12</sup>.

Neste cenário, um ator político que toma destaque é o até então Deputado Federal Jair Bolsonaro (PSC), que, em votação do processo, manifesta seu voto saudando o “Comandante Brillante Ustra”, um dos torturadores da presidenta durante o período da ditadura militar. O ex-capitão foi um dos primeiros, se não o primeiro a impulsionar a direita radical no Brasil pós redemocratização.

Ele protagonizou a disputa negando a forma tradicional de fazer campanha e procurando, através do seu discurso, se distanciar da “velha política”, mesmo fazendo parte desta há mais de 30 anos<sup>13</sup>. Jair Bolsonaro, disputou a eleição pelo PSL e atualmente está filiado

---

<sup>10</sup> Tribunal Superior Eleitoral.

<sup>11</sup> Nas palavras do autor “o antipetismo nas mídias sociais em 2014 tem uma característica fundamental que chamamos de assimetria histórica, que produz alguns pontos cegos quanto à análise da imagem do partido e da própria política brasileira” (p 166, 2016). Para o autor este fenômeno deve ser pensado a partir da tríade: o antipartidarismo, o anti esquerdismo e o anti establishment.

<sup>12</sup> Ainda que o resultado final tenha sido o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff - PT, juristas renomados nacional e internacionalmente indicam que a mesma foi afastada do cargo sem ter cometido crime de responsabilidade.

<sup>13</sup> Sua trajetória partidária é composta por oito partidos, tendo sido eleito por quatro legendas diferentes (PDC, PPR, PTB e PP) no total de seus nove mandatos só na Câmara dos Deputados, além de eleito vereador, em 1989, também pelo PDC e, mais recentemente, presidente pelo PSL.

ao Partido Liberal (PL). Embora sua posição de destaque na candidatura à presidência, especialmente quando se excluía o ex-presidente Lula da Silva, analistas e cientistas políticos não acreditavam na sua capacidade de vencer a disputa. Até o momento, para os estudiosos de comportamento eleitoral, um candidato sem uma estrutura partidária sólida e com uma retórica ofensiva não conseguiria angariar a quantidade de votos necessários para obter êxito. Jairo Nicolau (2018)<sup>14</sup>, que chegou a apontar a possibilidade de Bolsonaro chegar ao segundo turno, achava pouco provável que o que estava sendo chamado de núcleo duro - apoiadores com os mesmos preceitos do candidato, expandisse a ponto de garantir vitória.

O resultado inesperado e até indesejado pela nova direita, fez com que Santos e Tanscheit (2019) buscassem analisar a vitória de Jair Bolsonaro e a ascensão da nova direita, quando mostram que a “troca de guarda”, como chamam a mudança da direita moderada para a direita radical.

Os movimentos de direita começaram a assumir papel protagonista na arena política, a antiga “direita envergonhada” começou a dar espaço à radicalização dos movimentos de direita e o resultado disso foi a expansão de políticos cada vez mais abertamente conservadores e intolerantes (MAITINO, 2018)

Já os motivos que levaram a uma nova postura da direita/ centro-direita parecem ser os mais diversos. Quadros e Madeiro (2018, p.488) apontam que o resultado dessa recém movimentação da direita expõe dois pontos: “as quatro vitórias sucessivas do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais estimulariam setores da oposição na busca de alguma ressignificação a fim de se manterem como players viáveis” e “determinadas políticas públicas propostas pelos governos Lula e Rousseff produziram franca antipatia em alguns grupos sociais”. Ambos aspectos fomentaram um terreno oportuno para “líderes menos afeitos às ideias progressistas e que advogassem, mediante algum grau de ideologização, a representação do eleitorado antipetista” (QUADROS e MADEIRO, p.488).

Rennó (2020), em artigo sobre os determinantes do voto em Jair Bolsonaro na eleição de 2018, avança nos estudos que apontam o antipetismo como garantidor da vitória do presidencialista. Além do antipetismo, para o autor, muitos fatores foram responsáveis pela vitória do ex-capitão, mas dentre os principais, está o alinhamento da direita em posições ideológicas sobre as questões sociais e morais.

---

<sup>14</sup> Acesso 14/09/2021 <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-triunfo-do-bolsonarismo>

## 1.2.2 DECLÍNIO DO PARTIDARISMO E MANIFESTAÇÕES NÃO PARTIDÁRIAS: PARTIDARISMO NEGATIVO, ANTIPARTIDARISMO E APARTIDARISMO

Primeiramente, para a análise do trabalho é preciso apresentar algumas conceituações de não partidários. Em uma perspectiva cronológica cabe resgatar de forma sinóptica os estudos da Escola de Michigan<sup>15</sup> que mesmo trabalhando com a identificação partidária e apresentando diagnósticos positivos sobre os partidos, já sinalizava, em 1960, a existência de sentimentos de origem contrária aos mesmos. Neste período, tais nomenclaturas eram: o próprio *partidarismo*, voltado a pessoas que mantinham laços partidários; o *partidarismo negativo*, voltado àqueles que expressavam sentimentos avessos aos partidos, ainda que também fosse uma espécie de partidarismo; e os considerados *alienados*, que não teriam sentimentos positivos nem negativos aos partidos, simplesmente estariam afastados da política.

Em uma contribuição mais recente, os eleitores não partidários foram divididos em três tipos, a saber: *antipartidários específicos*, *antipartidários generalizados* e *apartidários*. O primeiro segmento seria formado por eleitores que rejeitam algum partido em específico, como, por exemplo, os anti petistas, que podem não gostar do PT, mas podem gostar de outra legenda. O segundo grupo rejeita os partidos de forma generalizada, independente de qual seja. Já o terceiro, não tem afinidade com nenhum partido, mas nem por isso rejeitam essa organização, simplesmente não se enxergam como representados por nenhum deles. Podem em uma pauta concordar, por exemplo, com o PT, mas em outro tema concordar com o PSDB.

Ao tratar dos dois primeiros segmentos, os *antipartidários específicos* e os *antipartidários generalizados*, Fuks, Ribeiro e Borba (2021) mostraram que o antipartidarismo atualmente é um fenômeno mais amplo que o antipetismo estudado por eles. Os autores sinalizam que, embora a rejeição direcionada a um único partido, no caso de seus estudos, ao PT, seja relevante e explicativa, a rejeição generalizada aos principais partidos se tornou igualmente relevante. Isso porque ocorreu um crescimento no eleitorado nacional daqueles tidos como antipartidários generalizados.

A vista disso, apesar do PT se apresentar como o partido que garante os mais altos níveis de identificação e rejeição<sup>16</sup> entre as legendas, também se faz necessário a observação de dados sobre os *antipartidários generalizados* que apresentam números expressivos. Até os

---

<sup>15</sup> Na literatura da época, Campbell (1960) já evidenciava isso em seus trabalhos. Em uma literatura mais recente, Dassonneville e Hooghe (2016) fazem uma revisão sobre as dimensões divergentes do desalinhamento eleitoral na Europa.

<sup>16</sup> PT com maior grau de identificação partidária entre as legendas existentes com 17% dos respondentes e rejeição em níveis similares com 15,4%. Dados ESEB 2006 e 2010.

estudos com base no LAPOP e ESEB têm apontado que todos os principais partidos se tornaram alvo de sentimento de rejeição e desconfiança de uma parcela cada vez maior da sociedade, que mostram que esse grupo passou de 6% do eleitorado em 2010 para 15% em 2019.

Os *apartidários*, alvo desta pesquisa, são considerados pela maioria da literatura como eleitores sem apego partidário. Contudo, em análise a realidade brasileira, Samuels e Zucco (2019) apontam que uma parcela significativa desse segmento também apresenta ligações partidárias negativas. Rennó (2020) corrobora apontando que o eleitor sem partido não é alienado no sentido de se afastar da política e tem sentimentos negativos aos partidos, principalmente em relação ao PT.

Dalton (2013) vai além e conclui que, os *apartidários* são formados por elevada mobilização cognitiva, alta escolaridade e alto interesse por política. O autor também introduz outro tipo de eleitor para o contexto estadunidense, sem vínculo com os partidos políticos, chamados de independentes apolíticos - formado por características opostas do *apartidários*. Este grupo de eleitores reuniria, segundo ele, aspectos mais perigosos para a democracia, em função de ser constituído por eleitores apáticos e expressar aversão à política.

Após o breve resgate histórico e conceitual é possível compreender que o debate sobre o eleitor não partidário é resultado de longa data e vem sendo pensado em sua complexidade. Apesar de menos enfatizado em comparação com o partidarismo positivo, os estudos referentes a esse segmento do eleitorado fazem parte da literatura nacional há muitos anos. Entre os anos de 1930 a 1945, Maria do Carmo Campelo de Souza (1976:65) apontou sobre as elites políticas à ideia de anti-partido, apoiada em partes “no caráter coercitivo e solidário dos grupos políticos, então vistos como elemento de desagregação e como aceleradores da luta de classes”. Além disso, a autora indicou a “incapacidade das elites políticas brasileiras de se conduzirem partidariamente: no seu instinto personalista e clientelístico, traço a um só tempo adquirido e atávico de sua formação histórica”. Mais recentemente, Audrey Dias (2019, p. 11) complementa que:

pesquisadores mais recentes se referem a esse fenômeno como o “lado frequentemente esquecido” do partidarismo (Caruana, McGregor & Stepherson, 2014; Mayer, 2014; 2017). Esse esquecimento culminou em problemas de definição conceitual, na operacionalização, e possíveis mecanismos, de modo que pouco se sabe sobre a importância dessa variável no comportamento dos indivíduos (Mayer, 2014; 2017).

Os estudos sobre esses perfis de eleitores se intensificaram no final dos anos 1990, quando os eleitores ficaram mais salientes com a ascensão da “nova direita” na Europa (Poguntke, 1996; Rose e Mishler, 1998; Mayer, 2014; 2017; McGregor et al., 2015; Caruana e Stephenson, 2015; Medeiros e Noel, 2014). Na América Latina, cabe destacar Gimenes (2015; 2017); Noam Lupu (2016); Audrey Dias (2019) e Gimenes e Borba (2019). Já no Brasil ressalta-se essa intensificação no mesmo período através dos estudos de Almeida (1996); Carreirão e Kinzo (2004); Carreirão e Barbetta (2004); Carreirão (2007a; 2007b; 2008); Samuels (2006; 2008); Neves (2012); Borba, Ribeiro e Gimenes (2013); Paiva, Krause e Lameirão (2016); Ribeiro, Carreirão e Borba (2011, 2016) e Zucco e Samuels (2015; 2018).

A partir das pesquisas de opinião do Ibope, Perseu Abramo, DataFolha e Criterium, Venturi (2010) aponta que, no período de 1987 a 2010, o número de eleitores sem preferência partidária variava entre 64% a 38% do eleitorado. Em julho de 1987, atingiu-se a porcentagem de maior abrangência, nível que só chegou perto de ser batido em dezembro de 2005 com 62%, sob o contexto de denúncias de corrupção, envolvendo principalmente o PT e o Governo Lula. Logo depois, os níveis ficavam em torno de 52% a 59%. Com informações atuais coletadas, percebe-se que, em 2014, 73% não tinham preferência partidária, superando os números apresentados anteriormente (IBOPE, 2014), enquanto em 2018, o número caiu para 52% (DATAFOLHA, 2018).

O último resultado chama atenção e confirma o dado apresentado na subseção anterior com o aumento da partidarização no pleito de 2018, em que os eleitores sem preferência partidária passaram de 73% para 52%. Acredita-se que tal queda tenha relação com o contexto eleitoral que impõe uma nova polarização entre os votantes. No entanto, as informações ainda demonstram se tratar de uma parcela significativa do eleitorado que deve ser estudada. Passaremos, portanto, pelos trabalhos que já tentaram preencher as lacunas referentes ao tema.

Em seu estudo acerca das pesquisas eleitorais, Almeida (1996) registrou as principais opiniões e tendências dos eleitores brasileiros, sob dois aspectos: as eleições de 1994, com a influência do Plano Real, e o comportamento/opinião dos eleitores sobre os temas essenciais da vida nacional, visto que demonstravam grande confiança nos sindicatos, nos padres católicos, na participação popular e na cidadania. Conhecimentos que certamente contribuíram na orientação da esquerda a respeito da sua imagem entre os eleitores. Em termos práticos, demonstrou aumento significativo na identificação partidária do PSDB durante a campanha (de 2% em março para 12% em setembro), resultado da associação do PSDB à candidatura de Fernando Henrique Cardoso. Em relação aos eleitores sem preferência partidária, o autor destaca um número considerável, embora pontue sua diminuição ao final da campanha.

Ao observar a eleição presidencial sob um recorte mais específico, a grande São Paulo, Carreirão e Barbeta (2004) propõem investigar a influência dos sentimentos partidários dos eleitores em sua decisão de voto, percebendo que a rejeição aos partidos tem influência significativa e restringe o campo das opções a uma parcela considerável do eleitorado. Para os autores, uma avaliação só será completa se “incorporar não só suas preferências partidárias, como tem sido feito na quase totalidade dos estudos no país, mas também outras manifestações dos eleitores” (CARREIRÃO; BARBETTA, 2004, p. 87).

Em trabalho publicado no mesmo ano, Carreirão e Kinzo (2004) analisam não só a identificação, mas também a rejeição partidária, tratando em específico dos anos de 1989-2002. O estudo mostrou que “a rejeição partidária parece ter um vínculo claro com o voto: em mais de 98% dos casos em que o eleitor manifestava rejeição a um partido, ele não votava no candidato deste partido” (CARREIRÃO; KINZO, 2004, p.160). No geral, apontam que 42% do eleitorado são movidos e influenciados por essas perspectivas na escolha do seu voto “seja a partir de uma “identificação” ou preferência, seja por rejeição a pelo menos um dos partidos” (CARREIRÃO; KINZO, 2004, p. 161). Em outras palavras, se os partidos historicamente foram fracos perante o eleitorado, no que diz respeito às lealdades partidárias, eles continuam sendo, mas nem por isso se tornaram mais fracos no período recente.

Carreirão (2008) buscou identificar em seu trabalho as opiniões e os sentimentos partidários dos eleitores brasileiros através de pesquisas nacionais de diferentes momentos, 1990, 1997, 2002 e 2007, a fim de observar algum tipo de “estrutura” referente a opinião pública. Os resultados encontrados apontam um contraste entre o primeiro e último ano, pois em 1990 havia uma maior preferência por partidos à esquerda entre eleitores mais democráticos e, em 2007, as opiniões dos eleitores apresentam pouca associação com o partido que preferem ou rejeitam.

Em específico, Samuels (2008) ao estudar a evolução do petismo de 2002-2008, revelou algumas mudanças que podem ajudar a completar os dados mencionados no parágrafo anterior. No que tange à ideologia, o autor mostrou que a dicotomia esquerda-direita não prediz mais o fenômeno do petismo como até 2002. Isso porque os eleitores da legenda que se auto-localizavam levemente à esquerda em comparação aos sem partido, apresentaram uma postura mais moderada na predição de 2007. Dentre as principais mudanças, destaco duas: a primeira, que o eleitor petista é altamente envolvido na política eleitoral comparado aos indivíduos sem identificação partidária; e a segunda, que estes possuem um conhecimento político maior do que o brasileiro médio sem partido.

Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) fizeram a análise de um período maior, buscando compreender os sentimentos partidários e o antipetismo. Seus resultados demonstraram um declínio dos níveis de identificação partidária no geral, fato que representaria o menor número encontrado, tendo como parâmetro as ondas do ESEB (2002-2014). Os autores destacam o PT como a legenda mais impactada pela queda passando de 28% em 2010 para 18% de identificação em 2014. O crescimento do antipetismo no eleitorado brasileiro foi formado por votantes que, em sua maioria, possuem um maior nível de escolaridade e cor branca.

Sobre o perfil antipartidário na América Latina do ano de 2012, Dias (2019) observou que o alto número de partidos, somado a baixa polarização partidária e a institucionalização, aumentaram a probabilidade de desenvolvimento desse fenômeno. Contrapondo-se à literatura existente, uma vez que identifica que não necessariamente o antipartidarismo estaria relacionado a um desempenho econômico ruim (altas taxas de desemprego). Além disso, aponta as características do perfil desse eleitor como:

mais jovens, menos escolarizados, menos interessados por política, com alta eficácia política subjetiva, avaliam negativamente a economia do país e acreditam que a corrupção é generalizada, também se auto-localizam nos centros da escala ideológica, apresentam desafeição institucional e tem preferência por regimes autoritários (DIAS, A, 2019, p.140).

Em seu livro, Samuels e Zucco (2018), observaram que, em média, em cada eleição presidencial desde 1990, pelo menos 80% de petistas e parcela semelhante dos tucanos declaram intenção de voto para o candidato presidencial de seu partido. Apontam também que a avaliação do desempenho dos presidentes é mais alta entre partidários do seu partido do que entre partidários do principal partido da oposição. A mesma percepção por parte da avaliação dos não-partidários ocupa, o que na visão dos autores, seria uma posição intermediária.

Borba, Ribeiro, Gimenes e Casalecchi (2018), partindo dos estudos de Dasonelli e Hooghe (2016), analisam a relação entre o desalinhamento, a *indiferenciação* e a *alienação*. As diferenças entre os conceitos partem do primeiro não diferenciar os partidos, mas isso não faz com que os desprezem; enquanto, o segundo, resulta em afastamento do jogo político, desprezo em relação aos partidos e ao sistema como um todo. Nessa visão, o aumento de *indiferenciação* e *alienação* dos eleitores está associado à diminuição do partidarismo.

Além disso, Borba, Ribeiro, Gimenes e Casalecchi (2018) investigam as causas para esse fenômeno brasileiro, partindo da hipótese que diferentemente do que foi encontrado no caso europeu, cujos eleitores indiferentes e alienados muito semelhantes, o desalinhamento esteja mais ligado com a alienação do que indiferenciação. Ou seja, no Brasil, ambos os



conceitos ampliam sua expressão em contexto conjunturais críticos, em destaque os anos de 2006 e 2014 marcados por denúncias de corrupção. Tanto um quanto outro, são expressos de forma negativa ou ausente de mobilização cognitiva, escolaridade e interesse por política, o que era esperado somente para a alienação.

No que diz respeito a adesão à democracia e o apartidarismo na América Latina, Gimenes e Borba (2019) apontam que a mobilização cognitiva exerce efeitos expressivos quando analisados em conjunto com o apoio ao regime. Em outras palavras, os eleitores com alto nível de mobilização cognitiva são mais adeptos à democracia do que perfis em perspectiva oposta. Fato que intensifica a importância de identificar e entender as atitudes e o comportamento dos eleitores não partidários, sobretudo, do perfil com menor mobilização cognitiva, os independentes apolíticos, teorizado na próxima seção.

Como visto, a literatura nacional tem se proposto a analisar tais fenômenos, principalmente em razão dos eventos políticos recentes. Além do declínio geral da identificação partidária, destaca-se também a rejeição ao PT por conta das denúncias de corrupção. A intenção foi destacar o que vem sendo falado sobre, demonstrando os impactos das relações contextuais aos sentimentos partidários e indicando a necessidade crescente de mais atenção ao tema.

De acordo com Gimenes (2017, p.26-27), os diferentes efeitos para o crescente distanciamento com os partidos políticos estão divididos em dois grandes blocos, um com uma abordagem pessimista e outro com uma abordagem otimista. A primeira perspectiva, exemplificada pelo autor por Putnam (2002), defenderia que a descrença com relação ao Estado e às instituições representativas seria um indício de uma crise de legitimidade, a qual pode até mesmo culminar na instabilidade democrática. Enquanto a segunda, enfatiza o aumento da sofisticação, na qual estes indivíduos formados por um pensamento crítico, propícios a valores democráticos e propostos a formas de ação política mais horizontalizadas (NORRIS, 1999; DALTON; McALLISTER; WATTNBERG, 2003; DALTON, 2013). O último grupo de estudos encontram-se as contribuições mais importantes para análise do caso brasileiro que é o que nos interessa nesta dissertação.

### 1.3 COMPORTAMENTO ELEITORAL

#### 1.3.1 DECISÃO DE VOTO E A TEORIA DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA

A partir dos anos 1960, a discussão sobre as mudanças referentes à identificação partidária nas democracias avançadas começa a tomar fôlego e definições sobre a tese de

desalinhamento aparecem com maior precisão (LIPSET e ROKKAN, 1967). Os estudos apontam a queda nas modalidades de participação tradicional, como a participação em partidos e o aumento nas contestações políticas. Dentre as atividades convencionais, destaca-se o envolvimento entre os eleitores e os partidos políticos. Tais estudos têm se concentrado em alguns modelos das principais escolas de explicação do voto: o psicossocial, o da escolha racional e o modelo sociológico.

Em linhas gerais, a escola psicossocial traz a perspectiva de que os eleitores, em sua grande maioria, carecem de informação, conhecimento político e de um sistema de crenças estruturado, justificando as incompetentes decisões eleitorais. A escola da escolha racional reconhece as limitações informacionais dos cidadãos, mas argumentam que o eleitor possui capacidade de reconhecer seus interesses e votar naqueles que melhor estejam aliados aos seus objetivos e crenças. E a escola do modelo sociológico é baseada na ideia de que o eleitor direciona seu voto de acordo com as influências que ele absorve a partir de três fatores: estado socioeconômico, religião e localização da residência.

Nesta subseção foi realizado um debates referentes aos desdobramentos da escola psicossocial, conhecida também como escola de Michigan. Isso porque os trabalhos discutidos apresentam preocupações com a identificação partidária, escolaridade e interesse por política, variáveis cruciais para tal análise.

Até os anos de 1950 os recursos das habilidades políticas eram bem limitados, especialmente, aos cidadãos menos sofisticados. Foi por intermédio da identificação partidária que estes eleitores começaram a se conectar com o mundo político e Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960; 1966) indicaram que os partidos atuam como atalhos para o mundo político. Ademais, a IP exerce influência na orientação para o voto, estimulando a participação e garantindo a estabilidade do sistema partidário. Weisberg e Greene (2003: 115) chegam a dizer que essa "é a base da nossa compreensão moderna de democracia, e é provável que detenha essa posição teórica crucial"<sup>17</sup>. Contudo, esses estudos já indicavam limitações a estes benefícios. Nas palavras de Campbell, Converse, Miller e Stokes (1960, 133):

A identificação partidária levanta uma tela perceptiva através da qual o indivíduo tende a ver o que é favorável à sua orientação partidária. Quanto mais forte for o

---

<sup>17</sup> Tradução livre de "party identification is the linchpin of our modern understanding of electoral democracy, and it is likely to retain that crucial theoretical position".

vínculo partidário, mais exagerado será o processo de seleção e distorção perceptiva.<sup>18</sup>

Posteriormente, outros autores reforçam estas relações. Como é o caso de Dalton (2000, p. 20) que apesar de mostrar a identificação partidária como o elemento “mais importante desenvolvimento na pesquisa moderna de comportamento eleitoral<sup>19</sup>”, percebeu-se que para a maioria dos partidários fortes, a eleição praticamente acabou antes de começar (DALTON, 2008). É um fato que decorre destes entrarem na competição com sua decisão tomada. Entretanto, o autor também aponta que isso não significa que a mudança eleitoral não ocorra, mas enfatiza que a maior parte da mudança vem dos não partidários e daqueles com laços partidários fracos - especialmente os não partidários sofisticados.

Dalton (2008) também define que os eleitores apertidários decidem mais tarde em uma campanha, votam com base em questões mais complexas e são mais prováveis de variar seu voto entre as eleições conforme mudanças conjunturais. Isso contrasta com o que o ele chamou de partidários fortes, que votam regularmente em seu partido, independentemente dos candidatos ou de suas políticas. Em sua visão, partidários sofisticados podem, na verdade, reunir mais fatores para apoiar suas predisposições, enquanto partidários menos sofisticados seguem ritualmente suas lealdades partidárias - definições que serão apresentadas mais a fundo a seguir.

É por meio da identificação partidária os eleitores decidiam de forma automática e menos racional<sup>20</sup> se tinham ou não afinidades com um partido ou candidato. Nas palavras de Dalton (2020: 5):

Em vez de as pessoas ajustarem seu partidarismo em reação para um novo aprendizado, como no modelo de contagem contínua de identificação partidária, o raciocínio motivado pode levar muitas pessoas a ajustar os fatos para coincidir com suas lealdades partidárias anteriores - especialmente entre partidos fortes identificadores<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Tradução livre de “Identification with a party raises a perceptual screen through which the individual tends to see what is favorable to his partisan orientation. The stronger the party bond, the more exaggerated the process of selection and perceptual distortion will be.”

<sup>19</sup> Tradução livre de “strong case can be made that the concept of partisan identification is the most important development in modern electoral behavior research” (DALTON, 2000: 20)

<sup>20</sup> Isso porque essas decisões não eram tomadas a partir de análise do currículo do candidato ou histórico do partido, mas sim através de filtros prévios obtidos através dessa vinculação partidária.

<sup>21</sup> Tradução livre de “Instead of people adjusting their partisanship in reaction to new learning, as in the running tally model of party ID, motivated reasoning may lead many people to adjust the facts to match their prior partisan loyalties—especially among strong party identifiers.”

De acordo com o autor, a discussão sobre partidarismo na literatura internacional estaria apresentando duas dimensões: abordagens heurísticas reforçam os sentimentos de identificação partidária, contribuindo positivamente para a responsabilidade na orientação das escolhas dos eleitores e representação democrática. E abordagens mais preocupadas com questões cognitivas que apontam limitações e potenciais negativos do conceito (DALTON, 2008; 2013; 2020).

Neste contexto, segundo Dalton, as últimas décadas seriam marcadas por mudanças sociais e políticas em sociedades industriais, que impactam na construção de habilidades políticas. Isso ocorreria porque a oferta e variedade de informações é quase ilimitada. A maneira de fazer política se modificou, reestruturando o papel dos atores sociais envolvidos, sobretudo, a partir da inclusão dos meios de comunicação nas campanhas eleitorais. O declínio da identificação partidária e da participação em partidos políticos também passam a ser considerados como fatores explicativos.

Para desenvolver a análise preterida sobre a compreensão do eleitorado apartidário no Brasil, a teoria da mobilização cognitiva, criada por Russell Dalton (2013) foi utilizada. Haja vista que a mesma foi empregue para compreender o eleitorado norte-americano e de democracias consolidadas, identificando as mudanças acerca da tomada de decisão e como essas tendências estão remodelando o processo democrático.

No “The apartisan American” Dalton (2013, p.13) apontou para uma alteração na natureza da política contemporânea responsável por produzir o que ele chamou de desalinhamento partidário, que seria “um padrão persistente de enfraquecimento das adesões do público com os partidos políticos”. Segundo o autor, trata-se de um fenômeno que não é negativo à democracia, uma vez que, os eleitores estariam buscando outras formas de mobilização política, mais horizontalizadas e menos onerosas. Para tal compreensão, é necessário recorrer a sua obra anterior em parceria com Farrell e McAllister (DALTON, FARRELL e McALLISTER, 2003), no qual discutem sobre a manutenção ou decadência da relevância dos partidos políticos sob a perspectiva do eleitorado. Os autores sustentam que vêm ocorrendo

um amplo e contínuo declínio no papel dos partidos políticos face aos eleitores contemporâneos — e não a uma diminuição temporária da satisfação do público com os partidos, como defenderam alguns autores. O desalinhamento sugere também que novas formas de política democrática — como a expansão da democracia directa, a abertura de processos administrativos à participação do público e o aumento do recurso aos tribunais por grupos de cidadãos — irão desenvolver-se à medida que os cidadãos adotam formas de ação não partidárias. (DALTON, FARRELL e McALLISTER, 2003, p. 298)

Para Dalton, McAllister e Wattenberg (2003), os novos sistemas partidários construídos com a democratização na chamada terceira onda experimentam novos processos de desenvolvimento. A tese de desalinhamento apresenta um terreno distinto ao das democracias mais consolidadas, marcado pelo efeito de mudanças sociais de longo prazo sobre a identificação partidária, que levam potencialmente ao afastamento dos cidadãos da política eleitoral. E concluem que o desalinhamento tem potencial para produzir efeitos positivos e negativos e isso dependerá de como os eleitores e o sistema partidário como um todo se adaptarão.

Sob o contexto de aumento substancial do eleitorado sem identificação partidária, Dalton (2003; 2006; 2007; 2013) mobilizou seus estudos em uma perspectiva mais otimista. Dialogando com a teoria pós-materialista, em especial com os estudos do Inglehart (1977; 1990; 2001) e da cidadania Crítica de Norris (1999; 2007; 2011), que compreendem esse fenômeno como um sinal de aumento da qualidade da democracia.

Inglehart (1977) foi o primeiro autor a trabalhar o conceito de mobilização cognitiva, apresentando uma mudança nos valores humanos em direção a uma postura pós materialista (INGLEHART, 1977; 1990; 2001; INGLEHART e WELZEL, 2005). Percebeu-se que esta movimentação estava ocorrendo em conjunto com o desenvolvimento econômico, principalmente, nas sociedades industriais avançadas e pós-industriais. Entre as alterações, destacadas aquelas referentes à atividade política. No geral, a teoria de desenvolvimento humano expõe que os indivíduos estariam gradualmente empregando outros valores que não os desenvolvimentistas e maximizadores de lucro.

Portanto, contrário a uma visão de fortalecimento da posição do cidadão desorganizado e independente, responsável pela fragilização das instituições e dos partidos políticos, parte-se da ideia de *cidadão crítico* de Pippa Norris (1999). No qual seria aquele que ao mesmo tempo em que apresenta altas taxas de adesão à democracia, apresenta também altos níveis de desconfiança perante as instituições democráticas - em especial, aos partidos políticos. Além disso, em pesquisas sobre representatividade e crise da democracia, a autora se contrapõe a teses que defendem uma visão pessimista do futuro da democracia.

Norris (2011) apresenta também o conceito de *déficit democrático*, resultado da revisão de sua obra. A autora amplia a perspectiva de suas variáveis e apresenta um modelo mais complexo de análise, visto que abrange variáveis socioeconômicas, desempenho econômico, avaliações de políticas públicas, configurações institucionais, valores, conhecimento sobre a

democracia e acesso a conteúdo midiático. Em trecho retirado do texto, a autora aponta algumas considerações e discute a relação entre os dois conceitos:

Cidadãos críticos podem, portanto, ser uma força positiva para reforma no mundo, alimentando demandas populares de que estados com direitos humanos precários os registros passam a se assemelhar mais aos princípios democráticos. Um grau de ceticismo sobre a confiabilidade das autoridades governamentais é saudável para democracia; afinal, a teoria política liberal clássica foi fundada na necessidade de vigilância do cidadão sobre o potencial abuso de poder por parte do Estado (...) No entanto, déficits democráticos substanciais e duradouros são mais comumente considerados com preocupação, disparando o alarme de que prolongado e profundo desencanto com o desempenho de determinadas políticas líderes, falta de confiança com os partidos do governo e desilusão com o núcleo instituições representativas acabarão por se espalhar para cima para corroer a fé em a própria democracia, como a podridão seca enfraquecendo as bases por baixo, com o capacidade de minar o apoio popular a regimes democráticos frágeis<sup>22</sup> (NORRIS, 2011, p. 10, cap. 12).

Em outras palavras, Norris (2011) apresenta que *cidadãos críticos* podem ser positivos para a democracia, visto que, em certa medida, suas contestações desencadearam o aumento de fiscalização e de participação popular. Todavia, salienta que em grande escala e de forma prolongada *déficits democráticos* podem ser negativos ao regime, uma vez que, este podem gerar um enfraquecimento do mesmo.

Para tratar dessa reorganização, Dalton (2013) apresenta uma classificação que tipifica os diferentes perfis do eleitorado a partir da combinação de dois indicadores: simpatia partidária e mobilização cognitiva (INGLEHART, 1977). Ambas agregariam a combinação das variáveis escolaridade e interesse por política (NORRIS, 1999; Dalton, 1999; 2004; KLINGEMANN, 1999). Segundo Dalton (2013), os eleitores deveriam ser classificados a partir de suas capacidades cognitivas. Ou seja, através do seu conhecimento de política e da forma como esse eleitor consegue fazer conexões e interpretações do que sabe. Em suas palavras:

A mobilização cognitiva significa que mais pessoas agora possuem os recursos e habilidades políticas que melhor os preparam para lidar com as complexidades da

---

<sup>22</sup> Tradução livre de “Critical citizens can therefore be a positive force for reform around the world, fueling popular demands that states with poor human rights records come closer to democratic principles. A degree of skepticism about the reliability of government authorities is healthy for democracy; after all, classical liberal political theory was founded on the need for citizen vigilance over the potential abuse of power by the state (...) However, substantial and enduring democratic deficits are more commonly regarded with concern, raising the alarm that Prolonged and deep disenchantment with the performance of certain leading policies, lack of trust with governing parties, and disillusionment with core representative institutions will eventually spread upward to erode faith in democracy itself, as dry rot weakens the foundations for low, with the ability to undermine popular support for fragile democratic regimes” (NORRIS, 2011, p. 10, cap. 12).

política e tomar suas próprias decisões políticas com menos dependência de lealdades partidárias afetivas, habituais ou outras pistas externas.<sup>23</sup> (DALTON, 2013, p. 822).

No quadro abaixo, apresentaremos quais são esses tipos e como estes são classificados:

Quadro 1 - Definição dos perfis de Mobilização Cognitiva

Independentes apolíticos	Indivíduos pouco sofisticados cognitivamente e que não nutrem simpatia por nenhum partido. São considerados pouco preocupados com as questões políticas, entre as quais a previsibilidade do comparecimento e da escolha eleitoral é difícil. São considerados menos apropriados para o funcionamento da democracia.
Partidários rituais	Indivíduos igualmente pouco sofisticados cognitivamente mas que no entanto são guiados pela identidade partidária. Na ausência de recursos cognitivos, apoiam o partido e o utilizam como atalho, sem competências para análises mais profundas sobre as informações políticas. Votam em seu partido.
Partidários cognitivos	Indivíduos mais sofisticados e vinculados a partidos políticos. Sua participação nas referidas instituições se deve ao seu refinamento político, ou, nos termos de Dalton(2013), à sua cognição. Ou seja, se tratam de eleitores que avaliam o desempenho da política e que tomam suas decisões a partir disso.
Apartidários	Indivíduos que possuem alto refinamento cognitivo e que não possuem rótulos partidários. Estes orientam sua atuação política por meio de suas competências, fazendo sua avaliação e escolha de seus candidatos independente dos partidos. São considerados mais apropriados para o funcionamento da democracia.

Fonte: Elaborado pela autora.

<sup>23</sup> Tradução livre de: Cognitive mobilization means that more people now possess the political resources and skills that better prepare them to deal with the complexities of politics and reach their own political decisions with less reliance on affective, habitual party loyalties or other external cues (DALTON, 2013, p. 822).

Em resumo, a ordem do quadro está colocada do tipo de eleitor menos para o mais mobilizado cognitivamente, onde os dois primeiros seriam compostos por indivíduos de baixa mobilização cognitiva e os dois últimos com altos níveis. Segundo Dalton (2013), o nível mais alto de mobilização cognitiva está relacionado a um novo tipo de eleitor (o apartidário), que teria sido formado através do aumento da escolarização e do acesso à informação política. Este seria responsável por um posicionamento crítico às instituições e com preferências a outras formas de ação política. Para além destas questões são eleitores que orientam sua tomada de decisão de maneira autônoma e formam o grupo que é o mais benéfico para a democracia.

Os resultados encontrados por Dalton (2013), confirmam seus fundamentos teóricos. O autor aponta que a mobilização cognitiva é o principal fator explicativo para o engajamento político e que esta variável combinada com a escala de racionalidade referente ao envolvimento dos partidos, ajudam a inferir que o perfil do apartidário pertence aos eleitores mais ativos politicamente. Posteriormente encontra-se o perfil dos partidários cognitivos, em sequência os partidários rituais, e, por último, os independentes apolíticos. Ou seja, fica confirmado a teoria de que os cidadãos instruídos são mais ativos e mais informados politicamente (ALMOND e VERBA<sup>24</sup>, 1989).

Em contrapartida, estudos referentes à América Latina, têm demonstrado que seus regimes não são capazes de fomentar uma participação política mais intensa e os avanços institucionais não conseguem despertar nos cidadãos o engajamento político. Trata-se de uma contestação controversa, isso porque se trata de países em que a democracia não foi consolidada e, portanto, não possuem uma maior distribuição de recursos e possibilidades de participação política. A vista disso, Gimenes (2015) considera tal informação ao utilizar a escolaridade e interesse por política como uma dimensão para construção dos perfis partidários.

Mais recentemente, Dalton (2020:14) indicou que ser partidário é um ponto positivo mas está vinculado a informação enviesada. Em suas palavras, “o partidarismo é mais um ponto positivo do que um ponto negativo<sup>25</sup>”. Entretanto, chama a atenção para a dificuldade de “identificar as condições quando esse equilíbrio pode ser inclinado para o positivo e evitar o negativo<sup>26</sup>” (2020, p. 12).

---

<sup>24</sup> Para os autores, que também apresentam uma categorização dos tipos de eleitor, o perfil “partidários abertos”(composto por um grupo envolvido com o jogo político eleitoral sem estar ligado a um partido específico), seria mais favorável à democracia por reduzir a hostilidade entre as legendas e opositores (1989, p 114).

<sup>25</sup> Tradução livre de “In summary, I believe partisanship is more of a plus than a minus, and these benefits are addressed by other chapters in this collection”.

<sup>26</sup> Tradução livre de “The challenge is to identify the conditions when this balance can be tilted toward the positive and avoid the negative.”



A concepção dos partidos como atalhos<sup>27</sup> enviesados da vida política, responsáveis por passar informações que são assimiladas quase que de forma instantânea pelos indivíduos, não é consenso na literatura. Neste trabalho, adotou-se a corrente de pensamento que acredita que tal fator não deve inviabilizar a ideia de que os cidadãos tomam suas próprias decisões baseadas nos seus interesses, independente desse conhecimento adquirido por atalhos cognitivos (DRUCKMAN e LUPAIA, 2000).

No ano seguinte, Dalton e Berning (2021) escreveram sobre a retomada do partidarismo com o surgimento das novas clivagens culturais que resultaram no avanço da extrema direita. As demandas atuais forçaram respostas mais maleáveis dos partidos sociais-democratas e conservadores. Como já apontado pela literatura, os partidos de direita radical se tornaram defensores daqueles cidadãos com posições conservadoras sobre uma série de questões culturais (MUDDE e KALTWASSER, 2013). Essas tendências liberais provocaram reações por parte dos que defendem o status quo ou questionavam as mudanças que vinham sendo pautadas (DALTON, 2018; NORRIS e INGLEHART, 2019). Neste cenário, partidos da direita radical ou de direita populista emergiram como representantes dessas opiniões e nas palavras dos autores:

Se os partidos de centro-direita aceitaram a reforma ambiental - o que a maioria aceitou - e a expansão dos direitos de gênero - o que a maioria aceitou - isso cria um vazio partidário para os cidadãos que não aceitaram apoiar essas reformas. O impacto cultural da globalização na imigração e na diversidade social também aumentou a oposição pública. Em muitos sistemas partidários europeus, a solução foi o surgimento de partidos de extrema direita para articular essas demandas de políticas. Portanto, modernização social e globalização são geralmente vistos como uma polarização crescente dos sistemas partidários em democracias afluentes<sup>28</sup> (DALTON e BERNING, 2021: 15-16).

Sucintamente, muitos partidos assumiram posições mais distintas sobre as questões culturais, enquanto os partidos de extrema direita emergiram como defensores do conservadorismo cultural. Ainda nesta linha Bakker, Jolly e Polk (2020) sugerem que o descontentamento com os partidos estabelecidos levou alguns eleitores a apoiarem partidos mais extremos. Literatura que reforça a importância dos partidos políticos, visto que, na

---

<sup>27</sup> Como o próprio nome diz, esses atalhos seriam a via pela qual os indivíduos se informam de questões mais complexas sem pagar os altos custos de uma análise profunda dos acontecimentos. Em outras palavras, sem a necessidade do chamado conhecimento "enciclopédico" (LUPAIA, 1994).

<sup>28</sup> Tradução livre de "The same forces drew some large center-right parties to accept moderate cultural issue positions. If center-right parties accepted environmental reform – which most did – and the expansion of gender rights – which most did – this creates a party void for citizens who did not support these reforms. The cultural impact of globalization on immigration and social diversity also increased public opposition. In many European party systems, the solution was the emergence of far-right parties to articulate these policy demands."

ausência de representação em algum tema, novas agremiações surgem para preencher a demanda do eleitorado.

Novamente é percebido a relevância das instituições, em especial, os partidos como simplificadores dos assuntos políticos, proporcionando informações de credibilidade aos indivíduos sobre temas variados e minimizando as desigualdades de acesso ao conhecimento e informação. Principalmente, como apresentado no contexto brasileiro, em que os traços dessa desigualdade são intensificados, entendendo que, apesar de tratarmos dos aspectos negativos do partidarismo, somente o próprio partidarismo pode resolver.

A seguir será retratado com maior profundidade a aplicação do modelo de teoria cognitiva de Dalton (2013) no contexto brasileiro, em que pensando nessas diferenças, Borba, Ribeiro e Gimenes (2015) propõem a construção do perfil dos eleitores também levando em conta as duas dimensões citadas, escolaridade e o interesse por política.

### 1.3.2 APLICAÇÃO DA TEORIA DA MOBILIZAÇÃO COGNITIVA NO BRASIL

Para estudar os eleitores sem identificação partidária, objeto desta pesquisa, tem-se como ponto de partida Borba, Gimenes e Ribeiro (2015). Tais autores buscam aplicar, ao contexto brasileiro, entre os anos de 2006 e 2012, a classificação dos tipos de eleitor estipulada por Dalton (2013), através da identificação dos condicionantes sociais, atitudinais e comportamentais. A saber: mobilização cognitiva (escolaridade e interesse por política) e simpatia partidária. Nesta análise a relação contextual é ressaltada pelos autores como ponto de preocupação, no qual apontam diferenças entre os modelos das democracias consolidadas, com longo histórico de estabilidade política para as jovens democracias, como o caso brasileiro.

Com relação aos índices de mobilização cognitiva, cabe destacar, em paralelo a análise contextual realizada no bloco anterior, que o cenário brasileiro presencia um aumento do nível educacional devido a uma série de políticas educacionais<sup>29</sup>. Contudo, isso não foi suficiente para elevar o interesse por política. Como verificado por alguns autores, o brasileiro é pouco ou nada interessado por política (MOISÉS e MENEGUELLO, 2013; DIAS e KERBAUY, 2015).

Fuks, Casalecchi e Araújo (2017) buscam a compreensão do impacto dessas duas variáveis (escolaridade e interesse por política), baseado na tipologia utilizada neste trabalho, para análise do eleitorado brasileiro e norte-americano. Nele vale destacar existe um

---

<sup>29</sup> De expansão do ensino básico e profissionalizante, com escolas técnicas e IFFs; e, do ensino superior através do Reuni, Prouni, Fies e etc.

contraponto com a realidade analisada por Dalton (2013) e pela presente pesquisa, a partir dos estudos de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) sugerindo diferenças entre os níveis de mobilização cognitiva do Brasil e dos EUA. Chama a atenção dos autores o diagnóstico de “democratas insatisfeitos”<sup>30</sup> como positivos para a democracia.

Isso porque diferentemente do apontado, para o Brasil, o estudo demonstrou que os democratas insatisfeitos têm mais chances de participar de protestos e manifestações que os democratas satisfeitos, mas também são os mais propensos a apoiar golpes militares. Isto é, apresenta-se como uma combinação perigosa, visto que, participação sem compromisso democrático pode desencadear atitudes antidemocráticas. Já para os Estados Unidos, os autores não identificaram grandes diferenças entre os dois perfis.

No geral, a literatura tem demonstrado que diferentemente do que apontava Norris (1999), a insatisfação com o funcionamento do regime não torna os cidadãos mais informados e comprometidos com a democracia. Isso porque a revolta contra a política não necessariamente vai resultar em manifestações alicerçadas em valores democráticos. Para Moisés e Carneiro (2008), a democracia brasileira convive com dois sintomas negativos, apontando que a insatisfação e desconfiança gerariam distanciamento e alienação em relação à democracia, elevando o número de indivíduos insatisfeitos com o regime e que poderiam ter atitudes antidemocráticas.

Na tabela 1 foi apresentado alguns dados do artigo do Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), no qual os autores testam a união das variáveis citadas formando os perfis de alta e baixa mobilização cognitiva:

Tabela 1 - Mobilização cognitiva dos brasileiros entre 2006 e 2012 (%)

<b>Perfil</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>
Baixa	90,9	90,2	90,2	88,5
Alta	9,1	9,8	9,8	11,5
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

<sup>30</sup> Tratado no texto como um sinônimo do conceito de “cidadão crítico” da Pippa Norris (1999). Seria este um cidadão que estaria insatisfeito com o sistema político e que desconfia das instituições representativas mas que, no entanto, está comprometido com os princípios democráticos. (FUKS, CASALECCHI e ARAÚJO, 2017)

No que se refere à escolaridade, os autores verificam que existe uma melhoria nos níveis entre os brasileiros no período estudado (PNAD e IBGE). Com relação ao interesse por política, verificaram um decréscimo no percentual de cidadãos muito interessados por política, em 2006, e retomada, no ano de 2008, não tão significativa quanto a queda (LAPOP). Em comparação aos demais países, verificou-se também que o Brasil apresenta um perfil construído com pouco interesse por política. Além disso, os dados apresentados demonstram que a mobilização cognitiva dos brasileiros não sofreu alteração, apontando o perfil com menor mobilização como preponderante nas quatro ondas de análise. Em diálogo com Dalton (2013), os autores verificam que a educação é central para o modelo.

Em diálogo com o Dalton (2013) os autores identificam que a educação é central para o modelo, porque ainda que o interesse por política seja uma variável relevante, esta não é tão significativa em análise comparada, visto que, apesar dos EUA ter seu eleitorado formado por mais interesse político que no Brasil, essa diferença não apresenta tamanha relevância.

Logo, sistematicamente o que varia é a questão da escolaridade. Os dados do PNAD apontam que, entre os anos de 2002 a 2012, cresceu o nível de escolaridade média da população de 25 anos ou mais de idade, passando de 6,1 para 7,6 anos de estudo completos. Ademais, das pessoas desta faixa etária, 40,1% alcançaram 11 anos de estudo ou mais. Segundo dados do IBGE (2018), a proporção de pessoas com 25 anos ou mais que completaram a educação básica obrigatória foi de 47,4%, número abaixo da metade da população, ainda que tenha havido um aumento de 7,3%. Em seu último livro, Nicolau (2020, p. 35) chega a fazer uma comparação da escolaridade de 2002 a 2018 e constata que:

O percentual de analfabetos caiu de 7% para 4%, o contingente dos que sabem apenas ler e escrever passou de 20% para 9% e o dos que não completaram o ensino fundamental teve uma queda expressiva (de 36% para 26%). Quando Lula foi eleito presidente pela primeira vez, em 2002, 63% do eleitorado não havia terminado o ensino fundamental. Dezesesseis anos depois, quando Bolsonaro conquistou a presidência, esse número caíra para 39%.

Esses dados revelam uma mudança significativa no período, constatando na primeira análise uma preponderância nos níveis de menor escolaridade e na comparação seguinte aumento nos níveis educacionais.

Enquanto, nos Estados Unidos o ensino superior é majoritário. No Brasil, os dados do IBGE (2018) demonstram que apenas 23,1% dos jovens com idade correta estavam cursando uma faculdade. Por sua vez, os baixos índices de escolaridade, provocam baixos índices de

mobilização cognitiva. Embora caiba ressaltar que a longo prazo, o aumento da escolaridade irá impactar nos índices de mobilização cognitiva dos brasileiro.

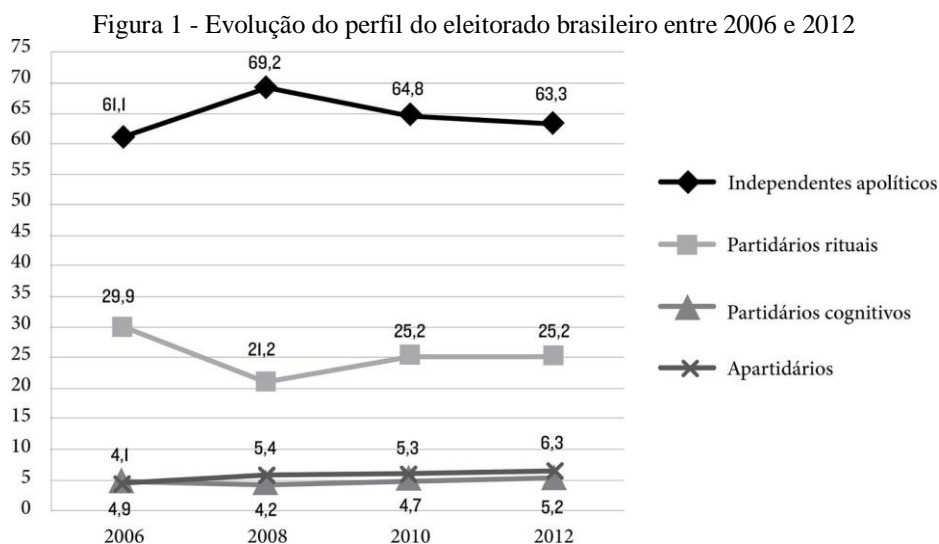
Sobre os índices de simpatia partidária, outra variável utilizada na predição dos modelos da tipologia de mobilização cognitiva, destaca-se que, esta apresentou um decréscimo no ano de 2008 e retomada entre 2010 e 2012. No entanto, ressaltam que a retomada não recuperou o número observado em 2006 de 34,8%, com destaque para a perda de 4,33% (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015). Em dados atualizados, como apresentado na seção anterior, em 2018, a identificação partidária ultrapassou a marca de 2006, chegando a 35%. Comparativamente, nos EUA esses níveis encontram-se em declínio desde 2006, quando marcava 62,2% do eleitorado, chegando a 2014 com 55%<sup>31</sup>.

Vale lembrar que Dalton (2013) propõe essa teoria de distanciamento dos eleitores a partir de um contexto de declínio nas taxas de filiação partidária, não se enquadrando no caso brasileiro, pois mesmo com volatilidade ao longo do período estudado, o Brasil ainda apresenta taxas elevadas em comparação com outros países. Cervi, Terron e Soares (2021, p. 517), já verificaram esse evento e apontaram que “em democracias consolidadas há uma tendência de declínio no percentual de filiados, (...) no Brasil temos uma leve tendência de crescimento”. Isso porque, apesar das críticas aos partidos e do país possuir taxas voláteis nos níveis de filiação, os eleitores têm a percepção da importância dos partidos e guiam suas preferências através deles, reafirmando os argumentos de Braga e Pimentel (2011) de que os partidos realmente importam.

Com relação a análise da tipologia apresentada por Dalton (2013), mobilizando as variáveis discutidas acima, foi elaborada a Figura 1 por elaborado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) para mostrar a evolução destes perfis no caso brasileiro:

---

<sup>31</sup> Níveis de identificação partidária por ano: 2006, 62,20%; 2008, 61,00%; 2010, 58,00%; 2012, 58,00% e 2014, 55,00%. Fonte: Pew Research Center U.S. Politics & Policy.



Fonte: Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

Pontos de destaque da Figura 1 são: o número alarmante de independentes apolíticos, perfil que representa maior risco para a democracia, seguido dos partidários rituais, grupo também formado por baixa mobilização cognitiva e níveis próximos entre os partidários cognitivos e apartidários, perfis que representam maior grau de mobilização cognitiva.

Percebe-se que o eleitor apartidário é numericamente pouco significativo para representar avanços na democracia brasileira. Em relação aos independentes apolíticos, verifica-se que, como sinalizado por Gimenes (2015) em análise ao contexto latino-americano, estes não são atingidos pelo aumento da mobilização cognitiva<sup>32</sup>. Por isso, torna-se questionável a interpretação do eleitor apartidário como o mais benéfico<sup>33</sup> para a democracia, visto que, no caso brasileiro, o eleitor não partidário preponderante é o que representaria maior risco ao regime. Ademais, tal ideia tende a reforçar uma visão negativa dos partidos políticos na política brasileira, mesmo que estes a tenham estruturado até o momento.

A fim de investigar mais a fundo as características sociais e demográficas de cada tipo de eleitor, Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), realizaram análises multivariadas com as variáveis independentes selecionadas: sexo, idade, etnia, estado civil e área de residência. Os estudiosos chegaram aos seguintes resultados:

<sup>32</sup> Em paralelo, o mesmo autor apontou o refinamento dos chamados “partidários cognitivos” e “apartidários” quanto à adesão à democracia e à participação política - em termos de voto e protesto (GIMENES, 2015).

<sup>33</sup> Em seguida, na escala de sofisticação política do Dalton (2013), viriam os partidários cognitivos, os partidários rituais e, por último, os apolíticos independentes.

Figura 2 - Preditores dos perfis do eleitorado brasileiro

Perfis/ Preditores	Independentes Apolíticos		Partidários Rituais		Partidários Cognitivos		Apartidários	
	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)	B	Exp(B) (S.E.)
Sexo [Masculino]	-,049	,952 (,109)	,047	1,048 (,121)	,141	1,151 (,237)	-,031	,969 (,216)
Idade	-,148	,863* (,053)	,240	1,271*** (,059)	-,225	,799* (,119)	-,013	1,013 (,107)
Etnia [Branco]	-,111	,895 (,113)	-,168	,845 (,128)	,470	1,601 (,238)	,517	1,676* (,217)
Estado civil [Casado]	,066	1,068 (,113)	-,125	,883 (,125)	-,077	,926 (,245)	,317	1,373 (,231)
Residência [Área urbana]	-,333	,717 (,174)	,089	1,093 (,188)	1,221	3,390* (,596)	,491	1,635 (,403)
Constante	1,609	4,996*** (,396)	-1,810	,164 (,432)	-5,105	,006*** (1,258)	-4,046	,018*** (,891)
% de acertos	63,2		75,0		94,9		93,8	

\*sig.<.05  
n = 1416

Fonte: Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

Os resultados não demonstram significância com relação a sexo, mas apontam a idade como uma variável significativa para os três perfis. Sendo esta última preditora para que os independentes apolíticos e partidários cognitivos deixem de pertencer a estes grupos, aumentando também a chance de se tornarem partidários rituais. Sobre a etnia, foi verificado que ser branco aumenta em 68,5% a chance de pertencer ao grupo dos apartidários e residir em áreas urbanas eleva 242% a possibilidade do eleitor se encaixar no perfil dos partidários cognitivos.

Preocupados a respeito dos apartidários com a democracia, buscam avaliar também a capacidade preditiva dos perfis considerados anteriormente sob critérios usados para medir uma postura pró-democracia. Foram analisados os valores democráticos, os resultados revelaram que os perfis influenciam na adesão à democracia quando comparados aos independentes apolíticos. Entre os partidários rituais, a probabilidade é de 42% a mais do que com os apartidários, 108%. Acerca da competência política, tendo em vista o entendimento de assuntos relevantes no país, os partidários rituais, partidários cognitivos e apartidários, representam 75%, 131% e 192%, respectivamente, a mais de chance com relação aos independentes apolíticos. Por fim, quanto à participação cívica e ação política, destaca-se os dados referentes à participação em manifestações e protestos, no qual os partidários rituais e

apartidários possuem 559% a mais de chances de participação, se comparado aos independentes apolíticos.

Baseado nessa perspectiva, a presente análise possui a democracia moderna, como elemento central para se pensar o papel dos partidos políticos na qualidade de reguladores dos interesses e aspirações dos cidadãos. Por intermédio de tal mediação pode-se “distinguir o regime democrático de outras formas de governo” (MOISÉS e CARNEIRO, 2008, p.6). Como apresentado no bloco anterior, no caso do Brasil, o declínio do partidarismo não interferiu na importância de tais instituições, contudo, atitudes de desconfiança colocam em questão princípios do regime. A partir disso, Moisés e Carneiro (2008) apontam que existe influência entre a insatisfação e desconfiança política sobre a adesão à democracia, levantando dois aspectos:

em primeiro lugar, o fato de que a síndrome atitudinal da desconfiança e da insatisfação está mais associada com a indiferença em face das alternativas a respeito do regime político e, com menos intensidade, com a preferência pelo autoritarismo. Ou seja, a desconfiança e a insatisfação geram distanciamento, cinismo e alienação em relação à democracia. Mas, mais importante é o segundo aspecto: os cidadãos desconfiados e, ao mesmo tempo, insatisfeitos com o funcionamento da democracia são aqueles que, colocados diante de alternativas anti-institucionais, preferem um regime democrático para o qual os partidos políticos e o parlamento têm pouca ou nenhuma importância.” (MOISÉS e CARNEIRO, 2008, p. 39)

Segundo Moisés e Carneiro (2008), verificou-se que no Brasil a probabilidade de apoio a uma democracia sem partidos políticos é de 45% e de uma democracia sem congresso 44%, sendo maior do que dados referentes à América Latina como um todo. A vista disso, os autores também sugerem que a atitude dos cidadãos com relação a política democrática depende do impacto do funcionamento concreto tanto das instituições como dos governos.

Dalton (2013) aponta esse modelo de mobilização cognitiva para análise das democracias consolidadas. Ainda que não fosse um ponto de consenso entre os estudiosos, em parte do período observado pelos autores no caso brasileiro (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015), Moisés e Carneiro (2008) apontaram que o país já era considerado uma democracia consolidada, apesar de enfrentar uma situação paradoxal<sup>34</sup>. Isso porque se acreditava que a democracia tinha alcançado certo nível de estabilidade. No entanto, os dados encontrados pelos estudiosos de comportamento aqui referenciados remetem a um cenário oposto ao desejado e indicado pelo autor principal da tipologia (DALTON, 2013).

---

<sup>34</sup> Isso porque “apesar do apoio majoritário ao regime democrático per se, quase 2/3 dos brasileiros não confiam em diferentes graus - em parlamentos, partidos, governos, tribunais de justiça, polícia e serviços de saúde e educação” (MOISÉS e CARNEIRO, p.2, 2008)



Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) apresentam duas considerações. A primeira, referente a relação entre os eleitores e os partidos, no qual sinalizam que não existe uma grande alteração nos níveis de identidade partidária ao longo do período investigado. A segunda consideração pertence às consequências do apartidarismo, em que confirmam a tese de Dalton (2013) sobre a existência de dois perfis de não identificação partidária (independentes apolíticos e apartidários).

Comparativamente, os autores mostraram que os *independentes apolíticos* representam 60% do eleitorado nacional, enquanto nos EUA esse grupo não ultrapassou 13% no mesmo período observado (2008). Os *apartidários*, correspondiam a 6,3% no Brasil, em 2012. Ao comparar esse número com os dados apurados por Dalton (2013) sobre os EUA e a Europa verificou-se que, em 2008, eles foram de respectivamente 19% e 10%. Ou seja, números não muito distantes da realidade nacional.

Os resultados desse trabalho revelam que o grupo com baixa cognição (independentes apolíticos) é preponderante no caso brasileiro e este segmento sim é um problema para o regime democrático, isso porque seu afastamento acontece de forma não fundamentada, provocando: apatia, alienação e revolta contra a classe política e seus partidos políticos. Seguidos dos partidários rituais, grupo também ligado a baixa mobilização cognitiva nos termos de Dalton.

Faeti, Gimenes e Rocha (2021), em uma versão atualizada do artigo, identificam que após 2013 o eleitorado brasileiro tem se tornado menos partidário. Nos parâmetros da teoria de Dalton (2013) isso significa que os eleitores partidários rituais estariam se tornando independentes apolíticos e os partidários cognitivos estariam migrando para o grupo dos apartidários<sup>35</sup>. No estudo observa-se uma mudança significativa apenas quanto a simpatia partidária, que decaiu sob os perfis de alta e baixa mobilização cognitiva. Além disso, os dados aqui encontrados apresentam poucas diferenças e corroboram com os achados de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

Ainda analisando os eleitores através desta tipologia, Gimenes e Borba (2019) apontaram que os partidários rituais pouco se diferem dos independentes apolíticos na América

---

<sup>35</sup> Nas palavras dos autores os dados encontrados por eles “demonstram a persistência de independentes apolíticos entre o eleitorado brasileiro ao longo do período analisado, com percentuais sempre superiores a 60% do eleitorado. Em sentido oposto, com variação expressiva temos a redução partidários rituais, o que é um indício de que muitos cidadãos com baixa mobilização cognitiva deixaram de se identificar com partidos políticos, principalmente desde 2014. Por outro lado, com relação àqueles que manifestam alta mobilização cognitiva, também verificamos mudanças expressivas após 2014: os percentuais de apartidários cresceram nas últimas três ondas do LAPOP, a ponto de se aproximarem do dobro da medida constatada em 2012, ao passo que os partidários cognitivos sofreram redução à praticamente metade. Para esses perfis, a mesma explicação se repete: parte dos eleitores com alta mobilização cognitiva também deixaram de se identificar com partidos no Brasil” (FAETI, GIMENES e RIBEIRO, p.196-197, 2021).

Latina, uma consequência da simpatia partidária não influenciar o apoio ao regime. Na investigação, os autores encontraram que os partidários rituais teriam uma visão abstrata do significado de democracia, sendo estes semelhantes aos considerados alienados - independentes apolíticos. Em contrapartida, os partidários cognitivos e apartidários, apresentam níveis significativos de adesão à democracia, levando-os a concluir que a mobilização cognitiva exerce efeitos expressivos sobre a manifestação de apoio ao regime.

Em resumo, no Brasil, ao contrário dos estudos do Dalton (2013) sobre os EUA, o desengajamento dos eleitores aos partidos políticos vem sendo negativo para a democracia no país. Fato este que está atrelado a maioria do eleitorado, como observado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), ser formado pelo eleitor sem partido. Esses últimos são considerados apático, pouco informados e mais propensos a apelos de políticos carismáticos e populistas, apresentando atitudes mais irracionais e menos previsíveis. Por sua vez, trata-se dos eleitores que estão cada vez mais afastados do ambiente da política (GIMENES, 2017).

Cabe dizer também que, como registram os dados de filiação no país, o partidarismo ainda é uma variável importante para se pensar o engajamento político de outra parcela do eleitorado brasileiro. Contudo, endossa-se a preocupação apresentada por Dalton (2013) e outros autores de que os partidos políticos devem ter mais atenção com suas campanhas eleitorais, sobretudo, com relação aos programas e plataformas, que afetam cada vez mais a decisão do voto dos eleitores.

Por fim, destaca-se por Dalton (2013) a ascensão dos novos partidos, frutos do desalinhamento partidário nas democracias analisadas. Eles podem ser usados como exemplo nacional, porque um dos protagonistas nas eleições de 2018 estava vinculado a um partido de quase nenhuma visibilidade nacional, sob o comando de uma liderança que fomentava o debate de criminalização dos partidos. Isto é, contrariou o que a literatura vinha indicando como necessário para a vitória de um candidato presidencial, à sombra de um partido forte e estruturado nacionalmente.

Desta maneira, é necessário que outros trabalhos que deem conta de analisem não só declínio de todos os partidos de forma geral, mas, principalmente, dos partidos tradicionais. Acredita-se que é possível encontrar uma relação com a quebra do padrão bipartidário (protagonizado pela saída do PSDB) e o fenômeno do antipetismo.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, buscou-se contextualizar e organizar as principais categorias para a análise do comportamento e das atitudes dos eleitores partidários. Para tanto, dialogou-se com a literatura nacional e internacional, verificando os avanços, as lacunas e os principais resultados nesse sentido.

O diálogo entre as bibliografias de partidos e comportamento, mostraram que as instituições exercem influência na decisão de voto. No caso do Brasil, verificou-se que existiu um padrão de votação bipartidário entre os anos de 2002 e 2014. Contudo, em 2018, a descrença com a política e com os partidos, imprimiu outro padrão de votação que mostrou contraponto ao que estava posto. Tais fatos se mostraram atrelados aos níveis de identificação e rejeição do PT, partido em destaque nos dois índices.

Os desdobramentos desse descrédito dos partidos ainda estão sendo estudados. Em relação às democracias consolidadas, os debates apontam para o aumento da mobilização cognitiva (INGLEHART, 1997; NORRIS, 1999); já nas democracias em construção, apontam para a baixa cognição dos eleitores e alertam para as dificuldades de funcionamento da democracia (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015).

O presente trabalho, enfatizou a teoria de mobilização cognitiva de Dalton (2013) e sua aplicabilidade no caso brasileiro (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015). Foi corroborado que existem dois tipos de eleitores não partidários no país, ainda que a prevalência seja do perfil com menor mobilização cognitiva e, portanto, o que apresenta maior risco ao sistema democrático. Desta forma, objetiva-se investigar e acompanhar o voto desse segmento do eleitorado, que não se identifica com nenhum partido, mas cuja participação eleitoral é significativa.

Por fim, cabe apontar as lacunas existentes na literatura abordada, ressaltamos que os trabalhos anteriores apresentam análise do aumento do apartidarismo, sinalizam uma parte desse segmento como risco para democracia mas não investigam suas atitudes e comportamentos nos períodos eleitorais, seja no voto ou no processo de tomada de decisão. Assim, justifica-se esta pesquisa.

## **2. ASPECTOS METODOLÓGICOS - DESENHO DE PESQUISA, HIPÓTESES E MODELOS ESTATÍSTICOS**

### **2.1 INTRODUÇÃO**

Como identificado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) o eleitor sem identificação partidária representou, no ano de 2012, quase 70% do eleitorado nacional (somado os apartidários com os independentes apolíticos). Dado que não apresentou mudanças significativas na atualização realizada por Faeti, Gimenes e Rocha (2021). Acreditando-se que durante certo período esse eleitor se dividiu votando entre o PT e PSDB, caso contrário nenhum dos dois candidatos conseguiria ter sido eleito. Por isso, sugere-se conseguir identificar como a mudança no padrão de voto afetou a quebra do padrão entre os partidos tradicionais ter ocorrido em apenas uma das legendas, excluindo o PSDB mas mantendo o PT. Além disso, infere-se que tal dado também evidencia a importância de investigar os eleitores não partidários que representam parte expressiva do eleitorado.

Neste capítulo, objetiva-se apresentar o desenho metodológico da pesquisa, apresentando o banco de dados, seguido das variáveis selecionadas, justificativas e modelos estatísticos e, por fim, as considerações parciais sobre o que se espera com esse esboço metodológico.

Em resumo, o objetivo geral da pesquisa é entender o comportamento e as atitudes do eleitor sem partido, sobretudo, dos independentes apolíticos. De forma complementar, os objetivos específicos compreendem entender o comportamento eleitoral através de alguns aspectos do voto e com relação às atitudes de algumas questões referentes à tomada de decisão na eleição de 2018. Além disso, apresenta-se detalhadamente as variáveis utilizadas na teoria de mobilização cognitiva do Dalton (2013).

Para tal, a metodologia utilizada foi a técnica estatística de regressão logística binomial binária e multivariada com auxílio de softwares estatísticos como R e Stata. Esta tem como propósito produzir, a partir de um conjunto de observações, um modelo que permita a predição de valores tomados por uma variável dependente, em função de uma ou mais variáveis independentes. Assim, em um primeiro momento, apresenta-se um modelo de regressão por ano eleitoral analisado e, em um segundo momento, analisa-se o conjunto de dados referente somente à eleição de 2018.

## 2.2 ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO (ESEB)

### 2.2.1 BANCO DE DADOS

O ESEB é um survey pós-eleitoral, realizado pelo CESOP, sob a coordenação da Profa. Dra. Rachel Meneguello em associação ao Projeto Comparative Study of Electoral Systems, da Universidade de Michigan. O objetivo do banco foi investigar como variáveis contextuais, sobretudo as instituições, influenciam no comportamento dos cidadãos e a qualidade da democracia.

Iniciado em 2002, realizou entrevistas domiciliares com mais de 2 mil eleitores (16 anos ou mais) em todo país. O desenho da amostra compreende três estágios de seleção: município, setor censitário e domicílio. Permitindo também a divisão de forma regional (Norte e Centro-Oeste; Sul; Sudeste; e Nordeste) e entre capital e interior. Sua última onda, foi após eleição de 2018, dados que também serão aqui utilizados.

Para responder às perguntas de pesquisa foi utilizado três das cinco ondas do banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro - ESEB, sendo estas de 2002, 2014 e 2018. A escolha dos anos de forma a validar a pesquisa é justificada em dois pontos. O primeiro, pelo contexto de cada pleito, a saber: o ano de 2002 marcou a primeira vitória do PT entre suas disputas com o PSDB desde 1994; em 2014, ocorreu a quarta vitória com redução do apoio eleitoral e perda da maioria no legislativo o que foi considerado um sinal de alerta<sup>36</sup> e, em 2018, a eleição destacou-se pela vitória anti-sistêmica de Jair Bolsonaro. O segundo, por apresentar variáveis necessárias para rodar os modelos, justificando a falta dos anos de 2006 e 2010 pela ausência da variável interesse por política necessária para a predição dos modelos da teoria de mobilização cognitiva.

Com relação à escolha do ESEB para este trabalho, cabe destacar que esta é fundamentada justamente por se tratar de um banco de dados pós-eleitoral, que reflete uma memória recente sobre cada pleito analisado. Além desse apresentar questões que compreendem diversos aspectos do comportamento e das atitudes dos eleitores com relação ao voto e a tomada de decisão, nosso objeto de investigação.

---

<sup>36</sup> Fato que desencadeou no processo de impeachment que foi disparado pela ausência de um presidencialismo de coalizão que garantisse uma base de apoio para Dilma Rousseff - PT.

## 2.3 ESBOÇO DA PESQUISA

### 2.3.1 VARIÁVEIS SELECIONADAS, JUSTIFICATIVAS E MODELOS ESTATÍSTICOS

Como brevemente apresentado, a análise foi dividida em três momentos, a saber: i) análise das categorias de mobilização cognitiva, ii) análise comportamental, referente aos anos eleitorais de 2002, 2014 e 2018 e iii) análise atitudinal da eleição presidencial de 2018. Desta forma, mostra-se a seguir, quais variáveis foram selecionadas e como estas foram mobilizadas no banco de dados.

Para a primeira etapa, a fim de analisar o eleitorado a partir da tipologia de mobilização cognitiva, foi verificado de forma descritiva o impacto das variáveis escolaridade, interesse por política e simpatia partidária, que compõem a categorização proposta, na formação do eleitorado nacional ao longo dos anos investigados.

Na segunda etapa, foi selecionado como variável dependente o voto e como variáveis independentes eficácia de voto, antipetismo e a tipologia de mobilização cognitiva (apartidário, partidário ritual, partidário cognitivo e independente apolítico). Como indicadores de controle utilizamos: etnia, idade, sexo e religião. Possibilitando, assim, a elaboração de um modelo de regressão referente a cada ano analisado, 2002, 2014 e 2018, respectivamente.

Já para a terceira etapa, foi selecionado o voto no Bolsonaro como variável dependente e algumas variáveis independentes que tangem: aspectos do voto como a confiança nas eleições, a possibilidade de voto no Lula e a possibilidade de não terem votado se o voto não fosse obrigatório; alguns aspectos da democracia como acreditar que este seja o melhor ou pior regime e sua possibilidade de sua existência ou não sem o auxílio dos partidos políticos e do congresso nacional; além disso, testamos também a variável ideologia.

Resumidamente, visto que esta já tenha sido apresentada, a tipologia utilizada tem como precursor o Dalton (2013), que atualiza a literatura americana sobre o eleitor apartidário. Até o momento era consensual que este perfil era composto por um eleitor apático à vida política. Nesta atualização, o autor demonstra em seus dados que o eleitor sem identificação partidária não necessariamente é um eleitor que não se insere politicamente. Pelo contrário, existem apartidários plenamente conscientes e participativos na vida política e que, portanto, seriam apartidários por opção política. Para ele, esse segmento de eleitores sem vínculos partidários é dividido em dois tipos: o eleitor apartidário, composto por alta mobilização cognitiva e o eleitor categorizado como independente apolítico, composto por baixa mobilização cognitiva. Segundo Dalton (2013), o aumento do apartidarismo fortaleceria o regime democrático, já que essa expansão seria majoritariamente da parcela formada por alta mobilização cognitiva, sendo

esses eleitores aqueles que apresentam maior apreço aos valores democráticos e, portanto, maior adesão ao regime.

Como visto, a aplicação no caso brasileiro corrobora a afirmação de que existem dois tipos de eleitores sem identificação partidária, mas apresenta discordância quanto ao perfil preponderante. Foi constatado que no Brasil, os independentes apolíticos são maioria do eleitorado nacional, perfil com baixa mobilização cognitiva e, por consequência, grupo que apresenta maior risco ao regime democrático. Seguido pelos partidários rituais, grupo também marcado por baixo nível de mobilização cognitiva (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015; FAETI, GIMENES e ROCHA, 2021). Dados utilizados como relevantes para justificar a realização desta pesquisa, visto a necessidade de investigar mais a fundo este grupo.

Em um primeiro momento foi necessário a criação da variável de mobilização cognitiva (formada por escolaridade e interesse por política), que não existe no banco de dados. Para isso, ambas foram selecionadas no ESEB, recodificadas e combinadas como veremos a seguir.

No banco as questões foram formuladas de tal forma: a primeira, “Até que série o(a) sr(a) estudou?”, apresentou dez<sup>37</sup> possibilidades de resposta e foi recodificada para a pesquisa em quatro níveis i) Até Ensino Fundamental completo [0 a 6 anos]; ii) Até Ensino Médio completo [9 a 11 anos]; iii) Ensino pós-médio ou Superior incompleto [12 a 14 anos]; e, iv) Ensino Superior completo ou Pós-graduação [15 anos ou mais]); e a segunda questão, “O(A) Sr(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) Sr(a) não tem interesse por política?”, codificada conforme a própria questão, em três níveis, a saber: Muito interessado, Interessado ou Nada interessado<sup>38</sup>. De tal maneira que a codificação para a formação da variável de mobilização cognitiva é de sete variáveis, sendo esta a somatória das respostas às perguntas (escolaridade + interesse por política = mobilização cognitiva).

Em seguida, dividiu-se o eleitorado através da pergunta “Você se identifica com algum partido?” codificadas em dois grupos conforme as possíveis respostas da pergunta “sim” e “não”, recodificada alterando a ordem passando a ser “não” e “sim”. Dado que oferece a divisão entre os eleitores partidários e não partidários.

---

<sup>37</sup> A saber: 1 Analfabeto/ Nunca frequentou escolar, 2 Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental), 3 Primário completo (4ª série do ensino fundamental), 4 Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental), 5 Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental), 6 Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio), 7 Colegial completo (3ª série do ensino médio), 8 Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio), 9 ( ) Ensino universitário completo, 10 Pós-graduação ou mais.

<sup>38</sup> Neste ponto, vale destacar uma diferença metodológica gerada entre as ondas do ESEB, no qual, em 2002, divide-se o interesse por política em três possíveis respostas e, em 2014 e 2018, divide-se em quatro (muito interessado, interessado, pouco interessado e nada interessado). Para solucionar essa questão optou-se pela junção do pouco e nada interessado nas duas últimas ondas de forma a igualá-lo do primeiro.

Assim, foi possível aplicar o modelo proposto por Dalton (2013) que repartiu os eleitores através de seus níveis de mobilização cognitiva (escolaridade e interesse por política) e simpatia partidária. Aqueles considerados com alta mobilização cognitiva, alta escolaridade e alto interesse por política, que não tem identificação partidária (apartidários) e aqueles que têm identificação partidária (partidários cognitivos). E entre aqueles com baixa mobilização cognitiva, baixa escolaridade e baixo interesse por política, que não tem identificação partidária (independentes apolíticos) e aqueles que têm identificação partidária (partidários rituais).

Desta maneira, segmentou-se o eleitorado possibilitando o início da investigação fazendo um primeiro bloco de análise a partir das variáveis mencionadas acima como uma investigação prévia da aplicação da tipologia do Dalton (2013) medindo os impactos das categorias usadas na formação do eleitorado nacional nos anos averiguados.

Em seguida, analisou-se dois blocos que comportam os objetivos gerais da pesquisa. Um referente aos aspectos do voto, este proporcionam um panorama geral do comportamento do eleitorado brasileiro referente às eleições analisadas, respondendo algumas de nossas questões de pesquisa, com foco nos perfis não partidários. E outro, referente à investigação das atitudes quanto aos aspectos da tomada de decisão do independente apolítico na eleição de 2018, com foco no independente apolítico, fornecendo mais detalhadamente alguns aspectos das atitudes desse eleitor.

No primeiro bloco examinou-se através da regressão logística binomial qual o voto dos perfis do eleitorado através da pergunta “E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou” codificada com os candidatos do PT e do PSDB, entre 2002 a 2014, e em Fernando Haddad - PT e Jair Bolsonaro - PSL, na eleição de 2018. Esta foi recodificada como “voto no PT” e “Voto em outro partido PSDB-PSL”. Cabe justificar que a utilização apenas do segundo turno, acontece de forma a evidenciar o voto do eleitorado não partidário durante o período de certa estabilidade do sistema eleitoral (2002-2014) e seu voto na quebra desse padrão no ano de 2018.

Apesar da relação entre voto no PSDB e PSL ainda ser pouco investigada, Nicolau (2020) apresenta similaridades entre a votação do PSL, em 2018, e do PSDB em eleições anteriores. Evidência que pode nos ajudar a entender a quebra do padrão de votação em só uma das legendas apresentadas e reforçar a relevância da variável antipetismo também analisada no presente estudo.

Com esse resultado foi possível não só identificar o voto do eleitor não partidário, respondendo uma das hipóteses da pesquisa de que este eleitor sem partido tenha votado em



sua maioria no Jair Bolsonaro, como também observar a existência de algum padrão de votos nesses segmentos.

Junto a isso, analisou-se também a eficácia do voto de forma a entender como esse eleitor entende a importância de sua votação nas disputas eleitorais, através da seguinte pergunta: “Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) Sr(a) acha?” recodificada de forma binária como “Importa” (3 a 5) e “Não importa” (1 e 2).

Essa questão ajudou a entender a compreensão de eficácia interna<sup>39</sup> e a responder a outra hipótese da pesquisa, que infere que apesar da descrença pelos partidos apontada pela literatura, o eleitorado acredita na importância do voto e, por isso, continua votando. Ademais, essa afirmação ajuda a explicar o voto em um candidato considerado sem chances de vitória, apontado como anti establishment e filiado a um partido de pouca expressão.

Em seguida, verificou-se o antipetismo durante as eleições analisadas através da questão “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.” observando somente a alternativa “a) PT” que foi recodificada abrangendo apenas duas possibilidades de resposta: “não é antipetista” (2 a 10) e “antipetista” (0 a 1).

Essa variável ajudou a explicitar mais uma hipótese da pesquisa, de que os anti petistas tenham crescido de 2002 a 2018 e evidencia que esse segmento foi decisivo para a quebra do padrão entre PT e PSDB, especialmente, no que tange a ruptura somente do principal partido opositor do PT. Para mais, esse resultado que tende a lançar novos questionamentos sobre a literatura que apontava a existência de algumas características<sup>40</sup> necessárias para o êxito de uma eleição geral, sendo estas, preenchidas somente pelas duas legendas.

Como uma das variáveis de controle investigou-se a etnia, formulada da seguinte maneira "O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor

---

<sup>39</sup> Eficácia interna: sentimento que as instituições escutam e consideram as opiniões dos eleitores importantes.

<sup>40</sup> Características com viés financeiro: fazer parte de uma boa legenda e ter um bom tempo de TV - dinâmica modificada com as novas regras eleitorais de financiamento em 2018, apontada por estudiosos como prejudicial aos partidos políticos menores - o que era o caso do PSL. E características do próprio candidato: ser moderado no discurso e tentar convencer o eleitor de centro - postura oposta a assumida por Jair Bolsonaro.

a sua cor ou raça:” codificada como “Preto, Pardo, Branco, Amarelo e Índio” e recodificada como “Não Branco” (todos exceto branco) e “Branco”. Nesta variável, considerou-se contrapor as duas categorias devido ao status de maiorias étnicas.

A análise dessa variável foi necessária porque, como apontou Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), ser branco aumenta em 68,5% as chances do eleitor ser apartidário - alta mobilização cognitiva e sem vínculo partidário. Na mesma linha, Faeti, Gimenes e Rocha (2021, p.10) identificaram que minorias étnicas tendem a se concentrar no perfil dos independentes apolíticos - perfil com baixa mobilização cognitiva e igualmente sem vínculo com os partidos, fato que destacam como uma constatação pessimista ao desenvolvimento da democracia. Em suas palavras, “minorias étnicas tendem a ser maioria no grupo de indivíduos alheios aos caminhos da política no Brasil”.

Isso porque seguindo a teoria dos recursos faz sentido pensar que quem acumula mais recursos participa mais. Neste modelo apresentado por Dalton (2013), o apartidário é o perfil que acumula o nível mais alto de mobilização (mais recurso) e os independentes apolíticos o menor nível (menos recurso). Somado a isso, a desigualdade social e racial no Brasil tem traços marcantes, resultando no fato de que os brancos conseguem acumular mais recursos que os não brancos (Preto, Pardo, Amarelo e Índio).

Em seguida verificou-se a faixa etária, cuja questão tem resposta aberta. Para nossa análise recodificada a mesma abrangendo quatro categorias: i) eleitores de 16 a 24 anos; ii) eleitores "25 a 34"; iii) eleitores de "35 a 44"; iv) eleitores de "44 a 45"; e, v) eleitores de "55 ou mais.

Tal variável foi incluída com a finalidade de testar a ampla discussão sobre a influência dos ciclos de vida na participação política nos anos eleitorais observados, testando a tese de apatia juvenil, que aponta que quanto mais tempo de vida, maior é a participação na política. No entanto, essa literatura tem gerado ampla discussão. No estudo de Okado, Ribeiro e Lazare (2018), por exemplo, os autores indicam que essa tese não se sustenta, uma vez que estes não constataram diferenças significativas quando analisados a partir da identificação partidária de jovens e adultos.

Com relação a variável sexo, as respostas abrangem as categorias masculino e feminino recodificada para a pesquisa invertendo a ordem, sendo feminino a categoria de referência e masculino a categoria de análise. Tal codificação foi pensada colocando o sexo masculino

como categoria de referência a partir dos dados de sub-representação feminina na política<sup>41</sup> (RIBEIRO, 2011). Além daqueles apresentados por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) que identificaram que ser homem aumenta 101% de chances de manifestar alto conhecimento sobre política do que mulheres.

Sobre esse tema Sacchet (2009) chegou a constatar que homens e mulheres participam em diferentes tipos de redes associativas: os homens tendem a se organizar em grupos voltados à esfera pública e as mulheres naqueles que lidam com questões práticas do cotidiano familiar e comunitário. Embora ainda haja alguma diferença nas formas de participação, vale lembrar que as mulheres são maioria no eleitorado nacional e exercem importante participação no processo decisório.

Também se observou a religião dos eleitores, variável até o momento não investigada pela literatura de apartidarismo no Brasil, mas já em destaque na eleição de 2018, como mostra a tabela 2:

Tabela 2 - Distribuição do eleitorado por tipo de religião

Religião	Peso da religião amostra	Número de votos válidos por religião	Intenção voto de Bolsonaro	Intenção voto de Haddad	Estimativa de votos válidos Bolsonaro	Estimativa de votos válidos Haddad
Total	100,00	104.838.753	0,56	0,44	58.709.702	46.129.051
Católica	0,56	58.709.702	0,51	0,49	29.941.948	28.767.754
Evangélica	0,30	31.451.626	0,69	0,31	21.701.622	9.750.004
Afro-brasileiras	0,01	1.048.388	0,3	0,7	314.516	733.871
Espiritas	0,03	3.145.163	0,55	0,45	1.729.839	1.415.323
Outra religião	0,01	1.048.388	0,68	0,32	712.904	335.484
Sem religião	0,07	7.338.713	0,45	0,55	3.302.421	4.036.292
Ateu/agnóstico	0,01	1.048.388	0,36	0,64	377.420	670.968

Fonte: Pesquisa Datafolha divulgada 25 de outubro de 2018

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/10/26/3416374d208f7def05d1476d05ede73e.pdf>

Como observado acima, o número de católicos e evangélicos representam maioria considerável do eleitorado nacional. Mais especificamente, na pesquisa do Datafolha, seriam os católicos, que teriam uma estimativa mais equilibrada de votos entre Bolsonaro e Haddad. Já no meio evangélico, a estimativa de votos no Bolsonaro é superior a estimativa destinada a Haddad, os números chegam a mais que dobrar.

<sup>41</sup> Documento que apresenta uma compilação de informações selecionadas pela Seção de Biblioteca Digital (Cblem/SIGI/TSE) sobre a representação feminina na política. Link: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/representacao-feminina-final.pdf> (acesso: 13/01/2022)

No banco de dados a mesma está formulada como “Eu vou ler uma lista de religiões para que o(a) Sr(a) indique qual delas é a sua” e codificada com mais de treze<sup>42</sup> possibilidades de resposta e recodificada como “católicos”, “evangélicos” e “ateus/ outras religiões”.

Essa variável elucidou a força do voto religioso, principalmente, cristão. O que explicou a postura do ex-capitão ao se denominar católico, mas aceitar ser batizado na igreja evangélica e endossar pautas conservadoras que lhe garantiram amplo apoio desse segmento. Evidência apontada de forma geral na tese do André Luiz Vieira Dias (2018), em que trata da ascensão da capacidade preditiva da religiosidade sobre as dimensões da proficiência cognitiva e do engajamento político dos cidadãos. E de maneira específica, como indicado por Ferreira e Fuks (2021) quando tratam sobre o hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral, em especial, o voto em Jair Bolsonaro - indicando que não é a religião em si que influencia a decisão de voto dos eleitores, mas o fato destes frequentarem os cultos.

Quanto ao segundo bloco de análise, manteve-se os quatro tipos de eleitores tendo como foco os independentes apolíticos na eleição de 2018. Nesta parte, cabe destacar que o referido pleito rompeu diversos paradigmas até então colocados para se ganhar uma eleição geral. Para tal, se faz necessário analisar alguns aspectos das atitudes desses eleitores, sobretudo, do perfil destacado, enquadrado como o que seria mais suscetível aos apelos do bolsonarismo.

Para tal, utilizou-se a variável dependente de voto no Jair Bolsonaro, formulada da seguinte maneira “Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no segundo turno?” e codificada com os nomes do Fernando Haddad PT e Jair Bolsonaro PSL que disputaram o pleito. Para nossa análise, a mesma foi recodificada em “não votou no Bolsonaro” e “votou no Bolsonaro”.

Como vimos, investigou-se a mesma questão selecionada para o modelo anterior, mudando sua recodificação. Enquanto, na primeira parte, dividiu-se em “voto no PT” e “voto no PSDB” (2002 e 2014) “voto no PSL” (2018), para este segundo momento, foi utilizado o voto e não voto no ex-capitão.

Ainda sob aspectos do voto, verificou-se as ações que levariam a tomada de decisão de voto no presidente formulada como “Aqui estão algumas ações que as pessoas consideram importantes para decidir o voto para presidente. Nesta eleição, qual delas foi a mais importante para o(a) sr(a) decidir o seu voto para presidente?” e codificada da seguinte forma: 1 Assistir/ouvir os candidatos em comício, 2 Conversas com amigos e pessoas da família, 3

---

<sup>42</sup> Sendo estas: 1 Budista, 2 Candomblé, 3 Católica, 4 Espírita kardecista, espiritualista, 5 Evangélica aplique a questão, 6 Judaica, 7 Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová, 8 Santo Daime, Esotérica, 9 Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade, 10 Umbanda, 95 Outra, 96 É ateu/agnóstico/ Não acredita em Deus.

conversas com colegas de trabalho/escola, 4 Debates entre candidatos na TV, 5 Informações na igreja sobre os candidatos, 6 informações de associação de moradores sobre os candidatos, 7 Notícias sobre os candidatos na TV, 8 Notícias sobre os candidatos nas redes sociais, 9 Notícias sobre os candidatos no rádio, 10 Notícias sobre os candidatos nos jornais, 11 Resultados de pesquisas eleitorais, 12 Propaganda política na TV, 13 Propaganda política no rádio, 14 Notícias sobre os candidatos pelo whatsapp. Recodificada em “outras ações”, “Notícias sobre os candidatos pelo whatsapp” e “Notícias sobre os candidatos pelas redes sociais” .

Com isso buscou-se entender o motivo do voto desse eleitor. Isso porque estudos da comunicação política têm mostrado que os meios digitais impulsionaram a candidatura de Jair Bolsonaro e mobilizaram sentimentos negativos aos demais partidos e candidatos, sobretudo, ao PT. Segundo Chagas, Modesto e Magalhães (2019) as mensagens no whatsapp apresentam enquadramentos que associam a crise na Venezuela aos governos do PT, e são disseminadas estrategicamente com vistas a implementar um dispositivo de campanha negativa a partir de uma retórica do medo.

Assim, a ideia foi testar o impacto dos disparos de mensagens/compartilhamentos em redes sociais de forma geral como mobilizador da campanha em 2018. Isso porque uma de nossas hipóteses é de que este segmento do eleitorado tenha maior probabilidade de ser mobilizado por notícias falsas. Visto que, os independentes apolíticos, possuem menos interesse por política e, portanto, tendo acesso a estas informações curtas e de fácil absorção, não verifiquem sua veracidade. Além do fato de que estas são enviadas/compartilhadas por uma rede de contatos, o que aumenta a credibilidade quando recebida pelo receptor.

Depois, investigou-se a possibilidade desse eleitor votar no Lula avaliada pela pergunta “Se o ex-presidente Lula tivesse sido candidato à presidência, o(a) sr(a):” codificada como 1 Teria votado nele com certeza, 2 Possivelmente teria votado nele, 3 Possivelmente não teria votado nele e 4 Não teria votado nele com certeza, recodificada como “não votaria” (3 e 4) e “votaria” (1 e 2).

Isso porque as pesquisas do Datafolha na eleição de 2018 indicaram o Lula da Silva (PT) como líder das intenções de voto em todas as simulações em que o petista aparecia no páreo. Entretanto, pesquisa também realizada pelo instituto no mesmo período verificou que 6% dos seus apoiadores afirmam que escolheriam o Jair Bolsonaro (PSL) caso seu candidato não estivesse na disputa. A migração reversa chama ainda mais atenção, onde a pesquisa indicou que 13% dos eleitores que votariam no ex- capitão (sem Lula) responderam que apoiariam o petista em cenário que ele estivesse na disputa.

Nesta categoria de análise, a hipótese é que este eleitor independente apolítico, ainda que tenha votado majoritariamente no Jair Bolsonaro, migraria seu voto caso o ex-presidente estivesse na disputa, confirmando achados anteriores que apontam a falta de racionalidade desse perfil e seu apelo ao personalismo.

Após isso, examinou-se a possibilidade de não ir votar caso o voto não fosse obrigatório a fim de observar a quantidade de eleitores que participaram mas que sem a obrigatoriedade, deixariam de votar. Para tal, foi selecionada a questão que indaga “Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?” codificada como 1 Sim, 2 Não, 3 Talvez/Depende e recodificada como “Iria” (1 e 3) e “Não iria” (2).

Isso porque Ribeiro, Borba e Silva (2015) chegam a identificar que a obrigatoriedade seria o fator de maior relevância para o comparecimento eleitoral. Em pesquisa realizada pelo Hello Research<sup>43</sup>, em 2016, mostra que 66% do eleitorado não votariam nas eleições se não fossem obrigados. Dados da mesma empresa referentes a 2014, apontavam que 55% compartilhavam dessa opinião - crescimento de 11% de uma eleição a outra. Segundo eles, a explicação seria resultado da rejeição à política e aos escândalos de corrupção. Além disso, nossa literatura de apoio aponta que seriam os independentes apolíticos aqueles que teriam menos chances de comparecimento eleitoral (DALTON, 2013; BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015). Seguindo essa lógica, a hipótese é de que o independente apolítico indicaria em sua maioria que não votaria caso não houvesse obrigatoriedade.

A seguir verificou-se alguns aspectos da percepção dos eleitores sobre a democracia. O primeiro deles foi averiguar a confiança nas eleições formulada no questionário como “De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?” codificada “1.As eleições são confiáveis e 2.São objetos de fraude” e recodificada em "Confiáveis" e “Não confiáveis”.

A referida investigação foi necessária porque desde a eleição de 2014, quando Aécio Neves (PSDB) colocou em questão o resultado do pleito, um movimento de desconfiança tem sido alimentado. Na eleição seguinte, o candidato vitorioso, Jair Bolsonaro, chegou a dizer que ganhou a disputa no primeiro turno, acusando fraude nas urnas<sup>44</sup>. Cenário completamente diferente do vivenciado em 2002 com a ampla vitória<sup>45</sup> do presidente eleito e grande apoio

---

<sup>43</sup> Pesquisa que ouviu 1.800 eleitores em todas as regiões do país.

<sup>44</sup> Ele disse “Eu ganhei no primeiro turno. Eu tenho provas materiais disso.” Fato que ele nunca provou.

<sup>45</sup> O pleito teve a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, com 61,27% dos votos válidos em segundo turno, superando José Serra, que fez 38,73% dos votos válidos.

popular ao governo. Por estes motivos, infere-se em uma das hipóteses que grande parte dos eleitores, especialmente, os independentes apolíticos, desconfiam das eleições.

Ainda verificou-se a percepção sobre o regime, em foco a questão “Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar?” codificada em “A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo” e “Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia” e recodificada como “Pior forma de governo” “Melhor forma de governo”.

Nesta parte acredita-se encontrar que conforme argumenta a literatura, os independentes apolíticos são menos propensos a aderirem à democracia do que os partidários (DALTON, 2013; BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015) e, portanto, corroboram com a percepção de que em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia.

Também examinou-se a questão “Algumas pessoas pensam que a democracia pode funcionar sem os partidos políticos ou o Congresso Nacional. Outras pessoas pensam que sem os partidos ou o Congresso a democracia não pode funcionar. Qual é a sua opinião?” codificada como “1. Sem partidos ou Congresso Nacional não pode haver democracia” e “2. A democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso Nacional” recodificada em “Acredita que não” e “Acredita que sim”.

Segundo o ESEB<sup>46</sup> (2018) 36,9% dos entrevistados apoiavam uma democracia sem partido e 44% sem congresso, contra os 49% que discordavam acreditando não ser possível uma democracia sem partidos e sem congresso. Além desses, 14,1% não souberam ou não quiseram responder. Conforme a teoria de mobilização cognitiva, podemos inferir que parte dessas porcentagens é formada pelos independentes apolíticos.

Deste modo, infere-se em uma das hipóteses que, entre os perfis da tipologia, seriam os IA, que estariam mais propensos a compartilharem da afirmação de que seria possível um regime nesses moldes. Isso porque como sinalizado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) os independentes apolíticos compartilham menos dos valores democráticos.

Além disso, investigou-se a ideologia dos respondentes através da questão “Novamente pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera? Lembrando que zero significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita”, está foi recodificada como “esquerda” (00-03) e “Direita” (07-10).

---

<sup>46</sup> Banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) 2018.

Isso porque a referida eleição marca a intensificação de embates sobre os dois polos ideológicos. Além disso, é apontado um aumento exponencial da direita no Brasil, sendo fomentado debates sobre o avanço de uma chamada “direita sem vergonha”, “nova direita” e “direita radical”. Muitos destes vinculados a figura do Jair Bolsonaro que foi considerado um grande precursor deste movimento, visto suas falas que versam o conservadorismo e temáticas contrárias ao debate cultural. A partir desta questão, pretende-se comprovar com o modelo o crescimento da direita no Brasil, mas, especialmente, entre os independentes apolíticos.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

As questões desenvolvidas por esta pesquisa, orientam a análise em duas dimensões. A primeira, no sentido geral do comportamento político político, a partir de aspectos do voto do eleitor não partidário, sobretudo, do eleitor que é apontado pela literatura como apático e pouco ou quase nada interessado por política. E a segunda, mais específica as atitudes desses eleitores no último pleito, com questões que tangem o processo de tomada de decisão do voto, democratismo e ideologia.

Caso as hipóteses sejam corroboradas, a investigação será relevante em alguns aspectos, em destaque, dois pontos: o primeiro, no sentido explicativo do comportamento dos eleitores, porque nos ajuda a explicar como a mudança no padrão de voto afetou a quebra no padrão PT-PSDB; e o segundo, no sentido explicativo das atitudes dos eleitores que votaram no Jair Bolsonaro, em específico, observando os independentes apolíticos. Mostrando que as características deste eleitor - apatia, descrença com a política e baixa mobilização cognitiva - tenha facilitado sua sedução para um discurso Bolsonarista - antipolítica e antissistema.

De forma secundária em outros aspectos. Na perspectiva dos votos, entender em quem esse grupo costumava votar e como ele compreende a importância do voto, apostando que apesar da descrença com os partidos apontada pela literatura, o eleitorado acredita na importância do seu voto e, por isso, continua votando numa das opções oferecidas; na lógica do antipetismo, porque identifica a relevância desse fenômeno no eleitor sem identificação partidária e confirma apontamentos deste fenômeno como uma variável significativa e um dos definidores do voto em Jair Bolsonaro no último pleito (RENNÓ, 2018).

E na perspectiva dos independentes apolíticos em 2018 porque investiga com maior profundidade o perfil de eleitor que representa maior risco para a democracia averiguando a partir do voto no Jair Bolsonaro (nossa variável dependente), aspectos: i) do voto, como o que foi relevante na sua tomada de decisão para as eleições gerais, a possibilidade de voto no Lula



e de não votar caso o voto não fosse obrigatório; ii) da democracia, como o nível de confiança deste grupo nas eleições, a probabilidade de apoio a uma democracia sem partidos/congresso e a opinião sobre esse regime político; iii) além disso, investigou-se a ideologia desse perfil, categoria relevante para se pensar a última eleição presidencial.

### **3. COMPORTAMENTOS E ATITUDES DOS ELEITORES NÃO PARTIDÁRIOS**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

As eleições referentes aos anos investigados são marcos importantes da história política do Brasil, sendo: 2002, primeira vitória do Lula (PT) depois de chegar três vezes ao segundo turno com o PSDB; 2014, reeleição da Dilma Rousseff (PT) com contestação por parte do seu adversário e derrota no legislativo; e 2018, quebra no padrão PT-PSDB com a vitória do Jair Bolsonaro, então pelo PSL.

A vista disso, o capítulo objetiva investigar o comportamento e as atitudes dos eleitores sem partido a partir da tipologia do Dalton (2013), sobretudo, dando atenção aos denominados independentes apolíticos. Eleitores classificados com baixa mobilização cognitiva, com déficit na escolaridade e pouco interesse por política, e sem vinculação partidária.

A questão principal que se visa responder é: qual foi o comportamento eleitoral do eleitor sem partido? Essa, por sua vez, se desmembra em outras quatro questões, a saber: o que esse eleitor pensa sobre a eficácia do seu voto? Em quem esse eleitor vem votando? Qual o impacto do antipetismo nessa escolha? E como essa mudança no padrão de voto afetou a quebra do padrão bipartidário PT-PSDB? Acredita-se que tais respostas podem ajudar a explicar a mudança no padrão de voto desse eleitor, que votou durante certo período no PT e no PSDB, mesmo sem ligação com as legendas, e mudou esse voto no pleito de 2018.

Outra questão fundamental que indagamos é sobre como foram as atitudes dos independentes apolíticos no último pleito, especificamente: o que consideram importantes para escolha do presidente? Qual a possibilidade de terem votado no Lula? E qual a possibilidade de não terem votado se o voto não fosse obrigatório? Confiam nas eleições? Acreditam que a democracia é a melhor forma de governo? O que pensam sobre uma democracia sem partidos/congresso? E qual a ideologia desses eleitores? Acredita-se que tais respostas podem ser úteis para explicitar que os IA são mais suscetíveis aos apelos populistas, apresentando

atitudes mais irracionais e menos previsíveis, como sinalizado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015).

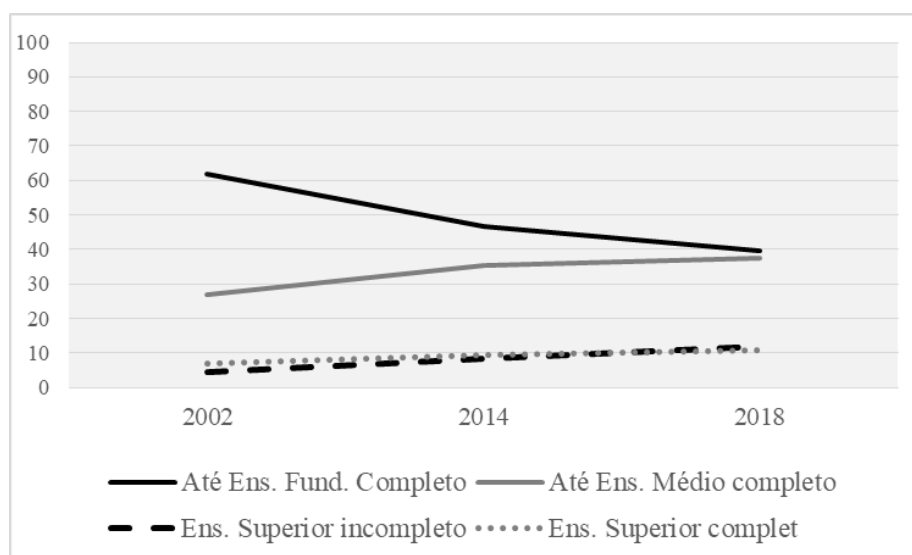
Para tanto, a análise foi dividida em quatro momentos: o primeiro, compreendendo a análise geral das categorias referentes a teoria de mobilização cognitiva (escolaridade, interesse por política e simpatia partidária) e, portanto, do perfil cognitivo dos eleitores brasileiros ao longo dos anos investigados; o segundo, com uma análise comportamental, avaliando aspectos do voto durante as eleições de 2002, 2014 e 2018; o terceiro, com uma análise atitudinal com foco em questões que tangenciam a tomada de decisão no último pleito marcado fortemente pelo debate antipolítico e antissistema e, por fim, as considerações parciais do capítulo.

## 4.2 ANÁLISE DO PERFIL DE MOBILIZAÇÃO COGNITIVA DO ELEITORADO NACIONAL (2002, 2014 e 2018)

### 4.2.1 ESCOLARIDADE, INTERESSE POR POLÍTICA E SIMPATIA PARTIDÁRIA

As categorias utilizadas para a elaboração dos perfis cognitivos, seguindo Dalton (2013), são elas: *mobilização cognitiva (escolaridade e interesse por política)* e *simpatia partidária*. A partir delas foi feita a análise proposta no capítulo. Vejamos:

Gráfico 1 - Níveis de escolaridade nas eleições de 2002, 2014 e 2018

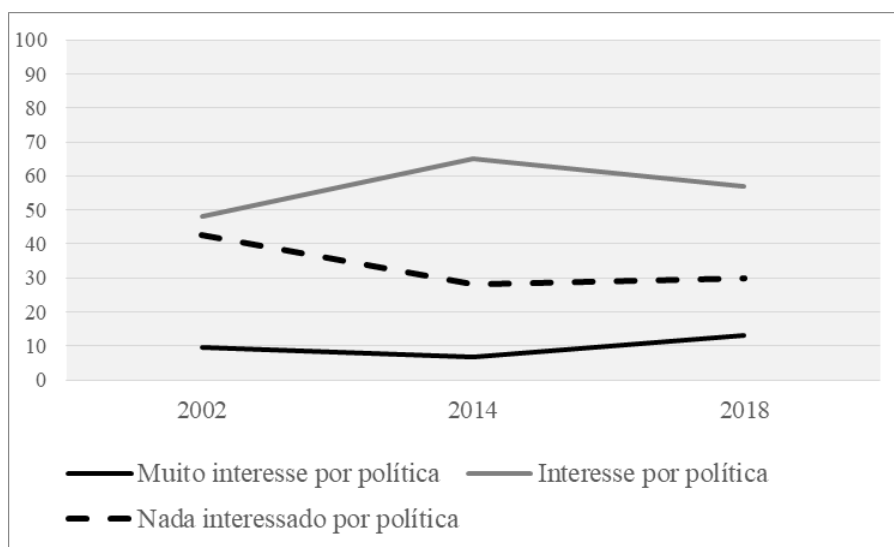


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do ESEB 2002, ESEB 2014 e ESEB 2018.

O Gráfico 1 apresenta um aumento constante dos índices de *escolaridade* no Brasil<sup>47</sup> ao longo das eleições analisadas. De acordo com o banco, os dados referentes aos eleitores com ensino médio completo tiveram um salto de 2002 a 2018, passando de 26,9% para 37,5%. Sobre o ensino superior incompleto o índice quase triplicou, passando de 4,5%, em 2002, para 8,4%, no ano de 2014, e chegando a 11,8%, em 2018. Com relação a aqueles que completaram o ensino superior a marca de 6,8% vista na primeira eleição verificada, passou para 9,3% e chegou a 10,9%, no último pleito. Em paralelo a isso, percebe-se a queda dos cidadãos que apresentam apenas ensino fundamental.

Os resultados revelam aumento na escolaridade que é apontada pela literatura como uma variável que tem forte correlação com diversos aspectos do comportamento. Segundo Converse (1972), a educação seria o “solvente universal” do comportamento político, impactando na participação política, adesão à democracia, tolerância e confiança nas instituições.

Gráfico 2 - Níveis de interesse por política nas eleições de 2002, 2014 e 2018



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do ESEB 2002, ESEB 2014 e ESEB 2018.

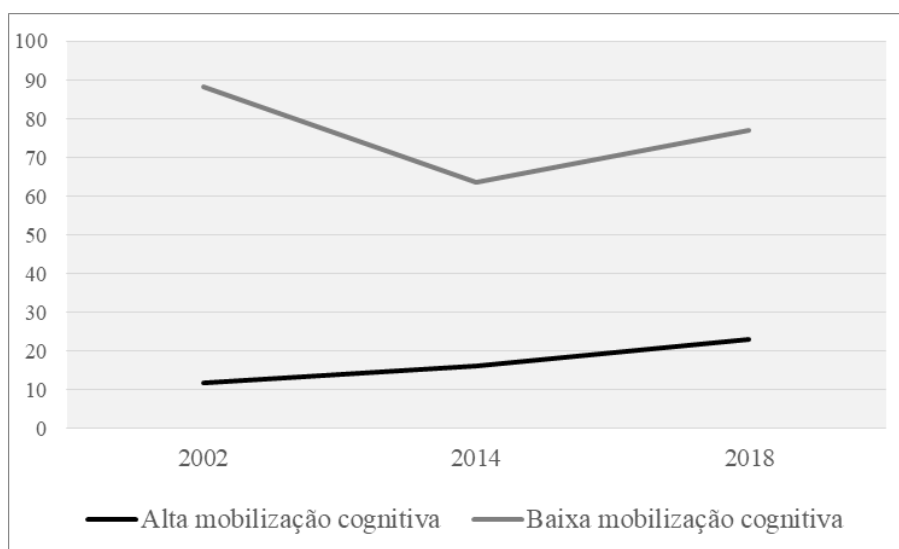
No que diz respeito ao *interesse por política*, verifica-se uma queda do eleitor que se qualificava como nada interessado, passando de 42,5% para 29,9%. Em contrapartida, apresentou-se um aumento entre os eleitores interessados por política, mesmo com queda no último ano verificado. Este grupo representava 48%, em 2002, chegou a 65,2%, no ano de 2014, e marcou 57,1%, em 2018. De maneira geral, entre os muito interessados, os dados

<sup>47</sup> Como apontado na última subseção do primeiro capítulo, esses números são resultados de uma série de políticas educacionais adotadas pelos governos petistas.

percentuais também apontaram crescimento ao longo dos anos, marcando entre as três eleições, respectivamente, 9,5%, 6,7% e 13%.

Ainda que os resultados demonstrem uma redução, de certa forma, do desinteresse dos eleitores ao longo dos anos, essa mudança não se mostra tão significativa e constante quanto os dados apresentados em relação à escolaridade. Neste caso, é observado a influência do contexto político-social<sup>48</sup> para maior ou menor interesse dos cidadãos, em que esses nada interessados tem sua maior queda em 2014, ano que marcou uma série de mobilizações. Além disso, este ano foi marcado por uma queda entre os eleitores muito interessados. Com relação aos interessados, cabe destacar, que o ano de 2014 marcou a maior recorrência, no período investigado, e, ainda que em 2018 tenha sofrido uma queda de 8,1%, o índice de interessados foi superior ao verificado em 2002. Somando-se um aumento de interessados da primeira eleição para a última de 9,1%.

Gráfico 3 - Evolução dos níveis de mobilização cognitiva nas eleições de 2002, 2014 e 2018



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do ESEB 2002, ESEB 2014 e ESEB 2018.

Com relação a evolução dos níveis de *mobilização cognitiva*, deve-se destacar a distância expressiva entre os perfis de baixa e alta mobilização cognitiva. Em dados percentuais, foi verificado que os perfis com menores recursos cognitivos chegam a 88,1%,

<sup>48</sup> Combinação de uma série de acontecimentos num dado momento; circunstância, situação. Para pontuar, esse contexto começou com as manifestações de 2013, passando pela crise econômica em 2014, tendo como desfecho a eleição mais acirrada desde a redemocratização, que se desdobrou na contestação do seu resultado e no processo de impeachment que tirou a presidenta eleita, Dilma Rousseff, da chefia do executivo.

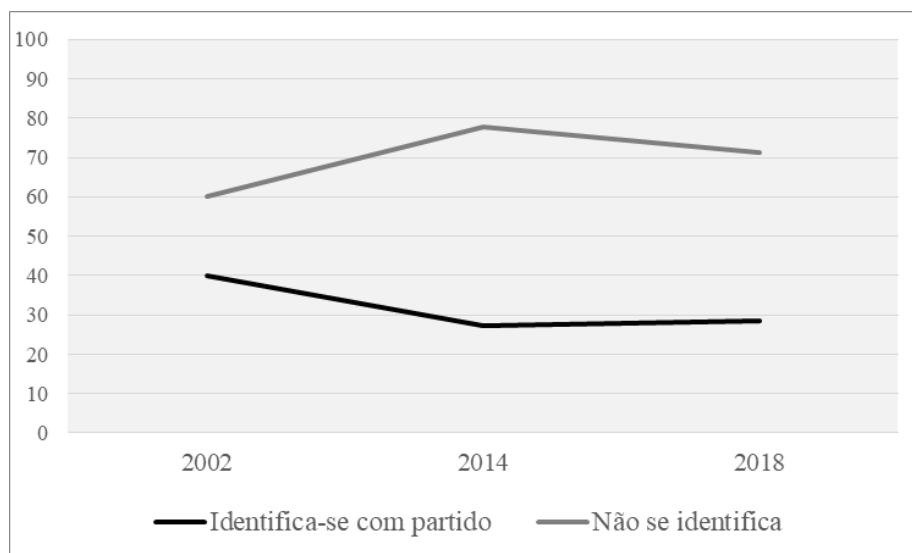
63,7% e 76,95% dos eleitores nos anos de 2002, 2014 e 2018. Sobre os perfis de maiores recursos, os dados são de 11,9%, 16,3% e 23,1%, respectivamente.

Desta forma, presenciou-se aumento progressivo da alta mobilização ao longo dos anos verificados, que conseqüentemente partiram daqueles perfis com maior escolaridade e maior interesse por política. Da mesma maneira, quanto aos perfis formados por baixa mobilização, baixa escolaridade e baixo interesse por política, é possível observar uma queda dos recursos cognitivos de 2002 a 2014 com retomada próxima ainda que inferior ao nível anterior em 2018.

Ao compreender que a mobilização cognitiva é a junção das duas variáveis apresentadas anteriormente, infere-se que a estabilidade da progressão dos níveis de escolaridade, não é acompanhada pelos índices de interesse por política, que tendem a ser menos constantes e, por isso, foram associados ao contexto político-social.

Contudo, a averiguação está de acordo com a teoria da modernização do Inglehart (201) e do Dalton (2013). Apesar do crescimento progressivo dos níveis de escolaridade serem acompanhados de forma mais volátil pelo interesse por política, pode-se apontar um aumento da mobilização cognitiva no Brasil, ainda que os perfis mais baixos tenham predominância. Sugere-se que os efeitos desse crescimento serão vistos de forma mais significativa nos próximos anos.

Gráfico 4 - Níveis de simpatia partidária nas eleições de 2002, 2014 e 2018

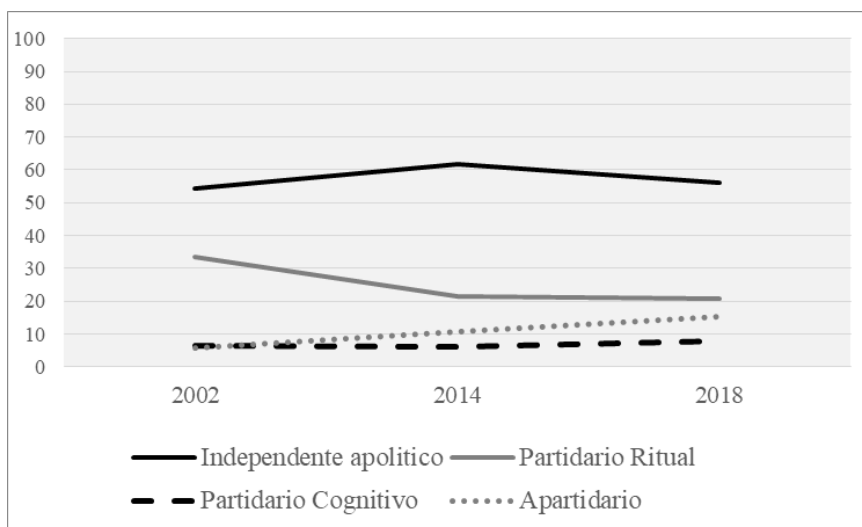


Fonte: Elaboração própria com dados retirados do ESEB 2002, ESEB 2014 e ESEB 2018.

Ao analisar os níveis de *simpatia partidária*, observa-se uma queda de onze pontos percentuais nos índices de 2002 a 2018, passando de 39,9% para 28,6%. Esse resultado

demonstra a necessidade de uma investigação, pois ocorre na mesma medida em que é constatado o aumento do número de eleitores sem simpatia a partido.

Gráfico 5 - Evolução dos perfis de mobilização cognitiva nas eleições



Fonte: Elaboração própria com dados retirados do ESEB 2002, ESEB 2014 e ESEB 2018.

Os resultados expostos no gráfico acima revelam a evolução dos perfis<sup>49</sup>, que apresentam a combinação das variáveis analisadas até aqui. Para tanto, foi constatado comparativamente um aumento entre os eleitores não partidários (apartidários e independentes apolíticos) do primeiro ao último ano analisado. Dentre estes, os apartidários apontaram um crescimento mais expressivo do que os independentes apolíticos.

Em dados percentuais os independentes apolíticos marcaram 54,3%, 61,7% e 56%, entre os anos de 2002, 2014 e 2018, respectivamente. Com relação aos apartidários, estes subiram progressivamente de 5,6%, para 10,6% e chegaram a 15,3%, nos mesmos anos. Resumidamente, o perfil do apartidário cresceu 9,7% e o independente apolítico teve um aumento de 7,4% entre 2002 a 2014 e uma queda, em 2018, que representou um aumento final de apenas 2% com relação a primeira eleição.

Em termos gerais, os dados encontrados apresentaram aumento em todos os perfis, exceto para os partidários rituais, que expressaram queda progressiva ao longo dos anos investigados, totalizando menos 12,8%. Essa perda não foi acompanhada com o aumento dos recursos cognitivos visto que os partidários cognitivos tiveram aumento de apenas 1,4% da

<sup>49</sup> Resultados da evolução dos perfis e anos (2002, 2014 e 2018), respectivamente: Independentes apolíticos 54,3%, 61,7% e 56%; Partidários rituais 33,4%, 21,5% e 20,6%; Partidários cognitivos 6,5%, 6,0% e 7,9%; Apartidário 5,6%, 10,6% e 15,3%.

primeira à última eleição. Neste sentido, cabe destacar o efeito do declínio das taxas de simpatia partidária, resultando em um crescimento do número de apartidários e independentes apolíticos.

A vista disso, é possível sugerir que a escolaridade um fator de longa duração e o interesse por política e o partidarismo são fatores de curta duração. Logo, ainda que a escolaridade esteja aumentando, o fato dos independentes apolíticos serem o perfil predominante no país, é reflexo da combinação do desinteresse político e da alienação partidária.

Por fim, salienta-se que uma análise preliminar dos dados referentes a tipologia proposta por Dalton (2013), é efetiva para explicar o perfil dos eleitores brasileiros. A seguir, será exposto os resultados que testaram a capacidade preditiva dos perfis sobre os aspectos mencionados do comportamento e das atitudes dos eleitores.

### 3.3 ANÁLISE COMPARADA DAS ELEIÇÕES

Esta seção foi dividida em dois momentos. Um referente a análise descritiva das eleições (2002, 2014 e 2018), no qual os dados percentuais foram apresentados de maneira expositiva, através do cruzamento entre a tipologia e as demais variáveis selecionadas para o modelo com a finalidade de expor um “mapeamento” de como vem sendo o voto do eleitor ao longo das eleições. E outro referente a análise multivariada das três eleições colocando os resultados sob critérios estatísticas, assim foi apresentado as análises de regressões multivariadas referentes aos modelos de regressão que expõem uma dimensão mais robusta das associações que serão realizadas.

Além disso, vale justificar a segmentação das tabelas por variáveis e não por modelos como é usualmente feito. Isso porque visto a intenção comparativa da pesquisa acredita-se que desta forma a visualização é facilitada. De todo modo, as tabelas completas encontram-se no anexo 1.

#### 4.3.1 ESTUDO COMPORTAMENTAL: O VOTO DO ELEITOR NÃO PARTIDÁRIO

##### *Análise descritiva das eleições*

Para este momento foi apresentado a análise descritiva da tipologia do Dalton sob algumas variáveis selecionadas. De início, cabe destacar que, a diferença cognitiva verificada

na seção anterior interfere, na magnitude de cada um dos perfis, sendo os partidários rituais e independentes apolíticos os perfis preponderantes no país, principalmente nas eleições de 2002 e 2014<sup>50</sup>. A seguir foram apresentados os dados referente ao cruzamento da tipologia do Dalton (2013) com cada uma das variáveis selecionadas para o nosso modelo.

Tabela 3 - Explicação da tipologia do Dalton sobre o voto no PT nas eleições presidenciais

<b>Voto no PT</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Independente apolítico	64%	48%	39%
Partidário Ritual	76,08%	58%	49%
Partidário cognitivo	76,64%	50%	42%
Apartidário	58%	39%	35%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Como demonstrado na tabela acima com relação ao voto, foi verificado que, em 2002, o partido petista apresentou vitória majoritária em todos os perfis, sobretudo os partidários rituais e cognitivos. Na eleição seguinte, é apontado uma queda no apoio do PT, evidenciando uma eleição mais acirrada. E na eleição de 2018, foi observado o êxito do Jair Bolsonaro (PSL) em todos os segmentos apresentados por essa tipologia. Em foco aos perfis não partidários, foram os responsáveis pela maior quantidade de votos no PSL, entretanto, existe uma leve diferença entre os independentes apolíticos e os apartidários, sendo este último o que mais votou no ex-capitão.

Neste ponto, os dados destacados apresentam um contraponto à teoria original que define os apartidários como os eleitores que tendem a tomar decisões que contribuem melhor para o funcionamento da democracia. Isso porque até então o candidato Jair Bolsonaro já se apresentava como uma figura de pouco apego aos valores do regime democrático com declarações abertamente contrárias às instituições e seus atributos fundamentais. Em resumo,

<sup>50</sup> Isso porque na eleição de 2018 o grupo de baixa mobilização cognitiva sofreu uma alta 13,2% e o de alta mobilização cognitiva aumentou 11,2% com relação ao último ano verificado. De 2002 para 2014, os dados percentuais indicam uma queda de 24,4% na mobilização cognitiva, em paralelo a um aumento de apenas 4,4% dos perfis de alta mobilização.



esse grupo apresenta níveis superiores de apoio se comparado aos independentes apolíticos, perfil considerado pela tipologia como menos democrático e risco à democracia.

De forma geral, a análise demonstra que a quebra do padrão não aconteceu de forma inesperada, mas sim gradual. Isso porque os índices de votação do PT caíram significativamente de 2002 a 2018. Nesta parte, corrobora-se com a principal hipótese de que os eleitores sem vinculação partidária teriam votado em sua maioria no Jair Bolsonaro. Contudo, sobre o questionamento de um possível padrão de voto, cabe destacar que, entre os eleitores não partidários, teriam sido os apartidários aqueles que marcaram os menores índices de voto ao PT em todos os anos averiguados. Com relação aos independentes apolíticos, percebe-se uma aproximação aos números de apoio nos perfis partidários<sup>51</sup>. Logo, sugere-se maior apoio ao PT, diferenciando dos apartidários em 6%, 9% e 4%, nas referidas eleições.

Tabela 4 - Explicação da tipologia do Dalton sobre a eficácia do voto nas eleições presidenciais

<b>Eficácia de voto</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Independente apolítico	74,22%	89,47%	76%
Partidário Ritual	84,39%	93,09%	83%
Partidário cognitivo	88,96%	98,88%	85%
Apartidário	75,94%	92,07%	92%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Ao analisar a eficácia do voto<sup>52</sup>, em 2002, foi apontado, alto grau de entendimento sobre a importância do voto em todos os perfis, principalmente os dois segmentos com vinculação partidária. Em 2014, os dados demonstram um aumento significativo dessa compreensão, em destaque os independentes apolíticos – ainda que estes permaneçam sendo o perfil que menos compreende a importância do seu voto. Já com relação a última eleição, os resultados sofreram uma queda de 13%, 10%, 7% e 1%, entre os independentes apolíticos, partidários rituais,

<sup>51</sup> Chegando a empatar na margem de erro com os partidários cognitivos na eleição de 2014, no qual 48% dos IA apoiaram o PT e 50% dos PC também.

<sup>52</sup> Dados eficácia do primeiro e último ano (2002 e 2018, respectivamente): Independentes Apolítico de 74% para 76%; Partidário Ritual de 76% para 83%; Apartidário de 75% para 85% e Partidário Cognitivo de 76% para 92%.

apartidários e partidários cognitivos, respectivamente. Dados que revelam que entre os eleitores não partidários, o perfil de menor mobilização cognitiva (independente apolítico) é o que menos compreende a importância do voto, posição oposta ao perfil de maior mobilização cognitiva (apartidário).

Tendo em vista esses resultados, a hipótese de que o eleitorado brasileiro esteja acreditando mais na importância do seu voto foi corroborada. No geral, as tabelas apontam para um aumento desse entendimento em todos os perfis da primeira à última eleição, sobretudo, os de maiores recursos cognitivos. Em dados percentuais, os partidários cognitivos tiveram um aumento de 16% e os apartidários de 10%. Com relação aos perfis de menores recursos cognitivos, foi constatado um aumento de 6% e 2%, para os partidários rituais e os independentes apolíticos, respectivamente. Apontando que, ainda com a queda verificada de 2014 a 2018, ambos os perfis têm elevados índices de eficácia e, portanto, tem boa compreensão sobre a importância do seu voto.

Sobre esse ponto, é necessário destacar que apesar de uma variável pouco investigada pela literatura, julgamos fundamental para esta pesquisa. Isso porque muito estudo tem se debruçado em entender o declínio do partidarismo, mas poucos tem se preocupado com esse ponto que poderia explicar a raiz do problema. As pessoas estão mais desacreditadas dos partidos? Se sim, por que ainda votam? Qual a noção de voto dos eleitores? Essa investigação tem uma limitação teórica porque não são encontrados estudos comparativos nesse sentido e metodológica porque faltam perguntas mais específicas sobre o tema. No entanto, a pesquisa dá luz a essa variável que ajuda em certa medida a entender o voto do eleitorado brasileiro.

Tabela 5 - Explicação da tipologia do Dalton sobre o antipetismo nas eleições presidenciais

<b>Antipetismo</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Independente apolítico	16,61%	25%	39%
Partidário Ritual	8,44%	15%	33%
Partidário cognitivo	9,51%	28%	44%
Apartidário	21,21%	29%	50%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Com relação ao antipetismo, foi observado no primeiro pleito, que o fenômeno tem uma importância menor para os perfis partidários do que para aqueles não partidários. Neste ponto, cabe destacar que, em 2002, o Brasil possuía elevadas taxas de simpatia partidária e grande parte estava concentrada no PT. Quando comparado aos perfis sem partido, os dados quase dobram em relação aos independentes apolíticos e mais que dobram entre os apartidários. Ao verificar o fenômeno em 2014, é possível identificar um crescimento gradativo, sendo o maior aumento entre os perfis de maior mobilização cognitiva.

Tendo em vista a eleição de 2018, vale destacar o expressivo aumento em todos os perfis analisados, marcando crescimento de 21%, 18%, 16% e 14%, entre os apartidários, partidários rituais, partidários cognitivos e independentes apolíticos, respectivamente. Com relação a primeira onda e essa, verificou-se que os grupos com menor mobilização cognitiva são menos propensos ao fenômeno do que aqueles com maiores recursos. Neste ponto, chama-se atenção para os resultados da pesquisa realizada pela Genial & Queast<sup>53</sup>, em 2021, que aponta o bolsonarismo como um fenômeno ancorado entre os eleitores de maiores recursos cognitivos, sugerindo haver um maior consumo de informação por parte deste grupo - ponto que sinaliza a necessidade de maiores discussões sobre o tema.

No geral, o fenômeno do antipetismo teve um crescimento igualmente gradual nos anos averiguados, sugerindo que ele foi fundamental para uma mudança no padrão bipartidário que estava colocado. Isso porque, trocou-se, o principal partido opositor, ainda que, nesse caso, muito por conta do candidato - mas expressando uma força que não foi suficiente para levar o PT à insignificância. Pelo contrário, os dados reforçam os anteriores de que o partido petista é o partido de maior relevância no sistema eleitoral não só angariando votos, como também influenciando voto em outros candidatos por aqueles que não simpatizam com a legenda.

Além disso, cabe fazer uma síntese entre os perfis que mais concentraram os antipetistas<sup>54</sup> ao longo desses anos. Os resultados obtidos apontaram que, em 2002, foram os eleitores não partidários (independente apolíticos e apartidários) que demonstraram o maior índice; em 2014, teriam sido três dos quatro perfis elaborados por Dalton (2013), excluindo apenas os partidários rituais; e, em 2018, esse grupo apontava seus maiores índices entre os eleitores de maior mobilização cognitiva (partidários cognitivos e apartidários).

---

<sup>53</sup> Pesquisa realizada pela Genial Investimentos em parceria com a Queast Pesquisa e Consultoria, sobre as eleições de 2022.

<sup>54</sup> 2002: 16% IA e 21% dos apartidários; 2014: 25% IA, 29% apartidários e, aqui, destaque também aos partidários cognitivos com 28% neste pleito; e, em 2018,

Nesta pesquisa, em específico, nos interessa apontar que os apartidários<sup>55</sup>, tem o maior índice entre os perfis em todas as eleições analisadas. Evidência que nos aponta uma discordância em relação a teoria de Dalton (2013) de que estes fariam suas escolhas sem julgamentos partidários. No entanto, ainda que se trate de um sentimento não favorável à legenda em questão, é explicitada uma ligação direta entre o sentimento anti PT e o voto desse segmento, ainda que não sejam todos os eleitores. Assim, podemos dizer que os apartidários orientam em certa medida seu voto a partir do sentimento negativo ao partido petista, ainda que estes possam ter aversão a outras legendas. Apontamento que corrobora achados de Samuels e Zucco (2019) de que uma parcela significativa dos eleitores não partidários também apresenta ligações negativas aos partidos.

Sobre isso, é fundamental para esta pesquisa apontar que, com base nos resultados das análises bivariadas, os apartidários vêm sendo cada vez mais influenciados pelo antipetismo. O reflexo disso foi na eleição de 2018, quando essa influência chegou ao ponto de superar a adesão aos valores democráticos apontados por Dalton (2013), em análise ao cenário americano e, por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), que corroboram a definição dos perfis da realidade brasileira, visto que, estes tenham preferido votar em um candidato que fazia apelos antidemocráticos em detrimento de um possível governo petista.

Tabela 6 - Explicação da tipologia do Dalton sobre a religião nas eleições presidenciais

<b>Religião</b>	<b>Católicos (2002, 2014 e 2018)</b>	<b>Evangélicos (2002, 2014 e 2018)</b>	<b>Ateus/Outras religiões (2002, 2014 e 2018)</b>
Independente apolítico	68% / 64% / 52%	18% / 25% / 31%	13% / 6% / 15%
Partidário Ritual	71% / 61% / 49%	13% / 27% / 36%	14% / 6% / 13%
Partidário cognitivo	69% / 64% / 42%	10% / 20% / 31%	20% / 15% / 26%
Apartidário	57% / 66% / 47%	14% / 18% / 24%	28% / 14% / 28%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

<sup>55</sup> Enquadrando 21%, em 2002; 29%, em 2014; e 47%, em 2018, de todos os apartidários.

Nas análises das variáveis sociodemográficas, os resultados obtidos não apresentam grandes variações entre os perfis. Já com relação a religião, categoria que ainda não havia sido testada, os dados encontrados revelam uma mudança no perfil religioso do eleitorado brasileiro da primeira à última eleição analisada, em que foi constatado uma diminuição de quase um quarto entre aqueles eleitores que se consideram católicos<sup>56</sup>. Junto a isso, foi verificado um aumento de praticamente o dobro entre os evangélicos<sup>57</sup>. E quanto a aqueles que se denominam ateus ou pertencem a outras religiões<sup>58</sup>, os dados demonstram aumento de pouco mais de três vezes o primeiro número apontado.

Em específico a cada ano, foi verificado que, em 2002<sup>59</sup>, os evangélicos tem seus maiores índices nos perfis sem vinculação partidária, que os ateus/outras religiões possuem maior índice entre os segmentos de maior mobilização cognitiva e os católicos tem o menor índice entre os apartidários. Na eleição seguinte, em 2014<sup>60</sup>, os evangélicos passam a ter mais fieis nos perfis de menor mobilização cognitiva, os ateus/outras religiões mantêm seus maiores índices entre os perfis de maiores recursos cognitivos e os católicos com índices equilibrados em todos os perfis.

Já em 2018<sup>61</sup> observou-se um aumento de 6% entre os evangélicos e 10% entre os ateus/outras religiões. Além disso, o dado que mais se destaca é em relação aos católicos, que apontam uma queda de 16 pontos percentuais de 2014 a 2018. Na perspectiva dos perfis não partidários, foi verificado que os apartidários apresentam o menor percentual nas duas categorias (católicos e evangélicos) e o maior índice entre os perfis, mas os independentes são maioria entre os evangélicos e católicos. Ademais, os evangélicos têm seus maiores índices nos perfis de menor mobilização cognitiva e partidários (IA, PR e PC), já os ateus/outras religiões, como verificado na eleição anterior, tem seus maiores índices nos perfis de maior mobilização cognitiva.

Apesar de parecer um debate novo e que tem tomado mais força recentemente, Fernandes et al (1998, p. 94) fez uma pesquisa que apontou diferenças entre o comportamento político dos religiosos. Segundo os autores, os evangélicos representam um avanço na

---

<sup>56</sup> Passaram de 1628 para 429, dados de 2002 a 2018.

<sup>57</sup> Passaram de 380 para 758, dados de 2002 a 2018.

<sup>58</sup> Passaram de 363 para 1202, dados de 2002 a 2018.

<sup>59</sup> Católicos: 80.63%, Evangélicos: 15.75% e Ateus/Outras religiões: 3.62%.

<sup>60</sup> 66% Católicos, 25% evangélicos e 7% ateus/outras religiões.

<sup>61</sup> Dados gerais da religião do eleitorado: Católicos são 50,31%, Evangélicos 31,73% e ateus/outras religiões 17,96%.

modernização da sociedade brasileira. Isso porque exige-se de um homem convertido algumas mudanças de comportamento<sup>62</sup>. Em suas palavras “Somos inclinados a sugerir que, sim, a pregação evangélica tem propiciado transformações modernizantes das relações entre os gêneros”. Acerca da participação política, os dados demonstraram que aqueles que mais participam da comunidade religiosa, são mais participativos em eleições, partidos, sindicatos, associações de moradores, obras assistenciais etc.

Em conjunto aos achados da pesquisa, é fundamental discutir que a literatura aponta desde o início uma participação mais ativa com incentivos ao desenvolvimento cívico dos evangélicos em relação aos católicos, categoria de referência. Isso porque a participação religiosa dos evangélicos não se limita a presença no culto, como majoritariamente na igreja católica com a missa, estes apresentam atuação em inúmeras tarefas<sup>63</sup>. Além disso, estes compartilham de uma rede de contato pessoal com os demais fiéis<sup>64</sup>.

Além disso, de 2014 a 2018, foi acompanhado um aumento de 75 para 84 dos parlamentares, dentre estes, nove são campeões de voto em seus estados<sup>65</sup>. Ademais, a maioria desses parlamentares são lideranças religiosas em suas denominações<sup>66</sup>. Neste ponto, vale lembrar que ainda que, os dados de 2018 revelam que a maioria dos Deputados Federais se auto declaram católicos, quando analisada a atuação política de algum grupo religioso é constatado que está se limita à bancada evangélica. Logo, podemos dizer que, a religião, mas, principalmente, os evangélicos, vem exercendo cada vez mais influência na política, vide o aumento de candidaturas e êxito de parlamentares.

Em destaque, o próprio comportamento do Jair Bolsonaro, candidato que se declarou católico e durante a campanha participou de diversos eventos evangélicos, chegando ao ponto de se batizar em outra religião. Tal fato foi apontado como uma estratégia clara de investir nas pautas morais e religiosas, sobretudo, na denominação evangélica, em que, como apontado por Ferreira e Fuks (2021), o hábito de frequentar cultos é capitaneado eleitoralmente. Em outro trabalho, ao observar os eleitores antipartidários com foco nos antipetistas, Fuks, Ribeiro e

---

<sup>62</sup> Como, por exemplo, com relação ao adultério, vícios de jogo, álcool e tabaco, entre outras coisas.

<sup>63</sup> Cargos como, por exemplo, Pastor Presidente (Bispo), Pastores auxiliares (Presbíteros), Ministério Diaconal, Ministério Pastoral auxiliar, obreiros, professores da escola dominical... Também auxiliam nos diversos trabalhos da Igreja como: portaria, secretaria, tesouraria, manuteno, etc.

<sup>64</sup> Que inclui, por exemplo, encontros de células, saídas para comer após o culto, grupos de whatsapp...

<sup>65</sup> Por exemplo, o deputado reeleito Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) teve 1.843.735 votos, a maior votação nominal registrada no país.

<sup>66</sup> Ocupando cargos como, bispos, sacerdotes e etc... O levantamento é do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com base nos dados disponíveis no portal do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Borba (2021) confirmam o impacto dos valores religiosos no voto, apontando que os protestantes tem 77% a mais de chances de votar no Jair Bolsonaro do que os católicos.

### *Análises de regressão multivariada das eleições*

O banco de dados selecionado verificou 1719 observações, em 2002; 2159, em 2014 e 1577, em 2018. De acordo com o Pseudo R2, os modelos propostos buscaram explicar a variação do voto nas eleições verificadas, em níveis percentuais, a saber, estes dão conta de: 13%, 10% e 29% das explicações. Assim, cabe salientar que, apesar de serem porcentagens consideradas baixas, se tratam de modelos bastante significativos, sobretudo o último, uma vez que exista uma vasta possibilidade de fatores e incertezas que cercam o tema.

Tabela 7 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais

<b>Voto no PT</b>	<b>2002</b>		<b>2014</b>		<b>2018</b>	
Independente apolítico	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Partidário Ritual	.6415944	0.005	.7430901	0.007	.5593319	0.000
Partidário cognitivo	.6842891	0.106	.7893742	0.253	.5311064	0.006
Apartidário	1.283871	0.293	1.422746	0.045	.7183363	0.081

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Em análise à tipologia utilizada, foi demonstrado que, em 2002, ser partidário ritual diminui a chance de voto no PSDB em relação à categoria de referência que são os independentes apolíticos, com resultados estatisticamente significativos (p-valor=0,005). O dado disponível evidencia que o PT é o partido que mobiliza o maior número entre os partidários e seriam os rituais que, como o próprio nome diz, seguem mais ritualmente as decisões estabelecidas pelo partido.

Na eleição de 2014, o modelo de regressão demonstra o mesmo padrão visto em 2002, com a diferença de que para esse ano existe uma distinção estatisticamente significativa entre

ser apartidário e independente apolítico. Assim, verificando que, entre os eleitores sem vínculos partidários, seriam os apartidários que teriam mais chances de votar nos tucanos.

Já os resultados da eleição de 2018 confirmam os dados expostos nas tabelas de contingência no qual a principal diferença está entre os partidários cognitivos e rituais, sendo aqueles que possuem maior chance de votar no PT se comparado aos independentes apolíticos. A respeito dos apartidários, foi identificado que, ao inserir os controles estatísticos, esse perfil passou a ter menos chance de votar no Jair Bolsonaro do que o perfil com menor mobilização (independente apolítico). Esse dado revela uma quebra do padrão no qual os apartidários, até esta eleição, tinham mais chances de votar no partido oposto ao PT, visto também seu alto grau de adesão a apelos antipetistas. Porém, devido a significância estatística frágil (0,08), há um alto grau de incerteza quanto a validade da generalização dos dados.

De forma geral os resultados encontrados apontam que com relação aos perfis, ser partidário aumenta as chances de voto no PT, exceto entre os cognitivos, na eleição de 2002 e 2014, em que não foi demonstrada significância estatística (P valor= 0.10 e 0.25). Pensando a partir dos índices de filiação e simpatia partidária, podemos dizer que em todo o período analisado, o PT era o partido com maior número de filiados e simpatizantes, ainda que com taxas voláteis. Esse dado nos aponta duas questões com relação a categorização do Dalton (2013): a primeira delas que, tal fato nos indica ser possível inferir que grande parte deste grupo (visto as taxas de mobilização cognitiva) sejam de menores recursos e que estes sigam mais ritualmente as decisões de sua legenda e a segunda, indicam ser possível confirmar a teoria de que os partidários cognitivos, ainda que tenham ligação aos partidos, nem sempre seguem as orientações, estes se mobilizam também através de seus recursos cognitivos.

Tabela 8 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da eficácia do voto

<b>Eficácia no voto</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Odds Ratio	.7510706	.7195069	1.328235
P > z	0.044	0.068	0.095

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.



Sobre a compreensão da importância do voto, verificou-se que, em 2002, quanto maior o índice de eficácia, menor a chance de voto no PSDB e, portanto, maior as chances de que estes eleitores optem pelo PT. Na eleição de 2014 os resultados seguiram o mesmo padrão do modelo anterior. Entretanto, dados de 2018, indicam um cenário oposto, apontando que quanto maior a eficácia maior as chances de voto no PSL, partido oposto ao PT. Ainda que este dado apresente 9% de incerteza, tal fato pode contribuir para o debate sobre o voto em Jair Bolsonaro, em que mesmo sobre diversos aspectos que o colocavam como um candidato facilmente derrotado nas eleições<sup>67</sup>, os eleitores votaram no ex capitão.

Tabela 9 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise do antipetismo

<b>Antipetismo</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Odds Ratio	10.27772	5.202676	23.18763
P > z	0.000	0.000	0.000

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Quanto ao fenômeno do antipetismo, os dados encontrados indicaram que, em 2002, ser antipetista eleva dez vezes a chance de voto no partido tucano. Número expressivo se tratando de uma eleição que conseguiu amplo apoio para o partido, demonstrando que os petistas tiveram relevância no voto favorável e não favorável à legenda. Já na eleição de 2014, foi verificado uma queda pela metade, apontando que ser antipetista aumentava em apenas cinco vezes as chances de voto nos tucanos, o que pode explicar, ao menos em parte, o acirramento da disputa. Além disso, o fato dessa variável ter sido mais relevante na eleição anterior, pode explicar, em alguma medida, a queda em relação à validação explicativa do modelo<sup>68</sup>. Com relação a eleição de 2018, foi observado um aumento expressivo, no qual pertencer a esse grupo elevou em vinte e três vezes a chance de voto no PSL, superando todos os anos anteriores. Tal resultado também demonstra o quanto essa variável foi significativa para a vitória do Jair Bolsonaro, tendo sido o candidato que mais soube mobilizar essa pauta.

<sup>67</sup> Por fazer parte de um partido sem grande relevância, por ter pouco dinheiro de campanha e tempo de TV etc...

<sup>68</sup> Tendo diminuído de 15% para 10%.

Além disso, acredita-se que esse ponto tenha sido relevante para aumentar a validação explicativa do modelo com relação aos anteriores<sup>69</sup>.

Em resumo, os resultados revelam que apesar do aumento significativo do antipetismo, este também sofre alterações de relevância em relação ao voto<sup>70</sup>. Neste caso, parece justo pensar que apesar do crescimento do fenômeno, até a última disputa ainda não havia-se visto nenhum pleito que tivesse mobilizado tanto a pauta antipetista. Dito isso, é indispensável destacar sua relevância na última eleição e, portanto, na vitória do Jair Bolsonaro. De modo geral, os resultados confirmam mais uma hipótese de que esta vem sendo uma variável relevante para se pensar o voto do eleitor brasileiro.

Sobre quem seriam esses eleitores, conforme apontado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) os atributos sociodemográficos são pouco explicativos para diferenciação dos perfis analisados. Contudo, os autores apontam que ser branco aumenta a chance do eleitor ser apartidário. Nesta linha, na atualização do trabalho, Faeti, Gimenes e Rocha (2021) indicam que minorias étnicas se concentram no perfil dos independentes apolíticos; e brancos e mulheres tenderiam a compor o perfil dos apartidários. No geral, os estudos referenciados afirmam que há uma certa homogeneidade nas distribuições com relação às variáveis analisadas<sup>71</sup>, aspectos que foram corroborados em certa medida na presente análise. Abaixo veremos as tabelas referentes as variáveis sociodemográficas: etnia, idade, sexo e religião.

Tabela 10 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da etnia

<b>Etnia</b>	<b>2002</b>		<b>2014</b>		<b>2018</b>	
Não Branco	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Branco	1.070984	0.099	1.703645	0.000	.981869	0.454

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Analisando a etnia, foi constatado que, em 2002, ser branco aumenta a chance de voto no PSDB em comparação com a categoria de referência, os eleitores não brancos. Em 2014, os

<sup>69</sup> Passando de 15% e 10% para 29%.

<sup>70</sup> Visto que, este representou dez (10) vezes mais de chance de voto no PSDB, em 2002, cinco (5) vezes, em 2014, e chegando a sua maior marca de vinte e três (23) vezes mais chance de voto no PSL, em 2018.

<sup>71</sup> Os estudos utilizam as mesmas variáveis de controle, sendo elas: sexo, idade, etnia, estado civil e área de residência.

dados demonstram o mesmo padrão, porém com uma maior significância estatística (P valor= 0.00). Já na eleição de 2018 a variável não demonstrou significância.

Tabela 11 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da idade

<b>Idade</b>	<b>2002</b>		<b>2014</b>		<b>2018</b>	
Faixa de Idade	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
16 a 24						
Faixa de Idade	.9840528	0.925	1.49787	0.481	1.541745	0.035
25 a 34						
Faixa de Idade	.8665469	0.421	1.189696	0.760	1.055683	
35 a 42						
Faixa de Idade	1.133344	0.478	1.133502	0.836	1.483479	0.068
44 a 54						
Faixa de Idade	1.320879	0.185	1.1349101	0.601	1.338698	0.165
55 ou mais						

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

No que diz respeito a idade, os dados demonstraram significância apenas na eleição de 2018 no qual as faixas etárias referentes aos recortes de 25 a 34 e de 44 a 54 anos, com relação a nossa categoria de referência que é de 16 a 24 anos, teriam mais chance de votar no PSL.

Tabela 12 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise do sexo

<b>Sexo</b>	<b>2002</b>	<b>2014</b>	<b>2018</b>
Mulher	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>

Homem	1.070984	0.099	1.703645	0.000	.981869	0.454
-------	----------	-------	----------	-------	---------	-------

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

Com relação ao sexo, foi verificado significância estatística apenas para os anos de 2014 e 2018. No qual no primeiro, ser homem aumentava as chances de voto no PT quando comparado as mulheres e no segundo, ser homem aumenta as chances de voto no Jair Bolsonaro em relação as mulheres. Tal constatação vem sendo apontada por cientistas políticos como possível resultado da postura machista e misógina do até então candidato e sua proximidade a pautas mais vinculadas aos homens<sup>72</sup> (NICOLAU, 2020).

Tabela 13 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais: análise da religião

<b>Religião</b>	<b>2002</b>		<b>2014</b>		<b>2018</b>	
Católico	<i>Referência</i>		<i>Referência</i>		<i>Referência</i>	
Evangélicos	1.186846	0.289	1.516307	0.000	2.440119	0.000
Ateus/Outras religiões	.722597	0.069	1.669029	0.005	1.310708	0.144

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002, 2014 e 2018.

E com relação a religião, variável recente no tema, foi apontado que, em 2002, ateus/outras religiões tinham mais chance de votar de não votar no PSDB; já em 2014, esse grupo passa a ter mais chances de voto no partido tucano do que no partido petista. Com relação aos evangélicos, eles passam a ter mais significância estatística nos modelos de 2014 e 2018, apontando ter mais chance de voto no PSDB e duas vezes mais no PSL, respectivamente. Neste ponto, destaca-se, como verificado na parte descritiva, que os evangélicos estão em crescimento no Brasil e apresentam cada vez mais força. Não é foco desta pesquisa, contudo, visto a relevância da categoria, achamos necessário mencionar que alguns estudos recentes têm se debruçado a entender melhor a relação entre religião e política a partir de uma análise dos

<sup>72</sup> Como exemplo: interesses dos militares, flexibilização do porte de armas, uso de políticas duras de combate ao crime organizado, crítica à política de direitos humanos e etc..

evangélicos e da geografia do voto (SOUZA, 2015) e a lógica do voto evangélico no Brasil (CARNEIRO, 2017).

### 3.4 ANÁLISE DA ELEIÇÃO DE 2018

#### 3.4.1 ESTUDO ATITUDINAL: ASPECTOS DO VOTO, DA DEMOCRACIA E DA IDEOLOGIA DOS INDEPENDENTES APOLÍTICOS

Para esta parte seguiremos o mesmo modelo de apresentação dos dados da subseção anterior. Apresentando de forma descritiva uma análise bivariada, que tem como finalidade cruzar cada variável selecionada com a tipologia proposta por Dalton (2013); em seguida, apresentamos as análises referentes aos modelos de regressão multivariados que apresentam uma dimensão mais robusta das associações que serão realizadas. Os resultados obtidos foram expostos na tabela 9, vistos a seguir:

Tabela 14 - Explicação da tipologia do Dalton sobre aspectos atitudinais na eleição presidencial de 2018.

<b>Variáveis</b>	<b>Independente apolítico (%)</b>	<b>Partidário Ritual (%)</b>	<b>Partidário Cognitivo (%)</b>	<b>Apartidário (%)</b>
Decisão de voto (outras ações)	93,35%	92,64%	71,01%	86,13%
Decisão de voto (redes sociais)	4,94%	0,46%	22,03%	11,29%
Decisão de voto (whatsapp)	1,71%	6,90%	3,95%	2,58%
Voto no Lula	42,25%	57,14%	40,11%	27,90%
Votaria sem voto obrigatório	31,88%	47,97%	74,73%	50,28%
Confia nas eleições	39,80%	41,24%	54,55%	51,59%

Apoia democracia sem partidos/congresso	43,33%	43,86%	39,66%	42,35%
Prefere democracia do que ditadura	80,80%	80,37%	85,56%	88,06%
Ideologia (Direita)	53,45%	62,12%	57,63%	47,47%
Ideologia (Centro)	28,19%	19,76%	12,99%	36,39%
Ideologia (Esquerda)	18,36%	18,12%	29,38%	16,44%

Fonte: Elaborado pela autora com dados a partir do ESEB 2018.

Na tabela acima, encontra-se como resultados sobre as ações em que os cidadãos consideram importantes para escolha do presidente<sup>73</sup> que os eleitores com maior mobilização cognitiva são mais propensos a tomar suas decisões através de informações via redes sociais e Whatsapp, apesar da codificação não apresentar números significativos. Evidência que pode apontar que as diferenças cognitivas também impõem diferenças no consumo de informação e nos meios pelos quais os eleitores têm acesso a informações.

A hipótese era de que os disparos de mensagens/compartilhamentos em redes sociais tivessem exercido influência na mobilização da campanha de 2018, sobretudo, entre os independentes apolíticos. No entanto, os dados encontrados revelam que esta variável não se mostrou tão significativa para a decisão de voto no presidente. Além disso, seriam os perfis de menor mobilização (IA e PR) que teriam menor incidência desta influência.

Todavia acredita-se que tais meios tenham exercido influência sobre o antipetismo, visto que, como apontado por Chagas, Modesto e Magalhães (2019) muitos dos conteúdos viralizados nas redes sociais, reforçaram impressões negativas e de medo ao PT.

<sup>73</sup> Incidência de respostas com o cruzamento da tipologia com decisão de voto (outras ações, notícias em redes sociais e Whatsapp) nos anos averiguados (2002, 2014 e 2018), respectivamente: Independentes apolíticos 982, 52 e 18 ; partidários rituais 403, 30 e 2; partidários cognitivos 131, 39 e 7 e apartidários 267, 35 e 8.

Ainda sobre isso, cabe destacar também que, a ampla propagação de notícias de telejornais no atentado da facada ao Jair Bolsonaro ampliaram seu tempo de TV, promovendo maior visibilidade a sua candidatura, visto que, o mesmo estava impossibilitado de participar de debates e outros eventos. Isso nos leva a corroborar com estudos sobre a importância do tempo de TV para as campanhas eleitorais.

Ao analisar a possibilidade de voto no Lula da Silva caso ele estivesse na disputa, foi demonstrado que parte significativa de três dos quatro perfis teria alterado sua decisão final. Esse achado chama atenção pelo fato de que apesar da maioria percentual de cada um dos perfis analisados terem votado no Jair Bolsonaro, a participação do ex-presidente na disputa alteraria o cenário eleitoral de forma expressiva.

Esse dado corroborar parcialmente com a hipótese de que, ainda que os independentes apolíticos tenham votado majoritariamente no Jair Bolsonaro, teriam mudado seu voto caso o ex-presidente estivesse na disputa. Parcialmente porque entre os perfis, seriam os partidários rituais, também segmento de menor recurso cognitivo, aqueles que mais migrariam seus votos, seguido dos IA. Isso confirma apontamentos teóricos de que estes eleitores não tem posições políticas muito fundamentadas (DALTON, 2013; BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015) e, por isso, teriam facilidade de migrar seus votos - inclusive, em candidatos de espectros ideológicos opostos.

Em destaque a este segundo grupo (os apartidários), no qual a maioria não mudaria seu voto, apontamos que, por um lado, tal fato confirma os fundamentos da tipologia que indica que este perfil apresenta decisões mais fundamentadas e, por isso, mantêm suas posições. Por outro lado, é contraditório, como exposto na subseção anterior, por se tratar do perfil apontado como o que mais considera os valores democráticos mesmo votando em um candidato que vai na contramão disso<sup>74</sup>. Ademais, esse dado evidencia o impacto do antipetismo, também apontado anteriormente, sendo este grupo o de maior incidência dentre os perfis analisados.

Além disso, tal fato nos ajuda a elucidar o peso do personalismo no comportamento e nas atitudes destes segmentos do eleitorado (não partidário), especialmente, nos perfis de menor mobilização cognitiva (independente apolítico). Isso porque se tratam de candidatos de vertentes políticas opostas que conseguem mobilizar o mesmo eleitor. Corroborando achados

---

<sup>74</sup> Ainda que não dê para desenvolver, é importante apresentar que existem trabalhos atuais que tem demonstrado que pessoas altamente informadas, em momentos de muita polarização, podem abrir mão da democracia por medo de que quem eles não gostem ganhem. Em sua pesquisa, Graham e Svolik (2020) discorrem sobre a importância da moderação política e das clivagens transversais para a estabilidade democrática e destacam os perigos que a polarização representa para a democracia.

de Rennó e Cabello (2010) que já apontavam que o eleitor não partidário tem predisposição a figuras personalistas.

E quando perguntados sobre a possibilidade de não irem votado caso o voto não fosse obrigatório foram majoritariamente os perfis com menor mobilização cognitiva que responderam positivamente à questão, sobretudo os independentes apolíticos. Resultado que corrobora a teoria do Dalton (2013) e outra de nossas hipóteses, de que seriam os IA aqueles que teriam menor chance de comparecimento eleitoral.

Concomitante a isso, os eleitores com maiores recursos cognitivos afirmam em sua maioria que votariam mesmo que o voto não fosse obrigatório. Esse achado confirma a categorização do autor de que os perfis com maiores recursos cognitivos seriam mais participativos e engajados na vida política. Os textos em análise ao caso brasileiro aqui referenciados, apontam para o mesmo caminho do autor principal da tipologia e indicam que os apartidários, partidários cognitivos e rituais são mais propensos a comparecer e votar do que os IA (BORBA, GIMENES e RIBEIRO, 2015; FAETI, GIMENES e ROCHA, 2021).

Além disso, um elemento importante a ser considerado é o grau de competitividade do pleito de 2018, em meio a contexto de forte polarização político-ideológica de projetos para o país. Neste sentido, acredita-se que o embate político colocado na eleição favoreceu o comparecimento eleitoral.

Outro ponto a ser destacado é o fato de que trata-se de uma pergunta hipotética que impõe uma distância entre a participação “objetiva” e a hipótese de participação ou não. Sendo assim, é importante apresentar que há uma tendência de que a não participação seja maior entre as pessoas mais pobres por condições objetivas que dificultam o voto<sup>75</sup>. Por outro lado, há uma tendência entre aqueles com maior escolaridade de dizer que não votariam por concepções que estes desenvolveram após a eleição. Isso reflete mais um sentimento de descrença do que uma decisão que eles realmente tomariam no dia da eleição.

Em observação aos aspectos da democracia, foi demonstrado que os eleitores com menor mobilização cognitiva confiam menos nas eleições se comparado aos com maiores recursos. De todo modo, os dados revelam números expressivos de desconfiança em todos os perfis.

Com esse resultado, foi possível confirmar a hipótese de que o eleitorado brasileiro desconfia em grande parte das eleições, sobretudo, os independentes apolíticos. Associa-se tal fato ao contexto político posterior a uma eleição acirrada, cujo resultado foi questionado pelo

---

<sup>75</sup> Por exemplo, elas não tem carro, pode ser difícil ir votar, elas trabalham de fim de semana fazendo bicos, etc.



segundo colocado Aécio Neves (PSDB) e se desdobrou em um processo de impeachment. Em ligação mais direta ao último pleito, visto se tratar de um banco de dados pós-eleitoral, é importante destacar que o candidato vitorioso sugeriu que a eleição havia sido fraudada, acusação que nunca foi comprovada.

Ao mesmo tempo, com relação a acreditarem ser possível uma democracia sem partidos e sem congresso, nenhum dos quatro perfis apresentou uma opinião majoritariamente favorável. No entanto, os dados seguem o padrão visto na variável anterior, de que quanto menor a mobilização cognitiva maior a chance de apoio a valores menos democráticos.

Resultado que, apesar de não apresentar valores acima da média, confirmam a hipótese de que seriam os independentes apolíticos, aqueles eleitores mais propensos a acreditarem ser possível uma democracia sem partidos e sem congresso. Todavia, salienta-se que essa variável apresenta níveis significativos de descontentamento com os partidos e com o congresso.

Sobre a opinião dos perfis em relação à democracia foi demonstrado que todos preferem a democracia do que uma ditadura, especialmente, os perfis com maior mobilização cognitiva. Entretanto, ainda que com percentuais considerados baixos, vale destacar que, a hipótese de pesquisa também foi corroborada, dentre os não partidários, seriam os independentes apolíticos, aqueles que mais estariam propensos a apoiar uma ditadura em detrimento de uma democracia.

Em resumo, quanto ao democratismo, os dados encontrados reiteram os apontamentos de Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) de que aqueles eleitores com menor mobilização cognitiva seriam mais propensos a apelos antidemocráticos, embora os dados tenham se mostrado majoritários apenas para a desconfiança nas eleições.

Além disso, no que diz respeito a questão ideológica, verificamos que a maioria do eleitorado brasileiro, independente do perfil, se autodeclararam como de direita na eleição de 2018.

A respeito da hipótese relacionada à noção ideológica, pretendia-se comprovar o crescimento da direita radical no Brasil, mas, principalmente, entre os independentes apolíticos. Na pesquisa, a questão foi parcialmente corroborada. De fato a maioria do eleitorado brasileiro se autodeclarou de direita. Contudo, dentre os perfis, foram os partidários rituais que apresentaram a maior incidência entre os eleitores deste espectro ideológico. Evidência que surpreendeu, visto que, este perfil apontou o maior apoio ao PT (partido declarado de esquerda) em todas as eleições verificadas, marcando também os menores índices de antipetismo.

Para a realização deste modelo de regressão foram analisadas 1.169 observações. De acordo com Pseudo R<sup>2</sup>, o modelo explica 44% da variação do voto proposto na análise,

percentual bastante demonstrativo. Destacamos que esta categorização é eficiente para explicar as atitudes dos eleitores brasileiros. Isso porque a pesquisa apresentou significância em oito variáveis que compreendem a sua estrutura. A seguir veremos estes expressos na Tabela 10:

Tabela 15 - Determinantes do voto no Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018.

<b>Voto no Bolsonaro</b>	<b>Odds</b>	<b>P &gt; z</b>
Independentes apolíticos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Partidário Ritual	.6628161	0.055
Partidário Cognitivo	.44161405	0.010
Apartidário	.4051225	0.000
Ideologia (centro)	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Ideologia (esquerda)	.3367116	0.000
Ideologia (direita)	2.662759	0.000
Voto no Lula	.0319925	0.000
Voto obrigatório	1.513172	0.023
Confiança nas eleições	1.209402	0.293
Democracia é a melhor forma de governo	.3254057	0.000
Democracia sem partidos/sem congresso	1.133474	0.480
Decisão de voto (outras ações)	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>

---

Decisão de voto (redes sociais)	1.767627	0.115
Decisão de voto (whatsapp)	3.147461	0.113

---

Fonte: Elaborado pela autora com dados do ESEB 2018.

Observando a tipologia do Dalton (2013) sobre alguns aspectos do voto, foi verificado que os três perfis (partidários rituais, cognitivos e apartidários) tem menos chance de votar no Jair Bolsonaro se comparado aos independentes apolíticos. Além disso, o modelo revelou também que os votantes do ex-capitão teriam menos chance de votar em Lula da Silva na eleição de 2018. E que, esses eleitores têm mais chances de irem votar caso o voto não seja obrigatório.

Acerca das ações que ajudam na decisão de voto, ainda que tenha se mostrado uma variável numericamente pouco explicativa na análise descritiva e apresente nesta segunda parte 11% de incerteza, achamos necessário pontuar que os dados demonstram que notícias pelas redes sociais aumentam a chance de voto no Jair Bolsonaro e que notícias no whatsapp aumenta em três vezes a mesma decisão.

Quando analisados aspectos da democracia, observa-se que aqueles que votaram no Bolsonaro acreditam que em algumas situações a ditadura é melhor do que a democracia. Ademais, o modelo não demonstrou significância estatística em relação a confiança nas instituições e apoio a uma democracia sem partidos/congresso.

Por fim, observando a ideologia, o modelo indicou que ser de direita aumenta em duas vezes as chances de voto no ex-capitão no segundo turno e ser de esquerda diminui as chances de voto.

De forma geral, os resultados desta seção confirmam a teoria de mobilização cognitiva do Dalton (2013) sobre atitudes comuns entre cada um dos dois grupos de cognição, a saber os de maior (partidários cognitivos e apartidários) e os de menor (partidários rituais e independentes apolíticos) mobilização cognitiva.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo, foram verificadas as hipóteses sobre o comportamento eleitoral dos brasileiros, sobretudo, os não partidários, a partir da tipologia do Dalton (2013), nas eleições

de 2002, 2014 e 2018. Também foram analisadas as atitudes desses eleitores, especialmente, dos independentes apolíticos, na eleição de 2018, sobre aspectos do voto no Jair Bolsonaro, com relação a tomada de decisão, democratismo e ideologia. Para as considerações parciais, destacou-se de forma resumida os dados encontrados.

Em observação a evolução dos perfis de mobilização cognitiva dos eleitores ao longo dos anos verificados, foi constatado que de fato a maioria dos eleitores brasileiros são de baixa mobilização. Contudo, vimos um aumento progressivo da escolaridade que tem atribuído relevância no padrão final da categorização. Acerca do interesse por política, apesar de não ser tão constante e variar em relação ao contexto, também aponta crescimento. E quanto à simpatia partidária foi apontado uma queda de onze pontos percentuais nos índices de 2002 até 2018, dado que evidencia a necessidade da nossa pesquisa à medida em que é constatado o aumento do número de eleitores sem simpatia a partido.

Uma vez que lançou-se mão as bases de dados, os resultados encontrados sobre o comportamento corroboram as hipóteses de que: i) o voto do eleitor apartidário foi relevante para a quebra do padrão de competição bipartidário, visto que este seguia o padrão de voto até a eleição de 2018, embora tenhamos apontado que o apoio ao PT estava sofrendo uma queda; ii) que este eleitor está de fato acreditando mais no poder do seu voto e, acredita-se que por isso, este mantenha o seu voto em um candidato apontado por estudiosos como sem chance de êxito; e iii) o fenômeno do antipetismo foi relevante para a escolha de voto do eleitor sem partido na eleição de 2018.

Sobre o voto ao longo das eleições os resultados apontaram que: i) ser partidário aumentava a chance de voto no PT em todas as eleições analisadas, exceto, no ano de 2014, quando os partidários cognitivos não demonstraram significância estatística; e, ii) que quanto maior a compreensão de eficácia do voto maior a chance de voto no PT, nos anos de 2002 e 2014, e no PSL, no ano de 2018.

Com relação às atitudes, foram confirmadas as seguintes hipóteses sobre os independentes apolíticos: i) que estes teriam mais chances de não votar caso o voto não fosse obrigatório; ii) que confiam menos nas eleições; iii) que seriam eles os que mais corroboram com a percepção de que em algumas situações é preferível uma ditadura do que democracia; e iv) que entre os perfis, seriam os IA, que estariam mais propensos a apoiar uma democracia sem partidos e sem congresso. Contudo, cabe destacar que, apesar dos achados com relação ao baixo democratismo dos IA, os dados encontrados só demonstraram índices majoritários de apoio com relação a desconfiança nas eleições.

Quanto as variáveis possibilidade de voto no Lula e ideologia foram parcialmente corroboradas. A primeira porquê entre os perfis, seriam os partidários rituais, também segmento de menor recurso cognitivo, aqueles que mais migrariam seus votos, seguido dos IA. A segunda porquê de fato foi apontado que a maioria do eleitorado se autodeclarou de direita na eleição de 2018 e que os IA tinham o segundo índice mais alto de adeptos, empatado com os apartidários e perdendo somente para os partidários rituais com três pontos a mais.

No entanto, não foi confirmada a hipótese de que as redes sociais e whatsapp tiveram grande influência de mobilização na campanha do último pleito. Na verdade, foi verificado que as mensagens/compartilhamentos nas redes sociais não foram numericamente significativas para a tomada de decisão de voto no presidente, mas entre os perfis, seriam aqueles com maiores recursos mais propensos a tomar suas decisões por tais meios.

Sobre o voto no Jair Bolsonaro o modelo indica que: i) dentre os perfis seriam os IA que teriam maiores chances de voto; ii) que os votantes do ex-capitão têm menos chance de votar no Lula da Silva; iii) que seus eleitores têm mais chances de irem votar caso o voto não seja obrigatório; iv) que aqueles que votaram no Jair Bolsonaro acreditam que em algumas situações a ditadura é melhor do que a democracia; e, por fim, v) o modelo indicou que ser de direita aumenta em duas vezes as chances de voto no ex-capitão.

De forma resumida, através do conjunto de dados comportamentais e atitudinais destacamos dois pontos como fundamentais para a mudança no padrão de voto que afetou a quebra do padrão bipartidário PT-PSDB, somente com a saída do partido tucano, a saber: o aumento gradual e expressivo do antipetismo e o crescimento da direita no Brasil

No geral, esse modelo metodológico permitiu verificar as hipóteses e reafirmar que a tipologia utilizada mostrou-se eficiente para pensar a organização do eleitorado brasileiro. Ainda que tenha apresentado algumas limitações quanto às inferências não corroboradas no que diz respeito a alguns aspectos eleitorais. Salientando que nenhuma delas tenha prejudicado a teoria principal visto que se trataram de questões com relação aos IA, perfil apontado pela tipologia como menos previsível.

Assim, o trabalho traz como contribuição a ampliação do debate sobre os eleitores não partidários no Brasil. Para além, apresenta-se aspectos eleitorais ainda não investigados do comportamento e das atitudes desse eleitorado. E reiteramos, apontamentos de que, dentre os perfis, seriam os independentes apolíticos, aqueles com menor apreço aos valores democráticos, apesar de ter demonstrado índice majoritário do perfil apenas em relação a desconfiança nas eleições.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma década do estudo elaborado por Borba, Gimenes e Ribeiro (2015) que apresenta questões que instigam a realização deste trabalho, tivemos a ocorrência de muitos eventos que tornaram o debate sobre o declínio do partidarismo e o fenômeno do apartidarismo mais evidente.

Neste sentido, buscou-se ressaltar lacunas existentes na literatura do tema, apresentando o aumento do apartidarismo e expondo a parte desse segmento que vinha sendo apontada como risco para democracia, ainda que suas atitudes e comportamentos no que tange às eleições não tivessem sido investigadas.

Assim, a presente dissertação pretendeu dar luz a aspectos eleitorais do comportamento e das atitudes dos eleitores não partidários, mas, sobretudo, dos independentes apolíticos. Para tal finalidade, utilizamos a tipologia de mobilização cognitiva (DALTON, 2013) sob o banco de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro nas ondas de 2002, 2014 e 2018. Nestas considerações finais, volta-se ao título do trabalho para dar destaque e apresentar uma contraposição de apenas dois dos quatro perfis elaborados pelo autor principal da tipologia: os apartidários e os independentes apolíticos.

Uma vez que lançou-se mão as bases de dados os resultados encontrados revelam que, na perspectiva a evolução dos perfis categorizados por Dalton (2013), são os independentes apolíticos que compõem a maior parte do eleitorado nacional em todos os anos verificados e entre os apartidários, os números tem apresentado um aumento progressivo<sup>76</sup>.

Em vista das questões de comportamento foi verificado através dos dados descritivos que os independentes apolíticos tem votado mais no PT do que os apartidários, ainda que, ambos os perfis encontram os menores índices de voto ao partido petista. Contudo, é a eleição de 2018 que mais chama atenção por dois pontos: i) por ter sido a eleição que os eleitores não partidários estiveram mais próximos em números percentuais de apoio ao PT, marcando 39% entre os Independentes apolíticos e 35% entre os Apartidários, isso porque em 2002 e 2014 a diferença entre os perfis era de 6% e 9% pontos; e ii) pelos apartidários terem sido o perfil que mais votou no Jair Bolsonaro, dado que, partindo da tipologia de mobilização cognitiva, seria esse segmento aquele com maior apreço aos valores democráticos, tendo estes votado em um candidato abertamente antidemocrático.

---

<sup>76</sup> Ao longo das eleições de 2002, 2014 e 2018 os independentes apolíticos marcaram 54,3%, 61,7% e 56% e os apartidários 5,6%, 10,6% e 15,3%, respectivamente. Dados que revelam uma queda geral de 2% (ainda que tenha tido um crescimento de 7,4% de 2002 a 2014) entre os IA e um aumento geral de 9,7% entre os apartidários.

Com relação à eficácia do voto<sup>77</sup> foi revelado que os independentes apolíticos tem os menores índices de entendimento sobre a importância do voto, ainda que demonstrem números acima da média. Já os apartidários, em 2002, apresentam dados que se igualam na margem de erro com os IA. Em 2014, por sua vez, verificou-se um aumento significativo que igualou aos apartidários aos partidários rituais. E em 2018, manteve o percentual anterior, com o adendo de em uma perspectiva geral, apresentar a maior taxa de entendimento.

Ao analisar o antipetismo<sup>78</sup>, indicou-se que, os independentes apolíticos, em 2002, apresentaram o segundo maior índice entre os perfis, perdendo apenas para os apartidários. Em 2014, esteve entre os dois menores, padrão que se manteve na eleição seguinte, no qual só apresentou números superiores apenas aos partidários rituais. Acerca dos apartidários, foi verificado os maiores percentuais do fenômeno em todas as eleições analisadas. Destaca-se o pleito de 2018, em que metade deste segmento foi enquadrado enquanto antipetista. Dado que pode justificar em certa medida o voto dos apartidários no ex-capitão.

Sobre o perfil religioso<sup>79</sup> dos eleitores não partidários, identificou-se que, em 2002, esse segmento teria os maiores índices entre os evangélicos. Individualmente, entre os IA o grupo teria o maior índice entre os católicos e menor entre os autodeclarados ateus/outras religiões. Já com relação aos apartidários foi verificado o oposto. Em 2014, entre os católicos, os IA teriam sofrido uma queda de quatro pontos e os apartidários um aumento que representou o maior índice do segmento no referido ano. Em 2014 e 2018, entre evangélicos e ateus/ outras religiões, as taxas seguiram o padrão de menor mobilização maiores índices entre os evangélicos e maiores recursos, maiores índices entre os ateus/outras religiões. De forma geral, entre os independentes apolíticos os católicos tiveram uma perda de 16 pontos percentuais, os evangélicos um aumento de 13 pontos e entre aqueles que se consideram ateus/outras religiões aumento de 2 pontos. Já os apartidários tiveram uma queda de 10 pontos percentuais entre os católicos, número igual ao aumento verificado nos categorizados como evangélicos e de um ponto percentual no perfil de ateus/outras religiões.

Com relação as regressões multivariadas destacamos a investigação sobre o voto no segundo turno, no qual não foi demonstrado significância estatística no ano de 2002 (P valor = 0.29), mas que apontou, em 2014, que os apartidários teriam mais chances de votar no partido oposto ao PT nas eleições (P valor = 0.04) e menos chance de votar no Jair Bolsonaro, em

---

<sup>77</sup> Dados percentuais (2002, 2014 e 2018): IA 74,22%, 89,47% e 76%; apartidários 75,94%, 92,07% e 92%.

<sup>78</sup> Dados percentuais (2002, 2014 e 2018): IA 16,61%, 25% e 39%; apartidários 21,21%, 29% e 50%.

<sup>79</sup> Dados percentuais (2002, 2014 e 2018): IA católicos representam 68%, 64% e 52%; evangélicos 18%, 25% e 31%; e ateus/ outras religiões 13%, 6% e 15%; e com relação aos apartidários, católicos representam 57%, 66% e 47%; evangélicos 14%, 18% e 24%; e ateus/outras religiões 28%, 14% e 28%.

2018. Este último dado é destacado pela controversa ao dado descritivo desta pesquisa, fato que pode ser justificado pela inserção das variáveis de controle e a fragilidade da significância estatística (P valor = 0.08).

No geral, os resultados alcançados reiteram a relevância da pesquisa para o campo multidisciplinar da literatura de Partidos, Comportamento Político e Opinião Pública. Acredita-se que os objetivos propostos, os dados apresentados e as hipóteses validadas corroboram com o preenchimento da lacuna existente que ainda buscam compreender a relação entre os eleitores não partidários e a democracia.

Para além dos avanços, é preciso apontar que existem uma série de pontos a serem melhor abordados por pesquisas posteriores. Destaca-se a limitação referente ao banco de dados utilizado, à medida em que este seja geral e não específico da pesquisa. Desta maneira, sugere-se que algumas perguntas específicas sobre o tema poderiam enriquecer a investigação. Contudo, tal fato não invalida o trabalho, por trata-se de uma amostra representativa do eleitorado nacional e que através da mobilização das variáveis e da técnica de pesquisa escolhida, proporcionou os melhores resultados para responder aos objetivos. Por fim, salientamos uma análise contínua dos independentes apolíticos, perfil majoritário no eleitorado nacional e que, por conta da sua imprevisibilidade, requer acompanhamento periódico, especialmente, com relação a aspectos democráticos.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge. Como Vota o Brasileiro São Paulo, Casa Amarela. 1996.

ALMOND, G.; VERBA, S. The civic culture: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963].

BAKKER, Ryan, Seth JOLLY, and Jonathan POLK. Multidimensional incongruence, political disaffection, and support for anti-establishment parties. *Journal of European Public Policy* 27: 292 - 309, 2020.

BAQUERO, Marcello ; RANINCHESKI, Sonia ; CASTRO, H. C. O. . A formação política do Brasil e o processo da democracia inercial. *Cuadernos Iberoamericanos*, v. 4, p. 40-57, 2016.

BORBA, J.; GIMENES, E. R.; RIBEIRO, E. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, n. 101, mar. 2015b. p. 27-55, 2015.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. A.; CARREIRÃO, Y.; GIMENES, É. R. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 1-24, 2018.

BORGES, A. e VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*. 24, 1 (abr. 2018), 53–89, 2018.

BRAGA, M. S. “Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, p. 43-73, 2010.

BRAGA, M. do S. S. ; PIMENTEL JR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam?. *Opin. Publica*, Campinas , v. 17, n. 2, p. 271-303, Nov. 2011 .

BRAGA, M. do S. S.; CASALLECHI, Gabriel A. Vencedores e perdedores nas eleições presidenciais de 2014: o efeito da derrota nas urnas sobre a satisfação e o apoio em relação à democracia no Brasil. *Opinião Pública*, vol.22, n.3, pp.550-568, 2016.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas vantagens de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 7, n. 21, pág. 99-129, fora. 2014 / jan. 2015.

BUENO, Natália S. “Raça e comportamento político em perspectiva comparada: evidências de Belo Horizonte e da Cidade do Cabo”. *Dissertação (mestrado) em Ciência Política*. São Paulo: Universidade de São Paulo. 2010.

CABELLO, A.; RENNÓ, L. “As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* , vol. 25, nº 74, 2010.

CAMPBELL, Angus, Philip CONVERSE, Warren MILLER, and Donald STOKES. *The American Voter*. New York: Wiley. 1960.

CAMPBELL, Angus, Philip CONVERSE, Warren MILLER, and Donald STOKES. *Elections and the Political Order*. New York: Wiley. 1966.

CARREIRÃO, Y. de S. “Opiniões públicas e sentimentos partidário dos eleitores brasileiros”. *Opinião Pública*. Campinas, v. 14, nº 2, pp 319-351, 2008.

\_\_\_\_\_. “Relevante fatores para a decisão de voto na eleição presidencial de 2002: uma análise da ESEB (Elec Brasileira - estudo toral) Dados”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, nº 1, pp. 70-101, 2007.

\_\_\_\_\_. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial em 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 307-339, 2007.

CARREIRÃO, Y. e KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 47, nº 1, 2004.

CARUANA, N., MCGREGOR, R. M. and STEPHENSON, L. B. The power of the dark side negative partisanship and political behaviour. *Canadian Journal of Political Science* 48 (4) 771-89. 2015.

CERVI, S. . TERRON, e G. A. D. SOARES, “Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil”, *Opin. Publica*, vol. 26, nº 3, p. 494–521, jan. 2021

CONTRERA, F. Terceiros partidos podem ser competitivos nas eleições presidenciais estadunidenses?. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso)*, v. 54, p. 1, 2019.

CONVERSE, P. The Nature Belief of Belief Systems in Mass Publics. In D. Apter, ed. *Ideology and Discontent*. New York: Free Pass. 1964.

\_\_\_\_\_, 1972. *Change in the American Electorate*. In A. Campbell & P. Converse, eds. *The Human Meaning of Social Change*. New York: Russell Sage Foundation.

CUNHA, Eleonora S. M. “Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social”, em AVRITZER, Leonardo (org.). *A dinâmica da participação social no Brasil*. São Paulo: Cortez. 2010.

DALTON, R. Political Support in Advanced Industrial Democracies. In P. Norris, ed. *Critical Citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press. 1999.

DALTON, Russell. 2000. The decline of party identification. In Russell Dalton and Martin Wattenberg, eds., *Parties without Partisans*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R. J.; MCALLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. *Análise Social*, vol. XXXVIII, Lisboa, 2003.

DALTON, R. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The erosion of political support in advanced industrial democracies*. Oxford: Oxford University Press. 2004.

DALTON, R.; WELDON, S. Partisanship and party system institutionalization. *Party Politics*, v. 12, n. 2, p. 179-196. 2007.

DALTON, Russell. *The Apartisan American*. Washington, DC; CQ Press. 2008.

DALTON, R. *The Apartisan American: Dealignment and changing electoral politics*. Washington, DC: Sage. 2013.

DALTON, Russell. *Citizen Politics*, 7th ed. Washington, DC: CQ Press. 2019.

DALTON, Russel. "The Blinders of Partisanship," In in Henrik Oscarsson and Soren Holmberg, eds. *Research Handbook on Political Partisanship*. London: Routledge, 2020.

DALTON, Russel. "Ideological Polarization and Far-Right Parties in Europe." In Heinz Ulrich Brinkmann and Karl-Heinz Reuband, eds. *Rechtspopulismus in Deutschland - Wahlverhalten in Zeiten politischer Polarisierung*. Berlin: Springer Verlag, 2021.

DASSONNEVILLE, Ruth.; HOOGHE, Marc. "Indifference and alienation: diverging dimensions of electoral dealignment in Europe". *Acta Politica*, V. 53, n. 51, pp. 1-23, 2016.

DIAS, A. L. V.; KERBAUY, M. T. M. "Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros". *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, vol. 23, nº 56, p. 149-181, dez. 2015.

DRUCKMAN, J.N. & LUPIA, L. Preference Formation. *Annual Review of Political Science*, 3, pp.1-24. 2000.

FAETI, F. V.; GIMENES, E. R. ; ROCHA, D. L. . Repensando as dimensões do apartidarismo brasileiro: uma análise das bases sociais, atitudinais e comportamentais do eleitorado. In: II Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP), Curitiba. Parte I - Comportamento, representação e comunicação política, p. 192-219, 2021.

FERNANDES, Rubem C. SANCHIS, Pierre. VELHO, Otávio G. PIQUET, Leandro. MARIZ, Cecília e MAFRA, Clara. *Novo nascimento: os evangélicos em casa, na política e na igreja*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998. 264 páginas.

FERREIRA, Matheus. FUKS, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, 2021.

FUKS, M.; CASALECCHI, G. A.; ARAÚJO, M. M. Os democratas insatisfeitos são críticos? Reavaliando o conceito de cidadão crítico. *Opinião Pública*, Campinas, SP, v. 23, n. 2, p. 316-333, 2017.

Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). Banco de dados. 2018.

\_\_\_\_\_. Banco de dados. 2014.

\_\_\_\_\_. Banco de dados. 2002.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo & BORBA, Julian. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. *Brazilian Political Science Review*, vol. 5, n. 1, março, 2021.

GIMENES, É. R. Eleitores, partidos políticos e sistemas partidários: mapeamento do partidarismo na América Latina. In: Fórum Brasileiro de Ciência Política, 4., Niterói, RJ, 2015.

\_\_\_\_\_. Eleitores e partidos políticos na América Latina. Curitiba: Appris, 2017.

INGLEHART, R. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University. 1977.

\_\_\_\_\_. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University, 1990.

LUPIA, A. Shortcuts versus Encyclopedias: Information and voting behavior in California insurance reform elections. *American Political Science Review*, 88, pp.63–76. 1994.

LUSKIN, Robert. “Explaining political sophistication”. *Political Behavior*, 12 (4): 331-361, 1990.

LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/Iuperj, 1991.

MAIR, P. “Os partidos políticos e a democracia”. *Análise Social*, vol. XXXVIII, nº 167, p. 277-293, 2003.

MAITINO, M. E. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. *Plural*, 25(1), 111-134, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.149018>

MEDEIROS, M.; NOEL, A. “The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies”. *Comparative Political Studies*, vol. 47, nº 7, p. 1.022-1.046, 2014.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. “Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, p.1-42, jun. 2008.

MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. (orgs.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EdUsp, 2013.

MUDDE, Cas, and KALTWASSER Cristóbal Rovira. *Populism in Europe and the Americas: Threat or Corrective for Democracy?* Cambridge( UK): Cambridge University Press. 2013.

NEVES, L. S. “Preferência partidária na perspectiva do eleitorado brasileiro: mudanças e perpetuidades após as eleições presidenciais de 2002”. *Monografia em Ciência Política*. UnB, Brasília, 2012.

NEUMAN, W. Russell. “Differentiation and integration: two dimensions of political thinking”. *The American Journal of Sociology*, 86 (6): 1236-1268, 1981.

NICOLAU, Jairo. O Brasil dobrou à direita. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NORRIS, P. *Critical Citizens: Global support for democratic government*. Oxford: Oxford University Press.] 1999.

\_\_\_\_\_. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. *The Oxford handbook of comparative politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652. 2007.

\_\_\_\_\_. *Democratic deficit: Critical citizens revisited*. Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P; INGLEHART, R. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Nova York: Cambridge University Press. 2019.

OKADO, L. T. A. ; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido ; LAZARE, D. . Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. *PRÓ-POSIÇÕES (UNICAMP. ONLINE)*, v. 29, p. 267-295, 2018.

PAIVA, D.; BRAGA, M. S. S.; PIMENTEL JR., J. “Eleitorado e partidos políticos no Brasil”. *Opinião Pública*, vol. 13, nº 2, p. 388-408, nov. 2007.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. “O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva”. *Opinião Pública* , vol. 22, nº 3, p. 638-674, 2016.

PEREIRA, F. B. “A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 13, p. 213-244, 2014a.

\_\_\_\_\_. “Voto econômico retrospectivo e sofisticado o política na eleição presidencial de 2002”. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 22, nº 50, p. 149-174, 2014b.

POGUNTKE, T.; SCARROW, S. “The politics of anti-party sentiment: Introduction”. *European Journal of Political Research*, vol. 29, nº 3, p. 257-262, 1996.

PUTNAM, R. D. *Solo en la bolera. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana*. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e atitudes políticas entre brasileiros”. *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 333-368, nov. 2011.

RIBEIRO, E. A., BORBA, J. and SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. *Rev. Sociol. Polit.* [online]. Vol.23, n.54, pp. 91-108. 2015.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. “Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes”. *Opinião Pública* , vol. 22, nº 3, 2016.

ROSE, R.; MISHLER, W. “Negative and positive party identification in post-communist countries”. *Electoral Studies*, vol. 17, nº 2, p. 217-234, 1998.

SANTOS, Fabiano and TANSCHKEIT, Talita. "Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil". *Colombia Internacional*, no. 99, p. 151-186. 2019.

SAMUELS, D. “A evolução do petismo (2002-2008)”. *Opinião Pública*, vol. 14, nº 2, p. 302-318, 2008.

SAMUELS, David and ZUCCO JR., Cesar. Partisans, anti-partisans, and voter behavior. In: *Routledge handbook of Brazilian politics*. Edited by AMES, Barry. New York: Routledge. pp. 269-289, 2019.

SINGER, André. *Identificação Ideológica e Voto no Brasil: O Caso das Eleições Presidenciais de 1989 e 1994*. Tese de Doutorado, FFLCH/USP. 1998.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega. Caps 5 e 6. Págs. 105-168, 1976.

SPECK, B. W.; BALBACHEVSKY, E. “Identificação partidária e voto. As diferenças entre petistas e pessedebistas”. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, dez. 2016.

TAUROCO, G. “Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)”. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4, p. 169-186, 2010.

VEIGA, L. “O partidarismo no Brasil (2002/2010)”. *Opinião Pública*, vol. 17, nº 2, p. 400-425, 2011.

VENTURE, G. “PT 30 anos: crescimento e mudanças na preferência partidária. Impacto nas eleições de 2010”. *Perseu*, nº 5, p. 197-214, 2010.

WEISBERG, Herbert, and Steve GREENE. The political psychology of party identification. In *Electoral Democracy*, ed. M. MacKuen and G. Rabinowitz. Ann Arbor: University of Michigan Press. 2003.

ZUCCO, C.; SAMUELS, D. “Partisans, anti-partisans and voting behavior in Brazil”, 2015.

## 1. ANEXO – Tabelas completas das análises por ano (2002, 2014 e 2018)

### *Análise descritiva*

Tabela 1 - Explicação da tipologia do Dalton sobre aspectos comportamentais na eleição presidencial de 2002.

<b>Variáveis</b>	<b>Independentes Apolíticos (%)</b>	<b>Partidários Rituais (%)</b>	<b>Partidários Cognitivos (%)</b>	<b>Apartidários (%)</b>
<b>Voto no PT</b>	64%	76,08%	76,64%	58%
<b>Acredita na eficácia do voto</b>	74,22%	84,39%	88,96%	75,94%
<b>É antipetista</b>	16,61%	8,44%	9,51%	21,21%

<b>Católico</b>	68,04%	71,41%	69,48%	57,46%
<b>Evangélico</b>	18,15%	13,98%	10,39%	14,18%
<b>Ateu/ Outras religiões</b>	13,81%	14,61%	20,13%	28,36%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2002 - cruzamento da tipologia com as variáveis selecionadas.

Tabela 2 - Explicação da tipologia do Dalton sobre aspectos comportamentais na eleição presidencial de 2014.

<b>Variáveis</b>	<b>Independentes Apolíticos (%)</b>	<b>Partidários Rituais (%)</b>	<b>Partidários Cognitivos (%)</b>	<b>Apartidários (%)</b>
<b>Voto no PT</b>	48%	58%	50%	39%
<b>Acredita na eficácia do voto</b>	89,47%	93,09%	93,88%	92,07%
<b>É antipetista</b>	25%	15%	28%	29%
<b>Católico</b>	64,04%	66,00%	64,23%	66,51%
<b>Evangélico</b>	25,97%	27,97%	20,44%	18,60%
<b>Ateu/ Outras religiões</b>	6,99%	6,03%	15,33%	14,88%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2014 - cruzamento da tipologia com as variáveis selecionadas.

Tabela 3 - Explicação da tipologia do Dalton sobre aspectos comportamentais na eleição presidencial de 2018.

<b>Variáveis</b>	<b>Independentes Apolíticos (%)</b>	<b>Partidários Rituais (%)</b>	<b>Partidários Cognitivos (%)</b>	<b>Apartidários (%)</b>
<b>Voto no PT<sup>80</sup></b>	39%	49%	42%	35%
<b>Acredita na eficácia do voto</b>	76%	83%	85%	92%
<b>É antipetista<sup>81</sup></b>	39%	33%	44%	50%
<b>Católico</b>	52,43%	49,80%	42,63%	47,27%
<b>Evangélico</b>	31,89%	36,84%	31,05%	24,59%
<b>Ateu/ Outras religiões</b>	15,68%	13,36%	26,32%	28,14%

Fonte: Elaborado pela autora dados do ESEB 2018 - cruzamento da tipologia com as variáveis selecionadas.

<sup>80</sup> Voto no PSL 61%, 51%, 58% e 65%.

<sup>81</sup> Não é antipetista 61%, 67%, 56% e 50%.

*Análise multivariada*

Tabela 1 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais de 2002.

<b>Voto</b>	<b>Odds Ratio</b>	<b>P &gt; z</b>
Independente apolítico	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Partidário Ritual	.6915944	0.005
Partidário Cognitivo	.6842891	0.106
Apartidário	1.283871	0.293
Eficácia	.7510706	0.044
Antipetismo	10.27772	0.000
Etnia	1.070984	0.099
Faixa de idade 16 a 24	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Faixa de idade 25 a 34	.9840528	0.925
Faixa de idade 35 a 42	.8665469	0.421
Faixa de idade 44 a 54	1.133344	0.478
Faixa de idade 55 ou mais	1.320879	0.185
Sexo	.8070815	0.066
Católicos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Evangélicos	1.186846	0.289
Ateus/ Outras religiões	.7222597	0.069

Fonte: Elaborado pela autora com dados do ESEB 2002.

Tabela 2 - Determinantes do voto no PSDB (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais de 2014.

<b>Voto</b>	<b>Odds Ratio</b>	<b>P &gt; z</b>
Independente apolítico	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Partidário Ritual	.7430901	0.007
Partidário Cognitivo	.7893742	0.253
Apartidário	1.422746	0.045



Eficácia	.7195069	0.068
Antipetismo	5.202676	0.000
Etnia	1.703645	0.000
Faixa de idade 16 a 24 anos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Faixa de idade 25 a 34 anos	1.49787	0.481
Faixa de idade 35 a 44 anos	1.189696	0.760
Faixa de idade 44 a 54 anos	1.133502	0.836
Faixa de idade 55 ou mais	1.349101	0.601
Sexo	1.124126	0.210
Católicos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Evangélico	1.516307	0.000
Ateus/Outras religiões	1.669029	0.005

Fonte: Elaborado pela autora com dados do ESEB 2014.

Tabela 3 - Determinantes do voto no PSL (em relação ao voto no PT) no segundo turno das eleições presidenciais de 2018.

<b>Voto</b>	<b>Odds Ratio</b>	<b>P &gt; z</b>
Independentes apolíticos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Partidário Ritual	.5593319	0.000
Partidário Cognitivo	.5311064	0.006
Apartidário	.7183363	0.081
Eficácia	1.328235	0.095
Antipetismo	23.18763	0.000
Etnia	.9081869	0.454
Faixa de idade 16 a 24	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Faixa de idade 25 a 34	1.541745	0.035
Faixa de idade 35 a 42	1.055683	0.797
Faixa de idade 44 a 54	1.483479	0.068
Faixa de idade 55 ou mais	1.338698	0.165

Sexo	1.700417	0.000
Católicos	<i>Referência</i>	<i>Referência</i>
Evangélicos	2.440119	0.000
Ateus/ Outras religiões	1.310708	0.144

Fonte: Elaborado pela autora com dados do ESEB 2018.

## 2. ANEXO - Questões do ESEB (2002, 2014 e 2018) utilizadas na estimação do modelo

### *Escolaridade*

[2002, 2014 e 2018]

159) D3. D3. Até que série o(a) sr(a) estudou?

Codificação:

- 01( ) Analfabeto/ Nunca frequentou escola
- 02( ) Primário incompleto (até 3ª série do ensino fundamental)
- 03( ) Primário completo (4ª série do ensino fundamental)
- 04( ) Ginásio incompleto (até 7ª série do ensino fundamental)
- 05( ) Ginásio completo (8ª série do ensino fundamental)
- 06( ) Colegial incompleto (até 2ª série do ensino médio)
- 07( ) Colegial completo (3ª série do ensino médio)
- 08( ) Ensino universitário incompleto ou especialização (técnico após ensino médio)
- 09( ) Ensino universitário completo
- 10( ) Pós-graduação ou mais

Recodificação:

- 1 Até Ensino Fundamental completo [0 a 6 anos];
- 2 Até Ensino Médio completo [9 a 11 anos];
- 3 Ensino pós-médio ou Superior incompleto [12 a 14 anos]
- 4 Ensino Superior completo ou Pós-graduação [15 anos ou mais]

### *Interesse por política*

[2002]

80) O(A) Sr(a) se considera uma pessoa muito interessada por política, um pouco interessada, ou o(a) Sr(a) não tem interesse por política? (ESTIMULADA E ÚNICA)

Codificação:

- 3 Muito interessada
- 2 Um pouco interessada
- 1 Não tem interesse

[2014, 2018]

PC1. Q01. Quanto o(a) sr(a) se interessa por política? O(a) sr(a) diria que é: (LEIA DE 1 A 4 - RU) Codificação:

- 1( ) Muito interessado,
- 2( ) Interessado,
- 3( ) Pouco interessado, ou
- 4( ) Nada interessado?

#### *Simpatia partidária*

[2002, 2014 e 2018]

31) Q16. Q10a. Existe algum partido político que representa a maneira como o(a) Sr(a) pensa? (ESPONTÂNEA E ÚNICA)

Codificação:

- 1 - Sim
- 5 - Não

Recodificação:

Não

Sim

#### Independentes Apolíticos

Combinação de variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária

Perfil: mobilização cognitiva = 1 e simpatia partidária = 1

#### Partidário Ritual

Combinação de variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária

Perfil: mobilização cognitiva = 1 e simpatia partidária = 2

#### Partidário Cognitivo

Combinação de variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária

Perfil: mobilização cognitiva = 2 e simpatia partidária = 2

#### Apartidário

Combinação de variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária

Perfil: mobilização cognitiva = 2 e simpatia partidária = 1

#### *Voto*

[2002]

8) E no segundo turno, em quem o(a) Sr(a) votou: Lula ou José Serra?

[2014]

Q5P2-B. Em quem o(a) sr(a) votou para presidente no segundo turno? Aécio e Dilma

[2018]

Q12P2-b. Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no SEGUNDO turno Fernando Haddad e Jair Bolsonaro?

Codificação:

Nome dos candidatos em cada eleição

Recodificação:

“Voto no PT”

“Voto no PSDB” (2002 e 2014) “ Voto no PSL” (2018)

### *Eficácia do voto*

[2002, 2014 e 2018]

21) Q8. Q14b Algumas pessoas dizem que o nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil, outras dizem que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. Gostaria que o(a) Sr(a) desse uma nota de 1 a 5. O 5 significa que o nosso voto influencia muito, e 1 significa que o nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil. O que o(a) Sr(a) acha?

Codificação:

5 Nosso voto influencia muito no que acontece no Brasil

4

3

2

1 Nosso voto NÃO influencia nada no que acontece no Brasil

Recodificação:

“importa” (3 a 5)

“não importa” (1 e 2)

### *Antipetismo*

[2002, 2014, 2018]

42) Q9. Q15 Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) Sr(a) pensa de alguns partidos políticos. Por favor, use uma nota de 0 a 10 para indicar o quanto o(a) Sr(a) gosta do partido que eu vou mencionar. Zero significa que o(a) Sr(a) NÃO gosta do partido e dez que o(a) Sr(a) gosta muito. Quando eu falar o nome de um partido que o(a) Sr(a) não conhece, apenas diga que não o conhece.

Codificação: a) PT

Recodificação:

0 - (todas as alternativas exceto não gosta de jeito nenhum) - “não é antipetista” (2 a 10)

1 - não gosta de jeito nenhum - “antipetista” (0 a 1).

### *Etnia*

[2002, 2014 e 2018]

189) D27a. D12a. O IBGE - instituto que faz os censos no Brasil - usa os termos preto, pardo, branco, amarelo e índio para classificar a cor ou raça das pessoas. Qual desses termos descreve melhor a sua cor ou raça:

Codificação:

1 ( ) Preto

2 ( ) Pardo

- 3 ( ) Branco
- 4 ( ) Amarelo
- 5 ( ) Índio

Recodificação:

“Não Branco” (todas exceto branco)

“Branco” (branco)

### *Idade*

[2002, 2014 e 2018]

D1a. Qual é a sua idade?

Codificação:

16 e 17 anos

18 a 24 anos

45 a 54 anos

25 a 34 anos

55 a 64 anos

35 a 44 anos

65 anos ou mais

Recodificação:

16 a 24

25 a 34

35 a 44

44 a 45

55 ou mais

### *Sexo*

[2002, 2014 e 2018]

D02.Sexo

Codificação:

Masculino

Feminino

Recodificação:

Feminino

Masculino

### *Religião*

[2002, 2014 e 2018]

D182. D24. D10. (CARTELA 12) Por favor me indique qual dessas é a sua religião. Caso não encontre nesta lista, você pode me falar diretamente qual religião é a sua.

Codificação:

01 ( ) Budista

02 ( ) Candomblé

03 ( ) Católica

04 ( ) Espírita kardecista, espiritualista

- 05 ( ) Evangélica aplique a questão
- 06 ( ) Judaica
- 07 ( ) Mórmon, Adventista, Testemunha de Jeová
- 08 ( ) Santo Daime, Esotérica
- 09 ( ) Seicho-No-Ie, Messiânica, Perfeita Liberdade
- 10 ( ) Umbanda
- 95 ( ) Outra
- 96 ( ) É ateu/agnóstico/ Não acredita em Deus

Recodificação:

Católicos

Outras religiões

Evangélicos (Mormom, Adventista, Testemunha de Jeová, Evangélica pentecostal, Evangélica não-pentecostal)

Independentes apolíticos em 2018

*Voto no Bolsonaro [2018]*

Q12P2\_b) Em quem O(A) SR(A) votou para presidente no segundo turno?

Codificação:

Fernando Haddad PT

Jair Bolsonaro PSL

Recodificação:

“Não votou no Bolsonaro”

“Votou no Bolsonaro”

*Confiança nas eleições [2018]*

P05. De forma geral, você acredita que as eleições no Brasil são confiáveis ou são objeto de fraude?

Codificação:

1.As eleições são confiáveis

2.São objetos de fraude

Recodificação:

"Confiáveis"

“Não confiáveis”

*Democracia sem partidos/Congresso [2018]*

P.09 Algumas pessoas pensam que a democracia pode funcionar sem os partidos políticos ou o Congresso Nacional. Outras pessoas pensam que sem os partidos ou o Congresso a democracia não pode funcionar. Qual é a sua opinião?

Codificação:

1. Sem partidos ou Congresso Nacional não pode haver democracia

2. A democracia pode funcionar sem partidos ou Congresso Nacional

Recodificação:

“Acredita que não” (1)

“Acredita que sim” (2)

*Democracia é a melhor ou pior forma de governo [2018]*

P.08 Algumas pessoas dizem que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo. Para outros, em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia. Qual destas afirmações é mais parecida com sua forma de pensar

Codificação:

A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo

Em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia

Recodificação:

“Pior forma de governo”

“Melhor forma de governo”

*Decisão de voto para presidente [2018]*

Aqui estão algumas ações que as pessoas consideram importantes para decidir o voto para presidente. Nesta eleição, qual delas foi a mais importante para o(a) sr(a) decidir o seu voto para presidente?

Codificação:

1 Assistir/ouvir os candidatos em comício,

2 Conversas com amigos e pessoas da família,

3 conversas com colegas de trabalho/escola,

4 Debates entre candidatos na TV,

5 Informações na igreja sobre os candidatos,

6 informações de associação de moradores sobre os candidatos,

7 Notícias sobre os candidatos na TV,

8 Notícias sobre os candidatos no rádio,

9 Notícias sobre os candidatos nos jornais,

10 Resultados de pesquisas eleitorais,

12 Propaganda política na TV,

13 Propaganda política no rádio,

14 Notícias sobre os candidatos pelo whatsapp

Recodificação:

Outras ações

Notícias sobre os candidatos pelas redes sociais

Notícias sobre os candidatos pelo whatsapp

*Possibilidade de voto no Lula [2018]*

Se o ex-presidente Lula tivesse sido candidato à presidência, o(a) sr(a):

Codificação:

- 1 Teria votado nele com certeza,
- 2 Possivelmente teria votado nele,
- 3 Possivelmente não teria votado nele
- 4 Não teria votado nele com certeza

Recodificação:

“Não votaria” (3 e 4)

“Votaria” (1 e 2).

*Possibilidade de não ir votar [2018]*

Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?

Codificação:

- 1 Sim
- 2 Não
- 3 Talvez/ Depende

Recodificação:

“Iria” (todas exceto 2)

“Não iria” (2)

*Ideologia*

[2018]

Q.18. (CARTELA 4) Novamente pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera? Lembrando que zero significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita.

Codificação:

0 - 1 - 2 - 3 - 4 - 5 - 6 - 7 - 8 - 9 - 10

Recodificação:

Centro 04-06

Esquerda 00-03

Direita 07-10

### **3. APÊNDICE - Metodologia artigo Borba, Gimenes e Ribeiro (2015)**

Informações técnicas das variáveis

Escolaridade

[2006] [VS2] Até que série o(a) sr.(a) estudou?



Codificação: 1= Analfabeto/Sem instrução 2= Primeiro ano do Ensino Fundamental 3= Segundo ano do Ensino Fundamental 4= Terceiro ano do Ensino Fundamental 5= Quarto ano do Ensino Fundamental incompleto 6= Quarto ano do Ensino Fundamental/Primário completo 7= Quinta série/Primeiro ano Ginásio 8= Sexta série/Segundo ano Ginásio 9= Sétima série/Terceiro ano Ginásio 10= Oitava série incompleta/Quarto ano Ginásio incompleto 11= Oitava série/Quarto ano Ginásio/Primeiro Grau completo 12= Primeiro ano do Ensino Médio/Primeiro ano do Segundo Grau 13= Segundo ano do Ensino Médio/Segundo ano do Segundo Grau 14= Terceiro ano do Ensino Médio/ Segundo Grau incompleto 15= Terceiro ano do Ensino Médio/ Segundo Grau completo 16= Iniciou faculdade/universidade mas não se formou 17= Graduação/faculdade 18= Mestrado 19= Doutorado 20= Lato sensu 21= Pós-Doutorado

Recodificação: 1= Até Ensino Fundamental completo [1 a 11] 2= Até Ensino Médio completo [12 a 15] 3= Ensino pós-Médio ou Superior incompleto [16] 4= Ensino Superior completo ou Pós-graduação [17 a 21]

Escolaridade [2008/2010/2012] [ed] Qual foi o último ano de educação que você completou ou foi aprovado? Codificação: Aberta

Recodificação: 1= Até Ensino Fundamental completo (0 a 8 anos de estudo) 2= Até Ensino Médio completo (9 a 11 anos de estudo) 3= Ensino pós-Médio ou Superior incompleto (12 a 14 anos de estudo) 4= Ensino Superior completo ou Pós-graduação (15 ou mais anos de estudo)

Interesse por política [2006/2008/2010/2012]

[poll] Quanto interesse você tem pela política: muito, algum, pouco ou nenhum? Codificação: 1= Muito 2= Algum 3= Pouco 4= Nenhum

Recodificação: 1= Nenhum 2= Pouco 3= Algum 4= Muito

Mobilização cognitiva [2006/2008/2010/2012]

Índice somatório das variáveis escolaridade e interesse por política, ambas recodificadas. Codificação: 2= Baixa mobilização cognitiva 3= 3 4= 4 5= 5 6= 6 7= 7 8= Alta mobilização cognitiva

Recodificação: 1= Baixa [2 a 5] 2= Alta [6 a 8]

Simpatia partidária [2006/2008/2010/2012]

[vb10] Neste momento, simpatiza com algum partido político?

Codificação: 1= Sim 2= Não

Recodificação: 1= Não 2= Sim

Independente apolítico [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 1

Partidário Ritual [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 1 e simpatia partidária= 2

Partidário Cognitivo [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 2

Apartidário [2006/2008/2010/2012]

Combinação entre variáveis mobilização cognitiva e simpatia partidária.

Perfil: mobilização cognitiva= 2 e simpatia partidária= 1

Sexo [2012]

[q1] Gênero

Codificação: 1= Homem 2= Mulher

Recodificação: 1= Feminino 2= Masculino

Idade [2012]

[q2] Qual a sua idade em anos completos?

Codificação: Aberta

Recodificação: Sem necessidade.

Etnia [2012]

[etid] Você se considera uma pessoa branca, mestiça, indígena, negra, mulata ou outra?

Codificação: 1= Branco 2= Mestiço 3= Indígena 4= Negro 5= Mulato 6= Moreno 7= Outro 9= Chinês 10= Indiano 11= Javanês 12= Quilombola

Recodificação: 0= Não branco 1= Branco

Estado civil [2012]

[q11] Qual é seu estado civil?

Codificação: 1= Solteiro 2= Casado 3= União livre 4= Divorciado 5= Separado 6= Viúvo

Recodificação: 0= Não casado 1= Casado

Área de residência [2012]

[ur] Âmbito

Codificação: 1=Urbano 2= Rural

Recodificação:1=Rural 2= Urbano

Democratismo [2012]

[dem2] Com qual das seguintes frases você está mais de acordo:

Codificação: 1= Para pessoas como eu, tanto faz um regime democrático como um não democrático 2= A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo 3= Em algumas circunstâncias um governo autoritário pode ser preferível a um democrático

Recodificação: 0= Não democrático [1 e 3] 1= Democrático [2]

[dem11] Você crê que em nosso país faz falta um governo de pulso firme?

Codificação: 1= Pulso firme 2= Participação de todos

Recodificação: 0= Não democrático [1] 1= Democrático [2]

[ing4] Pode ser que a democracia tenha problemas, mas é melhor do que qualquer forma de governo.

Codificação: 1= Discorda totalmente 2= 2 3= 3 4= 4 5= 5 6= 6 7= Concorda totalmente

Recodificação: 0= Não democrático [1 a 3] 1= Algo democrático [4] 2= Democrático [5 a 7]

O índice de democratismo foi construído pela somatória das acima descritas, ambas recodificadas.

Codificação: 0= Não democrático 1= 1 2= 2 3= Democrático

Recodificação: 0= Baixo democratismo [0 e 1] 1= Alto democratismo [2 e 3]

Busca por informação sobre política [2012]

[gi0] Com que frequência segue as notícias, seja pela televisão, pelo rádio, pelo jornal ou pela internet?

Codificação: 1= Diariamente 2= Algumas vezes por semana 3= Algumas vezes ao mês 4= Raramente 5= Nunca

Recodificação: 0= Baixa [2 a 5] 1= Alta [1]

Eficácia política subjetiva

[eff2] Você sente que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país?

Codificação: 1= Muito em desacordo 2= 2 3= 3 4= 4 5= 5 6= 6 7= Muito de acordo

Recodificação: 0= Baixa [1 a 4] 1= Alta [5 a 7]

Comparecimento eleitoral [2012]

[vb2] Votou nas últimas eleições presidenciais?

Codificação: 1= Sim 2= Não

Recodificação: 0= Não 1= Sim

Protesto [2012]

[prot3] Nos últimos 12 meses, participou de manifestação ou protesto público?

Codificação: 1= Sim, participou 2= Não participou

Recodificação: 0= Não participou 1= Participou